



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,  
SOCIEDADE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**Entre ausências, incertezas e labirintos: a inserção social de jovens que  
não trabalham nem estudam no Brasil.**

Tamille Sales Dias

Novembro de 2016  
Brasília-DF.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,  
SOCIEDADE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**Entre ausências, incertezas e labirintos: a inserção social de jovens que  
não trabalham nem estudam no Brasil.**

Tamille Sales Dias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Área de concentração: População, Desenvolvimento e Políticas Públicas.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Nogales Vasconcelos

**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marília Miranda Forte Gomes

Novembro de 2016  
Brasília-DF.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**Entre ausências, incertezas e labirintos: a inserção social de jovens que não  
trabalham nem estudam no Brasil.**

Tamille Sales Dias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.  
Área de concentração: População, Desenvolvimento e Políticas Públicas.

**Banca Examinadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Nogales Vasconcelos (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Murta Collares  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Wajnman  
Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leides Barroso Azevedo Moura  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília. (Suplente)

Para Jandira e Guilhermina (*in memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

Expressar gratidão à conclusão de um trabalho acadêmico, defendido em instituição pública de ensino superior, em apenas alguns parágrafos, é uma tarefa, no mínimo, insuficiente. Registro, não apenas meu agradecimento ao sistema público de educação, que me concede mais um título, mas meu comprometimento pelo retorno à Sociedade de todos esses anos de investimento na minha qualificação e meu engajamento pela luta para que muitas/os jovens ainda tenham esse privilégio de se formar na universidade pública e de qualidade.

Agradeço a Tenise e Sebastião, a quem recebem, ainda que de forma indireta pela intergeracionalidade, a dedicatória desta dissertação, por todo tipo de apoio e incentivo.

Infinitos agradecimentos às grandes amigadas, dos meus variados ciclos de vida e locais de moradia. Vocês me inspiram, me cuidam, me energizam.

Aos colegas de Ministério do Trabalho e Secretaria de Governo da Presidência da República agradeço pela compreensão das minhas ausências, pelos incentivos e por receberem de forma tão fraterna minhas dificuldades de conciliação do trabalho com o estudo.

Em breve menção às/ aos colegas de carreira, no exercício árduo de tocar as políticas sociais do nosso país, meu reconhecimento pela nossa missão; agradeço pela constante inspiração e revigoração da luta. Muito aprendo com vocês.

Colegas e professores/as do CEDEPLAR/UFMG, início desta jornada, agradeço pelo compartilhamento do amor e dedicação à Demografia, pelas lições de disciplina e excelência certamente aprendidas.

Aos companheiros e companheiras do PPGDSCI agradeço enormemente pelos momentos de parceria, por todo compartilhamento de experiência. A árdua caminhada foi muito mais doce e divertida com vocês. Agradeço às Professoras (es) do Programa pelas lições em ciências e humanidades, pelos estimulantes debates sobre os desafios da interdisciplinaridade. Seguimos na luta por uma Pós-Graduação combativa, colaborativa e plural.

Meu agradecimento mais profundo à professora Ana Maria, orientadora deste

trabalho, e de tantos outros. Seu exemplo me move, em todos os sentidos. Que nossa sinergia possa nos render muitos bons frutos ainda.

O momento do mestrado foi coincidente com minha própria transição para a vida adulta. Inevitável não refletir sobre os próprios processos durante as leituras, minhas próprias descontinuidades e labirintos enfrentados. As rupturas que me levaram para um caminho não planejado, que de todo, ainda linear, trouxe-me boas experiências e importantes aprendizados.

Termino o mestrado com o sentimento de que ainda não sei, de que é preciso continuar. Esse sentimento de que “ainda falta” me lança na busca incansável pelo saber e pelo conhecimento. Há muito o que aprender e fazer, sempre com o propósito e busca pela justiça social. Este é apenas o início.

## **RESUMO**

Esta dissertação investiga a interação entre as incertezas do contexto socioeconômico, os labirintos decorrentes dos processos de transição para a vida adulta e as ausências de acesso à estrutura de oportunidades na inserção social de jovens que não trabalham nem estudam, frequentemente identificados como nem-nem. O objetivo deste trabalho é problematizar até que ponto a categoria nem-nem abarca, de fato, uma população em risco social. As desigualdades estruturais que levam os jovens a crescentes dificuldades para incorporarem-se ao mercado de trabalho, a particular concentração de pobreza nesse segmento da população, os atrasos e desigualdades educacionais, a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero, assim como as barreiras históricas de mobilidade social, se contam entre alguns fatores que devem ser levados em consideração para definir e analisar a questão nem-nem. A revisão crítica de literatura problematiza os conceitos de juventude, curso de vida e transição para a vida adulta e discute como esses construtos são auxiliares para a interpretação da questão nem-nem. Os resultados discutem, por meio de estatística descritiva, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD – 2014, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, características da população jovem brasileira, de 15 a 29 anos, segundo categoria de atividade – só estuda, só trabalha, trabalha e estuda, não trabalha e nem estuda. Os resultados evidenciam, por intermédio de análise de correspondência múltipla, a heterogeneidade na composição da categoria nem-nem, o que permite identificar subgrupos com distintos níveis de vulnerabilidade. Confirmando as hipóteses levantadas ao longo da pesquisa, constatou-se que, pelo menos por uma proporção significativa de casos, o status nem-nem não é um problema em si, talvez nem mesmo a manifestação de outros problemas, e também não é necessariamente uma condição permanente. Ademais, existe uma parcela de jovens nem-nem que está sob esse status, devido a questões estruturais de classe e da desigualdade social e são os mais expostos à vulnerabilidade. Outra constatação é de que existe um grande contingente de jovens nem-nem que são mulheres e que estão em suas casas responsáveis pelo trabalho reprodutivo, no cuidado de afazeres domésticos e de pessoas dependentes. Os resultados obtidos contrariam a presunção de ociosidade das pessoas que não estão na escola ou no mercado de trabalho, em particular, as jovens nem-nem, longe de “não fazer nada”, dedicam muitas horas às formas de trabalho “invisíveis”. Conclui-se que a composição da categoria nem-nem é marcada fortemente pela heterogeneidade, representada em um grupo populacional influenciado por questões estruturais de gênero, classe e raça.

**Palavras-chave:** Juventude, Nem-nem, Educação, Trabalho, Família, Desigualdades, Transição para vida adulta.

## ***ABSTRACT***

This dissertation investigates the interaction between the uncertainties of the context, the mazes arising from the processes of transition to adulthood and the lack of access to the opportunities structure in the social insertion of young people who are not in education, employment or training, often identified as *NEET*. The objective of this study is to discuss whether the category includes indeed a population at social risk. Structural inequalities that lead young people to growing difficulties in entering the labor market, the particular concentration of poverty in this segment of the population, educational delays and inequalities, the sexual division of labor and gender inequalities, as well as the barriers for social mobility, are among some factors that must be taken into account when defining and analyzing the *NEET* issue. The critical literature review problematizes the concepts of youth, life course, and transition to adulthood, and discusses how these constructs are ancillary to the interpretation of the *NEET* issue. It also raises questions about social construction within the *NEET* category and presents a methodological reflection on the uses of the category. The data analysis discusses the characteristics of the Brazilian young population, from 15 to 29 years old, according to activity category - only studies, only works, works and study, neither in employment nor in education, through descriptive statistics and multiple correspondence analysis, and based on data from the National Household Sample Survey – PNAD – 2014. The results also show the heterogeneity in the composition of the *NEET* category, which allows the identification of subgroups with different levels of vulnerability. Confirming the hypotheses raised throughout the research, it was found that, at least for a significant proportion of cases, the *NEET* status is not a problem in itself, perhaps not even the manifestation of other problems, and also not necessarily a permanent condition. In addition, there is a share of the *NEET* that is under this status due to structural class issues and social inequality and are the most exposed to vulnerability. Another finding is that there is a significant contingent of young *NEET* who are women and are responsible for the reproductive work, household tasks and for the care of dependent persons. The results obtained go against the presumption of idleness of people who are neither in employment nor in education, particularly the female *NEET*. Far from doing nothing, they dedicate many hours to "invisible" forms of work. It is concluded that the composition of the *NEET* category is strongly marked by heterogeneity, represented within a population group influenced by structural gender, class and race issues.

**Key-words:** Youth, NEET, Education, Labor, Family, Inequalities, Transition to adulthood.



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	10
1. Contextualização: o panorama populacional .....	10
2. Inserção social de jovens nem-nem .....	16
<b>Capítulo 1: Da juventude à transição para vida adulta: delimitação conceitual e analítica</b> .....	22
1. Juventude como categoria de análise .....	22
1.1 Delimitação da categoria jovem.....	26
2. Sobre curso de vida jovem.....	28
3. Transição para vida adulta no contexto de não linearidades.....	30
3.1 Escola, Trabalho e Família: as dimensões da transição .....	34
3.1.1 Família e Domicílio.....	34
3.1.2 Trabalho e Classe .....	37
3.1.3 Educação .....	44
4. Conclusões do capítulo .....	47
<b>Capítulo 2: Entre labirintos e incertezas: conceitos e dilemas acerca da categoria nem-nem</b> .....	49
1. Os conceitos de jovens nem-nem .....	49
1.1 Dificuldades da delimitação da categoria.....	51
1.2 A literatura internacional: outras perspectivas do debate .....	53
1.3 Características da população-nem nem .....	57
2. Nem-nem e questões de classe, gênero e raça .....	59
3. A estigmatização da categoria.....	65
4. Heterogeneidade e vulnerabilidade.....	68
4.1 Sobre vulnerabilidade social .....	72
5. Formas sociais de inexistência: entre ausências e emergências.....	75
6. “Nem-nem” não é mais do que uma categoria estatística.....	80
7. Conclusões do capítulo .....	83
<b>Capítulo 3: Retratos das juventudes nem-nem: análise de dados</b> .....	84
1. Proposta metodológica .....	84
1.1 Variáveis e categorias utilizadas.....	86
2. Caracterização da população jovem no Brasil segundo categorias de atividade.....	88
3. Caracterização da heterogeneidade da categoria nem-nem.....	98
<b>Considerações finais</b> .....	110
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	119
<b>Apêndice I</b> .....	130
<b>Apêndice II</b> .....	132

## ***INTRODUÇÃO***

### **1. Contextualização: o panorama populacional**

A fim de contextualizar a juventude no debate acerca da questão populacional, é preciso discutir, ainda que brevemente, a transição demográfica no Brasil. A transição demográfica é um dos mais significativos processos já ocorridos, com profundas mudanças no tamanho e na composição das famílias, no tempo médio de vida dos indivíduos, no crescimento e na estrutura etária das populações. Desta forma, aparece como modelo central de análise da relação entre população e desenvolvimento (REHER, 2011; LEE, 2003). Suas consequências são inequívocas, uma vez que as dinâmicas social e econômica não são neutras com relação a estas mudanças, pois são influenciadas tanto pelas transformações na composição populacional quanto pelos possíveis efeitos que o novo contexto demográfico pode exercer sobre o comportamento dos indivíduos e as decisões que tomam ao longo do seu curso de vida (CAMARANO, 2014).

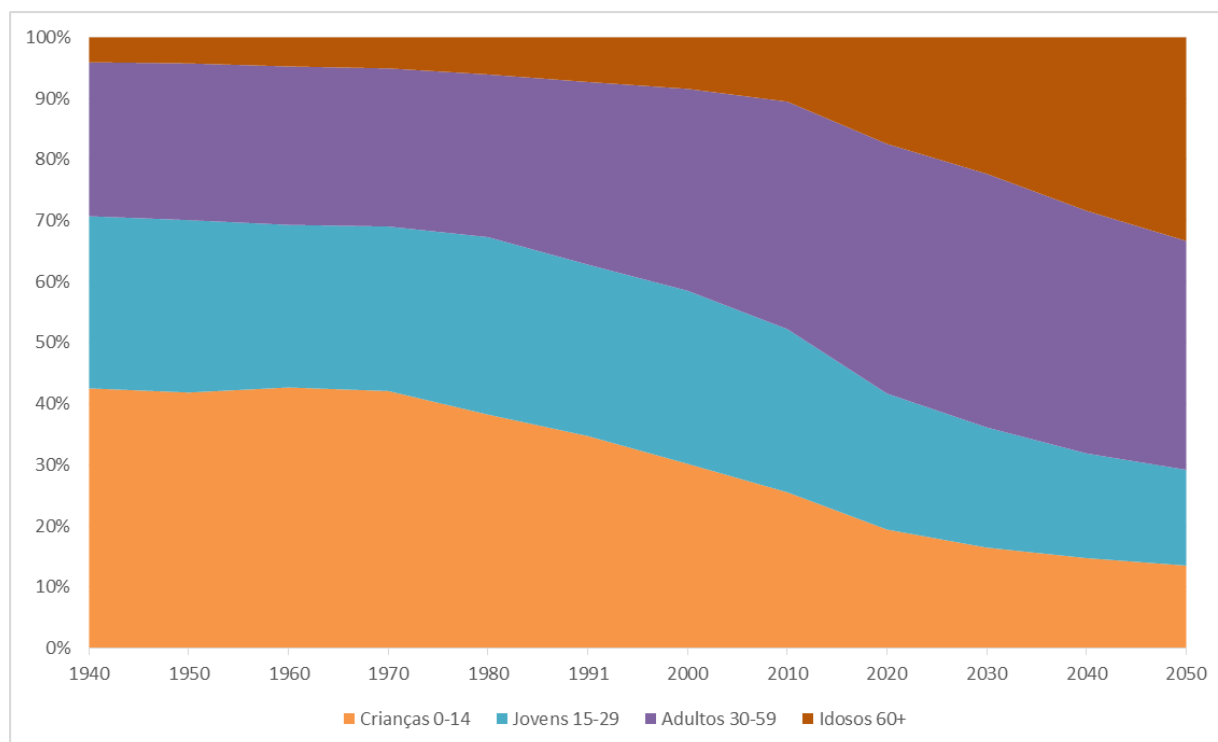
Pontua-se que a transição demográfica é um dos fenômenos estruturais mais importantes que tem marcado a economia e a sociedade brasileiras desde a segunda metade do século XX. Trata-se de um fenômeno caracterizado por sua universalidade, no entanto, fortemente condicionado pelas condições históricas que se concretizam nas diferentes regiões e localidades. Existe uma ampla literatura no Brasil que explica as causas da redução das taxas de mortalidade e fecundidade como fruto de transformações estruturais e institucionais ocorridas nos planos macro e micro (CARVALHO, PAIVA, SAWYER, 1981; MERRICK e BERQUÓ, 1983; FARIA, 1989; ALVES, 1994; MARTINE, 1996 *apud* ALVES e BRUNO, 2006).

No Brasil, a transição demográfica teve início, de fato, a partir da década de 1950 quando começou uma queda acentuada na mortalidade. Muito se deve aos avanços tecnológicos e sociais nos campos farmacêutico, médico-sanitário e de saúde coletiva. A expectativa de vida da população aumentou consideravelmente, de 43,6 anos, na década de 1940, para 62,4 anos, na década de 1980 (RIOS-NETO, 2005). Esse momento histórico, no Brasil, foi marcado pela intensa urbanização e proletarização da força de trabalho. As famílias migraram para as cidades e passaram a se empregar no setor industrial incipiente. Em pouco tempo depois, a fecundidade também começou a declinar, nesse processo, gerando

grande impacto no tamanho das famílias, antes extensas e unidades centrais da produção, para menores e afetadas pela divisão social do trabalho nos centros urbanos. A taxa de fecundidade total (TFT), definida como o número total de filhos que uma mulher teria ao final do período reprodutivo, passou de 6,3 filhos por mulher, em 1960, para 2,9 filhos em 1991, atingindo 2,3 filhos em 2000 (RIOS-NETO, 2005). Para 2015, segundo dados do relatório Brasil em síntese, do IBGE, a TFT nacional estava em 1,72 filhos por mulher.

Com a redução da fecundidade e o aumento da expectativa de vida, há em curso no país o processo de envelhecimento, no qual grande parte da população nascida nas coortes de alta fecundidade começa a chegar à idade idosa. Como tem nascido menos crianças, haverá menor oferta de jovens e adultos no futuro próximo. Assim, a razão de dependência tipicamente jovem dará lugar à razão de dependência maior no segmento idoso, transformações estas ocorridas em menos de um século. As mudanças na composição etária da população brasileira, ao longo do século XX, início do XXI e projetada até meados deste século, podem ser vistas no gráfico 1.

**Gráfico 1 – Evolução da distribuição da população brasileira segundo grupos etários 1940-2050.**

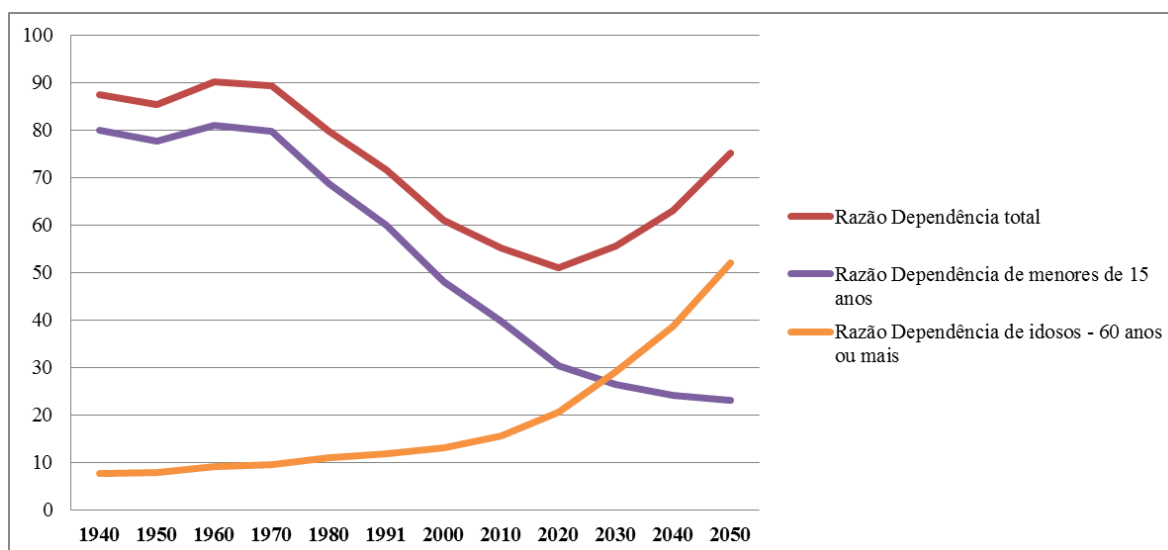


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2010 e Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2010-2050.

A etapa atual da transição corresponde à fase do bônus (ou dividendo) demográfico, processo de transformação na estrutura etária com importantes efeitos sobre a disponibilidade de mão de obra nas próximas décadas, dentre vários outros efeitos macroeconômicos – como destacado por Souza-Júnior e Levy (2014). O bônus demográfico, portanto, está associado à redução da razão de dependência: a menor proporção de população entre 0 e 14 anos, e idosa, de 60 anos ou mais, em relação à maior proporção de população em idade ativa (PIA), de 15 a 59 anos, como ilustrado no gráfico 2. Quando reduzida a razão de dependência total (criança e idosa), o peso econômico da dependência diminui, e a população em idade ativa, ao produzir, gera recursos adicionais que podem ser revertidos em poupança, investimentos e desenvolvimento ao país (ALVES *et al.*, 2010; MASON, 2005; LEE e MASON, 2006; WONG e CARVALHO, 2005; PAIVA e WAJNMAN, 2005; ALVES, 2006). Esta nova realidade abre várias janelas de oportunidades para as políticas públicas e para a redução da pobreza, em função do aumento de pessoas em idade produtiva.

Mas, ao mesmo tempo, apresenta um desafio para as políticas públicas do país, no sentido da absorção dessa oportunidade demográfica e da preparação para a situação futura de envelhecimento populacional (ALVES *et al.*, 2006; VASCONCELOS *et al.*, 2012; PAIVA *et al.*, 2005; RIOS-NETO, 2005).

**Gráfico 2 – Evolução da Razão de Dependência para o Brasil, 1940 a 2050.**



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

A hipótese básica levantada pela literatura é a de que existem configurações institucionais e estruturais que possibilitam, para um dado país, a uma determinada época, um aproveitamento maior das condições sociais e econômicas criadas pela nova estrutura etária. O seu aproveitamento dependerá de vários aspectos, tais como as condições econômicas, institucionais de Estado, de operação do setor financeiro, de comportamento da família, dentre outras. A coleta deste dividendo não é mecanicamente determinada pelas condições demográficas. Se essas configurações, que emergem como uma construção social e não como um dado espontâneo da evolução econômica, não forem estabelecidas, o bônus demográfico converte-se em ônus demográfico (ALVES e BRUNO, 2006; RIOS-NETO, 2005). Turra e Queiroz (2005) analisam a dinâmica do bônus demográfico no Brasil e concluem que o país está negligenciando as oportunidades demográficas existentes. Os autores fazem um alerta sobre o desperdício do bônus demográfico no Brasil e apresentam

algumas sugestões de reformas institucionais. De fato, de acordo com Mason e Lee (2006), o período do dividendo é mais uma “janela de oportunidade” do que uma garantia de crescimento econômico.

O debate sobre as transferências intergeracionais de renda é fundamental para a compreensão do bônus demográfico. De forma simplificada, as crianças e idosos tendem a consumir mais do que produzir e as pessoas em idade ativa tendem a produzir mais do que consumir. Esta relação pode ser mensurada de maneira que se pode estimar as transferências intergeracionais, possibilitando uma medida mais refinada de razão de dependência demográfica. Portanto, as transferências intergeracionais são expressão de um contrato de solidariedade social entre gerações, baseado no ciclo vital dos indivíduos pautado pelo trabalho (COHN, 2004).

Em termos de números de contribuintes, a situação demográfica brasileira atual é favorável, como mostrado. É preciso ressaltar, no entanto, o grande contingente populacional que vive sob relações precárias de trabalho, permeadas pela informalidade e pela fragilidade de vínculos trabalhistas, mais suscetíveis à rotatividade e ao desemprego (BRITO, 2008). Desta forma, o panorama demográfico favorável não é de fato significativo para mudanças positivas, se as configurações sociais e econômicas da regulação do trabalho são insuficientes ou precárias, em um contexto da organização da vida social, na qual a centralidade do trabalho é incontestável.

Cabe questionar, ainda, a noção de que se atribuem os problemas da sustentabilidade dos sistemas de proteção à estrutura etária da população e não à estrutura de distribuição do capital e das rendas. É preciso antes que se discuta o acesso a bens e serviços produzidos socialmente e a distribuição de recursos e capitais no tecido social. Por fim, a perspectiva do bônus demográfico tenta apresentar uma aparente neutralidade, ao enfatizar as vantagens da mudança na estrutura etária para o crescimento econômico; entretanto, ao reforçar enfaticamente as vantagens da redução da razão de dependência, assume um caráter determinístico ignorando a estrutura social vigente (CAMARANO, 2014).

Acrescente-se, ainda, que, mesmo única, enquanto um processo global que atinge toda a sociedade brasileira, a transição demográfica apresenta-se como múltipla, pois se manifesta diferentemente, segundo as diversidades regionais, e, principalmente, pelo fato de

que as mudanças na estrutura etária decorrentes da transição demográfica se distinguem segundo as diferentes classes sociais. Camarano *et al.* (2014) alertam para o fato de que a população brasileira de renda mais baixa foi a única que apresentou taxa intrínseca de crescimento positiva em 2010, o que resultará em sucessivas ondas de jovens pobres no futuro próximo. Desta forma, para que se possa contrabalançar o efeito do aumento da razão de dependência de idosos, serão necessários grandes investimentos nas coortes de jovens, que serão cada vez menores. Isto é muito claro para o caso brasileiro, onde as próximas coortes de idosos deverão ser pobres.

Consoante às afirmações de Camarano *et al.*, Brito *et al.*, (2010) também afirmam que o envelhecimento da população é muito mais acentuado nos estratos de maior renda do que nas mais pobres e que, como consequência, tem-se, entre os jovens, uma proporção de pobres muito superior àquela dos demais grupos etários. Desta forma, apesar da redução em termos absolutos da população jovem nas próximas décadas, conforme gráfico 1, ela ainda deveria se manter como objeto fundamental das políticas públicas.

Retirar os jovens da situação de pobreza é, portanto, uma condição necessária para potencializar as mudanças estruturais da sociedade brasileira que podem ser facilitadas pelos benefícios da transição demográfica. Caso contrário, as possibilidades de o país envelhecer e ainda se manter pobre tornam-se ainda maiores (BRITO *et al.*, 2010). Brito (2008) afirma que será decisivo para equacionar a questão dos idosos, no médio e longo prazo, uma rigorosa política de investimentos, no curto prazo, tendo como alvo a população jovem pobre, com o objetivo não só de garantir sua sobrevivência hoje, mas, principalmente, de criar condições para sua mobilidade social, possibilitando sua definitiva inclusão social, no futuro. Esta é uma preocupação central desta pesquisa.

Vieira (2009) argumenta que, em parte, os desafios e os limites da janela de oportunidade, se esta está sendo aproveitada ou não, depende de como nossos adolescentes e jovens fazem a transição para a vida adulta hoje e sob quais condições. Pais (2005) também alerta para a necessidade de tornar os jovens mais “ativos” tendo em vista o envelhecimento populacional e a sustentação do sistema de proteção social: o peso relativo da população ativa é cada vez menor relativamente aos beneficiários do sistema de proteção social: quer jovens crescentemente escolarizados e à margem do mercado de trabalho; quer uma população idosa maior e com esperança de vida prolongada.

Por fim, a situação demográfica favorável em vistas do bônus de população em idade ativa, por si só, pouco significará se não for aproveitada com eficiência, quanto aos meios, e com objetivo social de ampliar, pela qualidade, a capacidade de mobilidade social da maioria da população pobre, reduzindo, desse modo, as desigualdades sociais. São propostas, nesta pesquisa, reflexões sobre a transição demográfica em um contexto de profundas desigualdades sociais. Desta forma, implica que se discuta, junto com a transição, os projetos de sociedade e de economia, nos quais a transição demográfica pode contribuir não só para o crescimento da economia, mas, principalmente, para a redução das desigualdades sociais no Brasil (BRITO *et al.*, 2010).

Nesta pesquisa, opta-se pela perspectiva de que a transição demográfica é um processo social que não se resume aos efeitos combinados das variáveis estritamente demográficas. Imersa nas profundas mudanças sociais e econômicas pelas quais tem passado o Brasil, a transição demográfica é, simultaneamente, uma de suas causas e um de seus efeitos. Seria um grande equívoco reduzir as preocupações analíticas e políticas com a transição demográfica às suas lógicas consequências atuariais, muitas vezes resumidas às meras implicações sobre as relações custos-benefícios. Desse modo, a análise, bem como suas inevitáveis consequências políticas, ficaria restrita às sugestões sobre a “racionalidade dos meios”, desconsiderando os objetivos sociais a serem alcançados (BRITO, 2008). As possibilidades abertas pela transição demográfica devem significar o desafio de ultrapassar os limites da lógica do mercado da economia contemporânea globalizada, ampliando os caminhos que podem levar à redução das desigualdades sociais.

## **2. Inserção social dos jovens nem-nem**

Se, como apontado na contextualização, a população jovem é importante agente de transformação social e econômica, tanto para o presente como para o futuro, cabe questionar se, e como, os grupos de jovens em situações de inatividade apresentam risco de fratura social.

O objeto de estudo desta dissertação são os<sup>1</sup> jovens, de 15 a 29 anos, que não

---

<sup>1</sup> A despeito do reconhecimento da relevância da linguagem inclusiva de gênero, para a leitura mais fluida do texto, optou-se por retirar as flexões o/a de toda frase que haja marcas de gênero e usar a flexão no masculino, com forte apelo para que seja entendido como gênero neutro. Quando houver distinção de sexo, será mencionado sempre “o homem nem-nem”. Apesar da escolha pelo uso no masculino, esta nota é uma tentativa



trabalham nem procuram trabalho, isto é, encontram-se inativos, e não estão matriculados em instituição de ensino formal. O acrônimo “nem-nem”, para a língua portuguesa, indica uma categoria que, frequentemente, tem sido associada a situações de risco social. Do ponto de vista econômico, a importância do problema dos jovens inativos que não estudam vem do fato de que a educação constitui um dos fundamentos do desenvolvimento dos territórios; assim sendo, uma proporção de pessoas na idade crítica da transição para o mercado de trabalho que não frequenta escolas pode significar prejuízos futuros de desenvolvimento (MENEZES FILHO, CABANAS e KOMATSU, 2013). Dado que a juventude é um período crucial para a formação educacional e profissional das pessoas, gera preocupação o fato de uma parcela dos jovens estar afastada das escolas e do mercado de trabalho (MONTEIRO, 2013). Do ponto de vista social, o que talvez seja mais grave, os mesmos indivíduos e suas famílias podem se encontrar em condições de vulnerabilidade (CAMARANO e KANSO, 2012).

A questão nem-nem, como tem sido correntemente abordada na literatura científica, reside na ausência dos jovens dos processos de socialização típicos da transição para a vida adulta. Se a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social (ABRAMO, 1997). É nesse sentido que a questão dos jovens nem-nem tem estado presente para o pensamento e para a ação social assumindo a face de “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social.

Sob esta perspectiva, a condição de nem-nem entre jovens adquire características especiais e se constitui em problema social, uma vez que essas pessoas estão excluídas das instituições nas quais a sociedade espera que indivíduos participem ativamente durante essa fase do curso da vida. Nessas instituições (escola e trabalho) resta a responsabilidade de prover capacidades e recursos para a entrada na vida adulta, os meios para lograr um status de autonomia e independência com relação à família de origem, e uma fonte de identidade

---

de pôr em questão a naturalidade com que o masculino é entendido como sendo o genérico da humanidade. No caso da língua portuguesa, e de outras línguas latinas, é grande o esforço para produzir uma sentença sem que as marcas de gênero estejam presentes. Propomos a reflexão acerca das discriminações de gênero e defende-se a transição para outro modelo de tratamento linguístico, com maior visibilidade das mulheres e em que o uso do masculino não continue a legitimar a ideia de superioridade de sexo.

em uma etapa de busca identitária.

Destarte, um aspecto importante para observar a exclusão é a partir da perspectiva do curso de vida. A juventude representa um período de transição no qual se definem e têm lugar vivências que afetarão de maneira importante a integração social e as oportunidades futuras de bem-estar. A aquisição de habilidades e credenciais por intermédio do sistema educativo, o início da carreira profissional, a formação de uma nova família ou domicílio, a maternidade ou paternidade, a busca de uma identidade e reconhecimento social como membro adulto da sociedade, são algumas transições que definem esta etapa da vida. Deste ponto de vista, as trajetórias se verão afetadas pelas consequências dos períodos de exclusão que temos explorado neste trabalho.

No entanto, é preciso previamente discutir a categoria “nem-nem” antes de inferir que ela apresenta necessariamente risco para a sociedade ou que o indivíduo está em risco. Importantes questionamentos motivadores desta pesquisa são: a) se existe ameaça real de fratura social do nem-nem; b) se é uma condição irreversível e c) se todo jovem nem-nem representa risco. Esta pesquisa se propõe a refletir que a argumentação pelo viés do “problema social” é certamente relevante, mas que são necessários esforços interpretativos mais amplos para a compreensão da realidade complexa desses jovens. É um grupo de jovens que, por frequentes ocasiões, é tomado pela totalidade analítica da categoria nem-nem, que, como pretendemos demonstrar, é homogeneizante e redutora. Pretende-se discutir até que ponto a categoria “nem-nem” abarca, de fato, uma população em risco social e quais medidas são possíveis para desconstruir concepções acerca da categoria.

Ainda é proposta de discussão a inserção desses jovens na estrutura social, isto é, identificar quais elementos que condicionam suas vulnerabilidades, em particular a falta de condições de pôr à venda sua força de trabalho no mercado. As desigualdades estruturais que levam os jovens a crescentes dificuldades para incorporarem-se ao mercado de trabalho, a particular concentração de pobreza nesse segmento da população, os atrasos e desigualdades educacionais, a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero, assim como as barreiras históricas e tradicionais de mobilidade social, se contam entre alguns fatores que devem ser levados em consideração para definir e analisar a questão nem-nem.

A proposta metodológica desta pesquisa é examinar a categoria nem-nem como uma unidade de análise que demanda refinamento e apuramento crítico na sua interpretação,

para não incorrer em aglutinação de trajetórias diversas e heterogêneas sob o mesmo e único grupo. O reducionismo da categoria acaba por mascarar realidades múltiplas e, quando observada sob interpretação homogeneizante para a totalidade de indivíduos, acaba por desperdiçar o potencial analítico do cruzamento das variáveis “escola” e “trabalho”. Esta pesquisa consiste, pois, em exercício reflexivo acerca das potencialidades da categoria nem-nem.

São objetivos específicos desta dissertação: a) problematizar os conceitos de juventude, curso de vida e transição para a vida adulta e discutir como esses construtos são auxiliares para a interpretação da questão nem-nem; b) levantar revisão de literatura sobre a construção social em torno da categoria nem-nem; c) apontar as dificuldades, vantagens, problemas e potencialidades da categoria; d) comparar características da população jovem brasileira, segundo categoria de atividade (só estuda, só trabalha, trabalha e estuda, não trabalha nem estuda) com o propósito de identificar alguns padrões no grupo nem-nem, por meio de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD – 2014; e) verificar a heterogeneidade presente na categoria nem-nem; e f) identificar subgrupos mais vulneráveis dentro da categoria nem-nem.

Além desta seção introdutória, esta dissertação é composta de mais três capítulos, e das considerações finais.

O capítulo primeiro discute o paradigma conceitual de juventude, delimita o conceito e as faixas etárias de interesse da pesquisa e problematiza o processo que tem sido chamado pela literatura de “transição para vida adulta”. A proposta é debater a descronologização do curso de vida e sua desestandardização, no sentido de explicitar o processo dinâmico e flexível que caracteriza as juventudes brasileiras. O referencial teórico de transição para a vida adulta é utilizado porque caracteriza o processo de forma holística e integrativa do ponto de vista dos eventos e fenômenos da vida jovem. Essa discussão indica que a transição para a vida adulta varia segundo as especificidades de cada grupo, de cada classe social, e, conseqüentemente, das distintas realidades nas quais os jovens vivem. Pode-se constatar, pela literatura, que há grande heterogeneidade intragrupo etário. Sugere-se, por fim, que há uma série de caminhos que levam à vida adulta. Quanto maior a heterogeneidade de combinações dos status escolar, laboral e familiar realizáveis, maior a complexidade do curso da vida e mais difícil se torna vislumbrar um padrão etário rígido para cada uma das

transições. Com isto, têm se multiplicado as trajetórias de transição possíveis, ainda que algumas delas estejam expostas a grandes fragilidades. Realidades sociais distintas marcadas por estruturas de oportunidades distintas só podem gerar como produto padrões de transição para a vida adulta desiguais (VIEIRA, 2009).

O segundo capítulo propõe-se a discutir o conceito da categoria nem-nem e sua problematização, por meio de revisão crítica da literatura. Além de delimitar os critérios classificatórios para inclusão sob o “rótulo” de nem-nem, o capítulo objetiva discorrer sobre como se constrói teoricamente o conceito de nem-nem. Essa parte da pesquisa traz o intenso debate sobre o conceito de nem-nem e os determinantes dessa condição. Enfatiza-se que há intensa heterogeneidade na categoria e que é preciso selecionar os grupos mais vulneráveis para focalizar em análises mais críticas e coerentes sobre o que se considera risco social. Considera-se que as questões de classe, gênero e raça são importantes fatores que levam ao status nem-nem e que são questões sociais derivadas da estrutura social vigente que devem ser levadas em conta na interpretação da categoria. Outra discussão empreendida foi sobre as construções em torno da categoria que levam a uma estigmatização contraproducente. O foco exclusivo na essência da categoria nem-nem, o “não trabalho” e o “não estudo”, ofusca a atenção das desigualdades substanciais e firmemente arraigadas dentro do sistema educacional e do emprego. O final do capítulo apresenta, ainda, uma reflexão metodológica acerca dos usos da categoria nem-nem, bem como de suas limitações e potencialidades. O esforço empreendido se localiza no sentido da crítica a uma categoria estatística que tomou forma de conceito. Um dos propósitos deste capítulo está em chamar a atenção para os perigos de se formar uma concepção social a partir, exclusivamente, do cruzamento de variáveis da pesquisa domiciliar. A categoria nem-nem, certamente, se apresenta como instrumental importante, desde que devidamente contextualizada e filtrada para seu propósito.

O capítulo terceiro apresenta, brevemente, os aspectos metodológicos e, mais extensamente, a análise dos resultados provenientes dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD de 2014. Os resultados, consoantes com a discussão anterior, mostram que há considerável heterogeneidade socioeconômica no interior da categoria nem-nem. Verificou-se que há, de fato, um subgrupo mais vulnerável, de escolaridade e renda baixas, que representa cerca de 17% da população total de nem-nem. Destacou-se a importância da questão de gênero na determinação da condição nem-nem: a

maioria desses jovens são mulheres com filhos e que cuidam de afazeres domésticos.

As “considerações finais” fecham a pesquisa com discussões sobre possibilidades de intervenções e políticas públicas para a questão nem-nem, além de comentários sobre as hipóteses levantadas ao longo da pesquisa. Conclui-se, retomando o título desta dissertação, no sentido de refletir como as incertezas, labirintos e ausências levantadas nos capítulos anteriores impactam para a inserção social de jovens nem-nem.

## ***CAPÍTULO 1 - DA JUVENTUDE À TRANSIÇÃO PARA VIDA ADULTA: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL E ANALÍTICA***

Os objetivos deste capítulo são discutir o paradigma conceitual de juventude, delimitar o conceito e as faixas etárias de interesse da pesquisa e problematizar o processo que tem sido chamado pela literatura de transição para vida adulta. A proposta é debater a descronologização do curso de vida e sua desestandardização, no sentido de caracterizar o processo dinâmico e flexível das trajetórias dos jovens brasileiros. O referencial teórico de transição para a vida adulta é utilizado porque caracteriza o processo de forma holística e integrativa do ponto de vista dos eventos e fenômenos da vida jovem.

### **1. Juventude como categoria de análise**

A idade aparece em todas as sociedades como um dos eixos ordenadores da atividade social. Idade e sexo são bases de classificação social e estruturantes de sentido (MARGULIS e ARIOVICH, 1996). Os conceitos utilizados como classificatórios da idade são recorrentemente ambíguos e difíceis de serem definidos. Infância, juventude ou velhice são categorias imprecisas, com limites nebulosos, o que remete, em parte, à debilitação de antigos rituais de passagem relacionados com lugares prescritos nas instituições tradicionais e, sobretudo, à forte e progressiva heterogeneidade das trajetórias de vida. É preciso, pois, aglutinar à categoria juventude a multiplicidade de situações sociais em que esta etapa da vida se desenvolve e, desta forma, apresentar os marcos historicamente desenvolvidos que condicionam as distintas maneiras de ser jovem. A condição histórico-cultural de juventude não se oferece de igual forma para todos os integrantes da categoria estatística entendida como jovem (MARGULIS e ARIOVICH, 1996).

É preciso reforçar que a divisão entre as idades é arbitrária. As classificações por idade (mas também por sexo ou por classe) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar (BOURDIEU, 1983). A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de abordar os jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente, já constitui uma

manipulação evidente. Bourdieu (1983) argumenta que é por um abuso de linguagem que se pode subsumir no mesmo conceito universos sociais que praticamente não possuem nada de comum.

A expressão do “ser jovem” apresenta uma gama de padrões culturais que se desdobram com a interação das probabilidades parciais organizadas por classe, sexo, idade, memória coletiva, instituições. Mas também é necessário ter em conta, como cenário em que a juventude é definida material e simbolicamente, a malha das instituições que está em jogo na vida social: família, escola, mundo do trabalho, instituições religiosas, partidos políticos, clubes e associações intermediárias.

Em todas estas instituições, uma ordem ligada aos diferentes segmentos de idade, - que está presente nas regras, nos sistemas de papéis, no posicionamento dos atores, nos discursos, nos tipos de sanções, no permitido e no proibido - é seguida. A condição da juventude, nas suas diversas formas de expressão, não pode ser reduzida a um único setor social ou ser isolado das instituições, separado do mundo social, ou simplesmente agindo como um sujeito autônomo. É preciso, pois, recuperar certa "materialidade" e "historicidade" no uso da juventude como categoria (MARGULIS e ARIOVICH, 1996)

É praticamente consenso na literatura social o uso instrumental das idades, uma vez que, embora ancoradas nos eventos biopsíquicos dos indivíduos, não é fenômeno puramente natural, mas processadas pela história e pela cultura, datado, portanto, e inseparáveis do lento processo de constituição da modernidade, do ponto de vista do que ela implicou em termos de ação sobre os costumes e os comportamentos. O trabalho de Philippe Ariès (1960) constitui, provavelmente, o marco mais importante no sentido dessa tomada de consciência. Ao afirmar o caráter tardio da emergência do sentimento de infância e sua natureza eminentemente moderna, ele distingue também o tipo particular de vínculo que relaciona adultos e crianças nas eras moderna e pré-moderna (PERALVA, 2007). A juventude é, portanto, um produto da modernidade cuja discussão se avoluma, à medida que se adensam as transformações nos diversos campos da vida social (família, escola, mundo do trabalho).

Pode-se mencionar, ainda, que o rápido processo de envelhecimento da população mundial tem instituído uma nova forma de refletir sobre os grupos geracionais. O fato do alongamento da duração da vida tem ressignificado os tempos de juventude (CAMARANO, 2014; DA COSTA DOURADO e ALMEIDA, 2015). Assim, o envelhecimento nas

sociedades complexas e moderno-contemporâneas é, também, um fenômeno que pode trazer “a flexibilização das classificações das idades, o esmaecimento das fronteiras etárias, a pluralidade e a heterogeneidade de experiências geracionais” (BARROS, 2011, p. 47, *apud* DA COSTA DOURADO e ALMEIDA, 2015). Nesse contexto, o modelo sequencial das idades etárias é desestabilizado, particularmente, quando confrontado com categorias sociais que distinguem conjuntos de indivíduos historicamente, tais como classe, gênero e etnia.

Em seu discurso na Conferência Latino-Americana sobre a Infância e a Juventude no Desenvolvimento Nacional, em 1965, no Chile, José Medina Echevarria questiona se juventude deve ser um mero agregado estatístico, tratado com unidade e como problema, ou se há necessidade de se problematizar as questões de juventude, dada sua diversidade, sujeita a uma estrutura social. Destaca-se o fato de, já em 1965, a juventude ser apresentada no campo mais amplo de reflexão do processo histórico.

A concepção de juventude genericamente difundida como noção social é, como afirma Abramo (1997), baseada no conceito pelo qual a sociologia funcionalista a constituiu como categoria de análise: como um momento de transição no curso de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade. A abordagem dos jovens apenas sob a ótica da transitoriedade de sua condição tem sido vista pela literatura com ressalvas, uma vez que a visão de juventude como uma fase “transicional” dificulta enxergar os jovens como sujeitos de direitos, com experiências e vivências tão importantes quanto as de pessoas que estejam em outras fases do curso de vida. Esta é, de fato, uma das muitas imagens associadas à juventude, que seria a da transição entre dois universos: o das crianças e o dos adultos. Esta abordagem considera que os jovens têm autonomia parcial diante de suas vidas, na qual esse é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, *o que ainda não chegou a ser*, negando o presente vivido (SALEM, 1986 *apud* DAYERELL, 2007).

A essa ideia se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e o erro, para experimentações, período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil (DAYERELL, 2007). Mais recentemente, acrescenta-se outra tendência, a de perceber o jovem reduzido apenas ao



campo da cultura, como se ele só expressasse a sua condição juvenil nos finais de semana, quando envolvido em atividades culturais, por intermédio da moda, expressão linguística e aspectos gerais do comportamento. Essas imagens convivem com outra: a juventude vista como momento de crise, fase difícil, dominada por conflitos com a autoestima e/ou com a personalidade. Ou, ainda, a tendência em considerar a juventude como momento de distanciamento da família, apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora (DAYERELL, 2007).

Torna-se necessário colocar em questão essas imagens, pois, quando arraigados nesses “modelos” socialmente construídos, corre o risco de analisar os jovens de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modo de “ser jovem”. Dessa forma, não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens, principalmente, de classes sociais populares, constroem as suas experiências de fato.

Por fim, construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais. Uma série de autores já se debruçou sobre o tema, trazendo importantes contribuições<sup>2</sup>, não sendo, porém, o propósito desta dissertação recuperar toda essa discussão. Em síntese, entende-se, conforme apresentado por Peralva (1997), que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um dado tempo histórico e, no seu interior, cada grupo social, vai lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero e também da segregação espacial, entre outros aspectos.

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas, sim, como parte de um processo mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências

---

<sup>2</sup> Para a discussão sobre as definições de juventude, consultar Camarano *et al.*, (2004); ONU (2005, 2006); Brasil (2002); Bourdieu (1983) *apud* Camarano (2006) e para uma discussão mais aprofundada a respeito da noção de juventude, ver Pais (1993); Spósito (1993, 2000); Peralva (1997); Feixa, (1998); Dayrell (1999, 2001), *apud* Dayerell (2007.)

vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa, pois, não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (DAYERELL, 2007).

Em síntese, indica-se que definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos; implica vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicações, participação, consumo, gênero, raça, etc. Reitera-se que essa transversalidade indica que não há apenas um grupo de indivíduos em um mesmo curso de vida, ou seja, uma só juventude (CASTRO e ABRAMOVAY, 1998).

Dessa discussão, é possível compreender que a juventude constitui um momento determinado, ou seja, não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pelas características das trocas e relações que esse meio proporciona. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar as diversidades de modos de ser jovem existentes.

### **1.1 Delimitação da categoria jovem**

Os primeiros estudos brasileiros sobre juventude e transição para a vida adulta centraram-se na faixa etária de 15 a 24 anos (MADEIRA, 1999; CAMARANO *et al.*, 2003; ARRUDA, 2004; MELLO, 2005), conforme estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas de 1985. A Organização Ibero-Americana da Juventude e a Organização Internacional da Juventude, seguindo a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura - UNESCO, definem juventude como o ciclo etário de 15 a 24 anos.

No entanto, já há algum tempo, existem mobilizações para que se amplie o limite etário superior daquilo que os organismos internacionais convencionam considerar como população jovem. No Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, realizado em Dacar (2001), solicitou-se que os organismos internacionais reconsiderassem o limite superior e o estendessem para 30 anos (ARRUDA, 2004).

Seguindo a tendência internacional, passou-se a considerar população jovem, os brasileiros com idades entre 15 e 29 anos. O Estatuto da Juventude<sup>3</sup>, Lei nº 12.852, de 5 de

---

<sup>3</sup> O Estatuto da Juventude determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos

agosto de 2013, define como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Portanto, a classificação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ (responsável pela articulação de programas e projetos do Governo Federal) passou a considerar, a partir de 2006, jovens os “adolescentes-jovens” (15 a 17 anos), os “jovens-jovens” (18 a 24 anos) e os “jovens adultos” (25 a 29 anos) (NOVAES *et. al.*, 2006).

Desta forma, no intuito de estar alinhada com o debate sobre juventudes no Brasil e no mundo, optou-se nesta pesquisa por adotar a mesma classificação prevista no Estatuto da Juventude e considerada pela SNJ. Embora todas as ressalvas tenham sido feitas para o uso instrumental do marco cronológico do que se chama de “jovem”, é preciso delimitar o recorte populacional a fim de tornar a pesquisa quantitativa factível. A juventude como categoria de idade é uma perspectiva demográfica funcional à identificação precisa de jovens. Nesse sentido, opera como uma estratégia de leitura da realidade jovem, reduzindo a carga de complexidade social que esse grupo porta por si mesmo, e na sua relação com outros grupos sociais. Assim, as definições da juventude baseadas nas idades das pessoas apresentam pretensões de universalidade no seu uso (LEYTON, 2009).

Desta forma, para além das definições fornecidas por organismos nacionais e internacionais de controle e contagem populacional e das instituições estatais que delimitam os grupos geracionais, visando o planejamento de políticas públicas específicas, os indivíduos que integram os mais diferentes grupos nas sociedades constroem as suas próprias percepções da juventude. Nesse sentido, os jovens possuem, portanto, definições de si mesmos que devem ser levadas em conta pela pesquisa científica e pela gestão pública. Defende-se, aqui, a perspectiva de que jovens são importantes atores sociais e políticos, sendo, assim, protagonistas da própria trajetória e não apenas objetos de intervenção pública.

Como esta pesquisa está no âmbito sociodemográfico, as definições cronológicas de idade serão usadas de forma instrumental, para uma medida aproximada da realidade de jovens nem-nem. No entanto, advoga-se por uma agenda de pesquisa ampla, com a problematização do tema desde as perspectivas conceituais de subcultura, atuação política, da psique, dentre outras possibilidades, igualmente importantes, não abordadas nesta

---

pelo Estado brasileiro, detalha, dentro das garantias já previstas pela Constituição Federal, quais são as especificidades da juventude que precisam ser afirmadas e define os princípios e as diretrizes para as políticas públicas de juventude, avaliando que o grupo de pessoas que estão na faixa etária de 15 a 29 anos não são contemplados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de julho de 1990) e precisam de um instrumento legal que assegure os seus direitos.

dissertação. A forma retratada por essa pesquisa é apenas uma das infinitas maneiras de enxergar a realidade nem-nem e não se tem qualquer pretensão de estabelecer diagnósticos determinantes.

## **2. Sobre curso de vida**

Dentro de uma esquematização do curso de vida típico da era industrial, encontram-se facilmente três compartimentos estanques: no primeiro período da vida, espera-se que haja a dedicação exclusiva à educação (associada à infância e à adolescência), no segundo período do curso da vida a centralidade da existência é o trabalho (associado à vida adulta) e por fim atinge-se a aposentadoria (vinculada à velhice) (VIEIRA, 2009; CAMARANO, 2006). Esse esquema é, portanto, um desdobramento da forma como o tempo é percebido na era industrial, cuja centralidade do trabalho na definição do curso de vida é cardinal.

Ainda que a classificação das pessoas segundo a idade também siga analogamente o mesmo propósito segmentar para melhor gerenciar e extrair análises mais sintéticas, destaca-se o poder normativo que há em torno das etapas do curso de vida, no sentido de que o que sociedade espera dos indivíduos em cada idade tem poder de orientar e prescrever comportamentos, caracterizando as etapas do curso da vida. Há em torno das idades uma série de construções idealizadas e normativas. Apesar das ressalvas feitas no tópico anterior, o tempo, medido em anos vividos, passa a servir de parâmetro para a normatização das condutas esperadas, segundo a pertença aos diferentes grupos etários (VIEIRA, 2009; CAMARANO *et al.*, 2006).

Macmillan (2005), em sua distinta obra sobre teoria do curso da vida, aponta que o curso de vida estruturado, fundado em um conjunto normativo de etapas ordenadas em um contínuo, cede espaço a “conformações novas e potencialmente problemáticas”. Isto se verifica na descompressão dos marcos da vida adulta exemplificado pelo aumento da sobreposição dos papéis sociais, aumento da reversibilidade e instabilidade destes e desarticulação dos diferentes papéis que se tornam difíceis de conciliar ao longo das trajetórias individuais no decorrer da vida.

Essa emergente flexibilização da linearidade na sequência dos eventos, sugere uma despadronização do processo de transição (GALLAND, 1990, 1995, 2003 *apud*

CAMARANO, 2006). À luz dessas mudanças, pode-se inferir que as distinções entre estudante e não estudante, trabalhador e não trabalhador, solteiro e casado estão se tornando ultrapassadas e sendo substituídas por situações intermediárias e, por vezes, reversíveis e coincidentes. O foco nas transformações sociais que colocam em xeque este modelo permitiu, por exemplo, identificar processos, tais como: o prolongamento da juventude, a acentuação da tendência à coresidência familiar, juntamente ao adiamento, a dessincronização e a reversibilidade dos rituais de passagem que identificariam a transição para a vida adulta (BOTELLHO, ARAÚJO e CODES, 2016). Algumas situações arquetípicas foram mencionadas por Vieira (2009) e Camarano (2006): maior espaçamento temporal entre a saída da casa dos pais e o casamento; sobreposição entre estudo e trabalho; aposentadoria sem se retirar completamente do mercado de trabalho; o filho que retorna à casa paterna/materna depois de ter tido a experiência de viver só ou em união conjugal.

Em meio a tal processo de revisão crítica, afirmam-se os aportes que dão relevância à diversidade das experiências jovens e das subjetividades decorrentes, bem como de seus efeitos nas novas dinâmicas familiares. Assume-se que em qualquer fase da vida podem ocorrer transições e recomposições identitárias, o que torna problemático estabelecer uma equivalência entre transição e emancipação do (BOTELLHO, ARAÚJO e CODES, 2016).

Reafirma-se, com base em Pais (2005) que os cursos de vida entre os jovens são trajetórias cada vez mais bifurcadas e embaralhadas, porque também os respectivos contextos de vida são cada vez mais instáveis e variáveis. Isto posto, questiona-se, neste trabalho, as sequências fixas como forma de interpretar os eventos da vida jovem e de prescrever soluções por meio de políticas públicas. As formas de vida são múltiplas e parece que os modelos prescritos do curso de vida ainda não deram conta da pluralidade dos modos de vida contemporâneos.

Um momento específico do curso de vida, no qual se insere o objeto deste estudo, é a transição para a vida adulta. Ora, se os cursos de vida estão se despadronizando e flexibilizando, o fenômeno da passagem para a vida adulta também assim deve ser interpretado. Desta forma, o que pode ser visto como um desvio, a princípio (o nem-nem), pode estar influenciado pela lente normativa da linearidade que dilapida as várias formas de estabelecer a vida e encaixa a todos sob a mesma perspectiva prescrita. É preciso desmitificar a categoria estatística nem-nem e enxergá-la a partir da heterogeneidade que a constitui e,

principalmente, desconstruir o estigma que se constrói em torno de jovens com trajetórias não-lineares.

### **3. Transição para vida adulta no contexto de não linearidades**

A constituição de um campo de estudos sobre a transição para a vida adulta teve lugar inicialmente nos Estados Unidos, ainda nos anos 1970<sup>4</sup>. Sobretudo nos anos 1980 e 1990, tanto a Demografia da Família, ou dos Grupos Domésticos, quanto a Sociologia norte-americana, desenvolveram estudos empíricos e teóricos que consideram as características, os determinantes e os aspectos estruturais da transição para a vida adulta<sup>5</sup>. No entanto, esta é uma temática que só no início dos anos 2000 começou a ser abordada por pesquisadores brasileiros<sup>6</sup> (VIEIRA, 2009).

Conforme conceitua Vieira (2009), na perspectiva dos estudos sociodemográficos, a transição para a vida adulta é o processo de assunção a novas posições, responsabilidades e papéis sociais próprios da condição de adulto. O indivíduo deixa para trás um estado inicial de dependência e necessidade de proteção, assistência e cuidados que o caracterizava desde o nascimento, para enquadrar-se à condição de adulto.

O estudo de transição para vida adulta concentra-se, principalmente, na análise das dimensões institucionais desse processo: escola, trabalho, família e constituição do domicílio (CAMARANO, 2006). Nessa ótica, a saída da juventude para a vida adulta seria marcada por eventos, tais como a estabilização profissional, a residência autônoma, a conjugalidade e a parentalidade (ALMEIDA, 2015; CORSEUIL, FRANCA e POLOPONSKY, 2016).

Assim é modelada a abordagem processual sobre transição para a vida adulta, que contempla as mudanças de status como aquela de estudante a trabalhador (a), de membro

---

<sup>4</sup> COLEMAN, 1974; MODELL, FURSTENBERG E HERSHBERG, 1976 *apud* VIEIRA, 2009.

<sup>5</sup> GOLDSCHIEDER e DA VANZO, 1985, 1989; HOGAN, 1986; AVEREY, GOLDSCHIEDER e SPEARE JR., 1992; HOGAN, EGGEBEEN e CLOGG, 1993; HARRIS, FURSTENBERG e MARMER, 1998; GOLDSCHIEDER e GOLDSCHIEDER, 1999 *apud* VIEIRA, 2009.

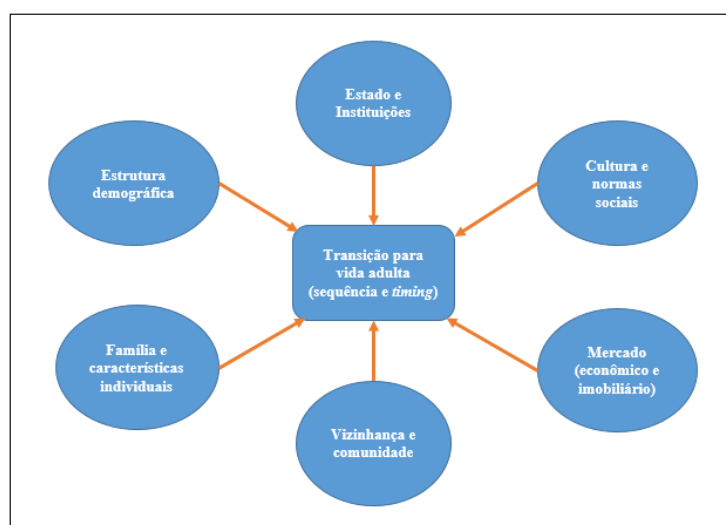
<sup>6</sup> OLIVEIRA, 2005; NASCIMENTO, 2008 *apud* VIEIRA, 2009. CAMARANO *et al.*, 2003; ARRUDA, 2004; MELLO, 2005; CAMARANO, MELLO e KANSO, 2006.

dependente a chefe de domicílio, de solteiro à pessoa em união, de filho (a) a pai ou mãe, o que de fato implica assumir novos papéis e responsabilidades e, por isso, são tomadas como indicativo de entrada na vida adulta.

Vieira (2009) destaca que a inovação trazida pelos estudos de transição para a vida adulta é a integração e equacionamento de diferentes eventos demográficos que geralmente marcam e fazem parte da experiência de “ser jovem”. A reformulação das questões relativas à juventude colocadas em termos de transição para a vida adulta levou, nos últimos anos, à construção de uma estrutura conceitual específica que procura dar uma visão holística deste processo.

A estrutura conceitual sobre transição para vida adulta reconhece e correlaciona diversos campos que perpassam a questão: a estrutura demográfica, a estrutura familiar e institucional, a economia, a cultura e a política. Conforme a figura 1 esquematiza, a vantagem dessa estrutura conceitual estaria na perspectiva multidimensional e holística das transições (VIEIRA, 2009).

**Figura 1 – Estrutura conceitual para compreensão da transição para a vida adulta.**



Fonte: IUSSP Scientific Panel on the transition to adulthood in developed countries. (<http://www.iussp.org/Activities/scc-trans/trans-terms.pdf>).

A crescente complexidade da realidade social obriga à descoberta de novos paradigmas nos estudos da juventude, uma vez que os velhos modelos teóricos usados deixam escapar a realidade que pretendem modelar. O que Pais (2005) mostra é que as transições de jovens para a vida adulta são transições complexas e ziguezagueantes, sem rumo fixo ou pré-determinado. Pais (2005), o principal referencial teórico desta pesquisa

nesse quesito, apresenta o conceito de trajetória num sentido complexo, não circunscrito a uma linearidade de direção. Destarte, os modelos lineares de transição estão se tornando cada vez mais inapropriados para o contexto de mudança social e econômica das últimas décadas (CAMARANO, 2006). Os processos de transição são francamente heterogêneos e marcados por constantes descontinuidades e rupturas (PAIS, 2005).

Como citado no tópico anterior, a descompressão das etapas do curso de vida permite exercer apenas algumas funções próprias da vida adulta sem assumir todas, como, por exemplo, desvinculação do exercício da sexualidade da formação de núcleo familiar e ainda da parentalidade. Há também a desvinculação entre a habilitação para desempenhar uma função e o efetivo exercício dessa função, prolongando o estado de dependência. Como exemplo, podemos citar o jovem que está capacitado para o trabalho, mas não exerce atividade produtiva (VIEIRA, 2009; CAMARANO, 2006). Ou, ainda, a reversibilidade dos processos, que caracteriza a dinamicidade dos status educacionais, laborais e conjugais. O princípio da reversibilidade nos processos de transição para a vida adulta, como será visto no tópico seguinte, faz com que alguns jovens abandonem a escola na expectativa de iniciarem uma carreira profissional, para acabarem por regressar à escola, dadas as dificuldades de obtenção de emprego. Outros permanecem na escola, mas não se incorporam ao ritmo escolar e apresentam rendimentos insatisfatórios (PAIS, 2005).

Os caminhos de passagem para a idade adulta não são apenas obscuros, são caminhos longos, sinuosos, com escolhas. Nos caminhos para a vida adulta há uma ordem institucional que organiza os cenários de transição marcados por “caminhos apropriados”. Mas há também os caminhos de “interditos”, que afinal, parecem ser os mais desbloqueados, com menos escolha, e por isso os mais escolhidos. Pais (2005) argumenta que:

*“Os percursos são descoincidentes com os itinerários propostos nos mapas de orientação (acabar o ensino médio e ir para a faculdade; com o canudo arranjas um emprego e podes casar). E surgem os desnortes. Os mapas postulam itinerários, são descritores de trajetórias, uma vez que têm por função indicar, quer um efeito obtido pelo itinerário, quer um dado que se postula como limite, uma possibilidade, uma obrigação. Contudo, na vida real dos percursos quotidianos, os dados baralham-se, perdem efeito, dão lugar ao desnorte”.*



Pais (2005) conceitua a pós-linearidade a partir da metáfora do ioiô, caracterizada pela trajetória descontínua, passível de ruptura, de reversibilidade dos processos e com intensa dinamicidade entre processos de transição para a vida adulta. As voltas e mais voltas retratam, expressivamente, muitos dos atuais cotidianos jovens. É na lógica experimentalista que se desenvolvem muitas dessas sociabilidades.

*“É porque vivem estruturas sociais crescentemente labirínticas que os jovens contemporâneos se envolvem em trajetórias ioiô. De fato, um dos aspectos essenciais das culturas juvenis contemporâneas deriva das lógicas antinômicas que as caracterizam: ora rígidas, uniformes, coercitivas; ora flexíveis, opcionais, sedutoras. Perante estruturas sociais cada vez mais fluidas em função dos indivíduos e seus desejos, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém: saem da casa dos pais para um dia voltarem; abandonaram os estudos, para retomá-los tempos passados; encontram um emprego, e em qualquer momento se veem sem ele; se casam, não é certo que seja para a vida toda”* (PAIS, 2005).

O que se constata, segundo Pais (2005), é que os jovens, por se sentirem num labirinto de vida, tendem muitas vezes a negar a vigência da realidade por meio de projeções utópicas. Para alguns deles, a fidelidade ao real faz-se por intermédio das margens para as quais são frequentemente relegados, como acontece quando procuram uma integração profissional nas margens da economia formal. Uns afundam-se nas margens, outros procuram inovações de margem. Quer dizer que, nos labirintos da vida, alguns jovens acham-se depois de se perderem.

Os modos precários de vida que caracterizam a condição social tendem a conferir um grau forte de indeterminação ao futuro de muitos jovens.

*“No labirinto da vida, alguns jovens querem, mas não podem vencer os desafios que se colocam a si mesmos. Por isso, por vezes referem-se ao futuro em termos condicionais: a ideia de planificação do futuro é substituída pela de expectativa, pela ideia de espera investida em sonhos ou ilusões. Os trajetos de vida são sincronizados com os projetos que dela*

*se fazem, mas, frequentemente a formulação dos projetos impede a culminação dos trajetos, os impasses do presente tornam o futuro ausente, os escolhos dificultando as escolhas. Entre alguns jovens surge, então, uma forte orientação em relação ao presente, já que o futuro fracassa em oferecer possibilidades de concretização das aspirações que em relação a ele se desenham. Os projetos de futuro encontram-se relativamente ausentes. Ou, existindo, são de curto prazo. O importante é viver o dia-a-dia, ter dinheiro para gastos do quotidiano. O desassossego em relação ao futuro implica uma compensatória valorização do presente. Ante um futuro ameaçador e a falta de oportunidades de emprego, os jovens preferem viver no prolongamento do presente a necessidade de projetar o hoje no amanhã. Não há fuga possível ao labirinto da vida; o que importa é saber viver a vida no labirinto que a constitui (PAIS, 2005).*

### **3.1 Escola, trabalho e família: as dimensões da transição**

Embora a maior parte da informação demográfica disponível permita apenas captar eventos isolados e não trajetórias, ela funciona como *proxy* de mudanças de status, como a de estudante a trabalhador; de membro dependente de um domicílio a responsável por seu próprio domicílio; de solteiro a pessoa em união; e do desempenho do papel exclusivo de filho, ao exercício da paternidade ou maternidade (VIEIRA, 2009). Dessa forma, as dimensões escola, trabalho e família serão exploradas, a seguir, no sentido de descrever e problematizar, ainda que brevemente, a transição para vida adulta no Brasil, entendendo-se que a saída da escola para entrada no mundo do trabalho e/ou constituição de família/domicílio caracteriza o processo clássico de transição para a vida adulta.

#### **3.1.1 Família e Domicílio**

Pesquisas recentes sobre transição para vida adulta (CAMARANO *et al.*, 2006; VIEIRA, 2009; BOTELHO, ARAÚJO e CODES, 2016) apontam para novas formas de constituição de família entre jovens brasileiros e sugerem que as fases de sua formação podem ser marcadas por trajetórias não-lineares, podendo, por exemplo, os filhos virem antes do casamento e antes da saída da casa dos pais. Goldani (2004) registra que a

“diversidade e fluidez” dos arranjos familiares são marcas da pluralidade contemporânea.

Não existe um consenso na literatura sobre qual evento marca a entrada do indivíduo no mundo adulto: independência econômica, saída da casa dos pais ou constituição de família. Também não se tem consenso sobre qual processo define a formação de família: casamento, parentalidade e/ou saída de casa. Essa última dúvida se acentua com a tendência crescente de dissociação entre sexualidade e casamento, entre casamento e parentalidade e entre união/casamento e formação de domicílio independente, apontando para uma flexibilização nos padrões de relacionamentos afetivos e familiares (CAMARANO, 2006).

Estudos feitos para o Brasil, com dados de Censos Demográficos e PNADs, sugerem que a transição para a vida adulta é distinta para homens e mulheres brancos e negros, residentes no Nordeste e no Sudeste, de maior e menor renda (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006; VIEIRA, 2008).

Parece claro que o processo de transição é diferenciado por sexo, de acordo com os papéis que homens e mulheres exercem na sociedade (CAMARANO e MELLO e KANSO, 2006). Desta forma, as pesquisas citadas apontam que a transição para a vida adulta tem um forte componente de gênero. Casamento, maternidade e constituição de família e domicílio, independentemente da inserção no mercado de trabalho, são ainda elementos definidores da transição para a vida adulta das mulheres (CAMARANO *et al.*, 2006).

Ao avaliarem-se as mudanças da transição para a vida adulta nas séries históricas, a transição das mulheres experimentou mais transformações que a masculina, o que se explica, provavelmente, mais por mudanças na sua inserção social do que por condições específicas da juventude. O aumento da escolaridade feminina levou ao incremento da sua participação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a que aumentasse o percentual de mulheres que fizeram a transição via mercado de trabalho. No entanto, permanece alto o percentual de mulheres que fizeram a transição via constituição de família. O crescimento na proporção de jovens de ambos os sexos que constituíram família sem ter saído da casa dos pais é também expressivo; são as chamadas famílias conviventes (CAMARANO *et al.*, 2006).

Percebe-se que, logo na adolescência, importantes diferenciais de gênero marcam a tônica da transição para a vida adulta. Para as mulheres, há certa centralidade das transições familiares como fator de abandono escolar e aceleração da entrada na vida adulta, enquanto

entre os homens, os interesses estão mais centrados no trabalho e na obtenção de renda, mesmo que isto implique sacrificar os estudos (VIEIRA, 2009; CAMARANO *et al.*, 2006). Vieira (2009) também comenta que os papéis de gênero assumem uma função preponderante na decisão de sair do sistema educacional e ascender à vida adulta. A divisão sexual do trabalho, que delega aos homens o papel de provedor e às mulheres o papel de cuidadora/reprodutora, dá sinais de estar ainda em vigor, sendo um dos aspectos fundamentais do processo decisório do abandono escolar, conforme apontam as autoras mencionadas.

Vale uma pequena digressão a respeito das tarefas de cuidado: até hoje, as mulheres têm sido as principais cuidadoras das crianças e idosos, realizando as tarefas rotineiras e dando coesão às relações entre as gerações. Os homens e as mulheres brasileiros têm direitos iguais perante a lei, mas, no que diz respeito ao cuidado dos dependentes, nossas normas culturais ainda refletem uma expectativa maior sobre as mulheres do que sobre os homens. Às mulheres, histórica e culturalmente, cabem os cuidados com a casa e com a família, e, metonimicamente, com a reprodução da sociedade (FONTOURA E BONETTI, 2010; GOLDANI, 2004). Adotando-se uma perspectiva histórica, no mundo ocidental, tem-se o cuidado como um valor social relativo à intimidade, ao afeto e à personalidade (TRONTO, 2002). Ele está associado, portanto, à esfera do privado, espaço por excelência da família, tomada como uma instituição humana universal, lugar do afeto e da cooperação e que se constitui em uma oposição simbólica ao mundo público, do trabalho, da política (COLLIER; ROSALDO; YANAGISAKO, 1992 *apud* FONTOURA e BONETTI, 2010). De outro lado, somando-se a essa perspectiva histórica de gênero, esse significado estrito do cuidado tradicionalmente dota de sentido um modelo hegemônico de feminilidade ocidental (TRONTO, 1997).

Por fim, como dito em tópico anterior, parece haver consenso na literatura especializada de que os marcos transicionais e a percepção da duração ideal da juventude variam de acordo com a cultura e o grau de afluência das sociedades. Isso porque a juventude tende a ser abreviada em populações onde os recursos são escassos e a necessidade de sobrevivência se impõe sobre a busca de satisfação individual, impossibilitando a formulação de projetos individuais de longo prazo; é preciso crescer depressa, contribuir com o grupo doméstico, ao invés de ser um peso a mais a ser suportado pelos demais. Há também de se levar em conta que o trabalho, o casamento e a maternidade (muitas vezes

mais que a paternidade) são valores (ALMEIDA, 1987; ALMEIDA, P., 2002 *apud* VIEIRA, 2009), e como tais podem ser estimulados ou coibidos sob determinadas condições, segundo a visão de mundo compartilhada pelos membros de uma coletividade (VIEIRA, 2009).

Um ponto importante no qual há um contraste entre áreas vulneráveis e não vulneráveis é quanto à menção feminina de que os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos motivaram sua opção pela inatividade, sendo este um motivo assumido com maior frequência entre as mulheres de áreas vulneráveis (VIEIRA, 2009). Como apontam Heilborn e Cabral (2006), parte significativa de mães adolescentes de baixa renda e seus parceiros já estava fora da escola quando ocorreu a gravidez. Várias delas já cuidavam dos irmãos e vizinhos, portanto, não tinham no seu horizonte de expectativas a aspiração a um futuro muito diferente daquele que vivenciavam. Essa transversalidade entre questões de gênero e classe perpassam toda extensão deste trabalho e serão discutidas com mais profundidade nos capítulos seguintes.

### **3.1.2 Trabalho e Classe**

As transformações recentes da economia global têm originado uma flexibilização crescente das estruturas produtivas e dos usos da força de trabalho. O sistema econômico capitalista, para se manter competitivo, acaba por assentar num modelo de redução de custos, de aumento da produtividade e flexibilização do trabalho e, conseqüentemente, na diminuição dos que têm emprego fixo. O resultado se traduz em desemprego ou trabalho precário<sup>7</sup> (PAIS, 2005; CAMARANO *et al.*, 2004).

Como efeito da globalização da economia, perante uma crescente volatilidade do mercado, uma maior concorrência econômica e uma diminuição das margens de lucro, algumas empresas sobrevivem à custa da flexibilização laboral, recorrendo a desempregados ocasionais, subempregados, subcontratados. A tendência atual dos mercados laborais é apelar cada vez mais a uma força de trabalho que se pode recrutar rapidamente, assim como rapidamente se pode despedir (PAIS, 2005).

---

<sup>7</sup> A definição de precariedade laboral tem limites difusos apesar de seu extenso uso. Uma definição possível de trabalho precário é a que considera como tal aos que cumprem ao menos uma das seguintes características: 1) Empregos por um tempo definido ou que tem um alto risco de ser finalizado; 2) Remuneração com salários insuficientes para a reprodução social do trabalhador; 3) Ausência de proteção social adequada; 4) Ausência de negociação coletiva sobre salários e condições de trabalho adequadas (FABIO e NEIMAN, 2010).

Muitos têm argumentado, como constata Yates *et al.*, (2011), que as transições no mercado de trabalho para jovens, nos últimos 30 anos, têm conduzido a situações cada vez mais individualizadas, complexas e problemáticas para alguns, particularmente para aqueles provenientes de classes sociais mais pobres. De fato, a população jovem é das mais vitimadas pelas tensões que atravessam o mercado de trabalho (PAIS, 2005; CORSEUIL, FRANCA E POLOPONSKY, 2016; FRIGOTTO, 2005).

Embora muitos jovens sejam vítimas dos processos de reestruturação econômica, eles procuram, criativamente, fazer face aos dilemas, dificuldades e desafios que lhes surgem. Pais (2005) coloca que é no segmento mais frágil do mercado de trabalho que um número considerável de jovens ensaia, por múltiplas tentativas e variadas formas de precariedade, a sua inserção – nem sempre conseguida. Atividades ilícitas, “bicos”, trabalhos temporários ou informais são estratégias plurais que expressam formas próprias de ganhar dinheiro ou de ganhar a vida, ainda que em terrenos de marginalidade, incertezas ou instabilidades, substancializando culturas de aleatoriedade e de improvisação. Muitos dos que ensaiam conciliação com a escola, acabam por tomar trabalhos de jornada parcial; no entanto, como constata Corseuil, Franca e Poloponsky (2016), grande parcela desses empregos “*part-time*” se caracteriza por vínculos informais.

Há, dessa forma, muitos jovens que rodopiam por uma multiplicidade de trabalhos precários, intercalando inserções provisórias no mundo do trabalho com saídas periódicas. Para esses jovens não há realidade que se encaixe no conceito habitual de trabalho. Em lugar de uma rotina estável ou de uma carreira previsível, atributos que caracterizavam os tradicionais postos de trabalho, há o enfrentamento com um mercado flexível. Assim, a transitoriedade e a incerteza pautam os percursos profissionais de muitos jovens (PAIS, 2005). E essa é uma chave importante para a compreensão da questão nem-nem.

Corseuil, Franca e Poloponsky (2016) destacam que a qualidade do emprego dos jovens é um problema tão ou mais grave que o desemprego, em particular as altas taxas de informalidade<sup>8</sup>. A alta prevalência de emprego informal entre os jovens é preocupante sob

---

<sup>8</sup> A relação entre um contrato informal e a precarização da relação trabalhista se dá na medida em que muitos dos direitos que o trabalhador deveria receber durante o período empregado são frequentemente negados nesse tipo de relação trabalhista (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, adicionais de férias e horas extra, extensão de direitos negociados por acordo coletivos da categoria profissional são alguns exemplos). Além disso, há indícios de que os acidentes de trabalho são bem mais frequentes no setor informal, sugerindo maior precariedade desse tipo de posto de trabalho. A proteção social do trabalhador informal é deficiente ao menos

ao menos três aspectos: *a)* precarização da relação de trabalho; *b)* proteção social deficiente; e *c)* trajetória profissional comprometida.

Além do comprometimento com o bem-estar no curto-prazo, o emprego informal, quando jovem, também compromete o bem-estar do indivíduo no longo prazo. Há evidências (CRUCES, HAM e VIOLAS, 2012) de que o jovem que ocupa um posto informal no início de sua trajetória profissional tem um crescimento de salário menor que outro jovem semelhante que ingressa no mercado de trabalho em um posto formal.

Corseuil, Franca e Poloponsky (2016) indicam que, enquanto as faixas etárias jovens mais velhas que 20 anos apresentam dinâmica de informalidade semelhante à dos adultos de 30 a 65 anos, a faixa etária de 15 a 17 anos aponta um comportamento peculiar e inquietante no que diz respeito à informalidade. Além de registrar uma queda menor para a taxa de informalidade entre 2001 e 2013, é possível dizer que são jovens que apresentam necessidade de conciliar o trabalho com o estudo. Ainda mais críticas são as situações daqueles jovens que evadem a escola para trabalhar informalmente, sem terem concluído o nível médio e, por vezes, o fundamental, como será visto no capítulo 3. É importante destacar que o trabalho formal para adolescentes de 15 anos é permitido legalmente apenas sob a condição de menor aprendiz.

Sobre o desemprego, é preciso problematizar o desemprego de mobilidade, isto é, aqueles que passam por vários postos, sem se fixar em nenhum, caracterizando alta rotatividade e ainda mais grave, o desemprego por desalento. Este pode ser descrito como um jovem que tudo fez para arranjar emprego, mas não foi bem-sucedido, e que começará, legitimamente, a questionar-se sobre se valerá a pena continuar a desgastar-se na procura do que é difícil de achar (PAIS, 2005).

Em situação de desemprego, os jovens menos instruídos – que são também os de origem social mais pobre – são os que mais tendem a “aproveitar a primeira oportunidade de trabalho e de ganhar algum dinheiro”. Ou seja, para esses jovens o problema do desemprego parece resolver-se, em grande medida, por meio do subemprego (do trabalho precário). Jovens de classes média e alta em situação de desemprego optariam por “esperar

---

em duas dimensões. Primeiro porque o seguro-desemprego, principal componente do sistema de proteção do emprego no Brasil, é montado em cima do emprego formal. Em segundo lugar, a proteção previdenciária depende de contribuição autônoma do indivíduo.

até arranjar um emprego que correspondesse às suas aspirações”. Para estes jovens – bem qualificados e mais bem apoiados pela família – o desemprego não é necessariamente uma condição subjacente ou conducente à precariedade, antes correspondendo a um “compasso de espera” que antecede a inserção num emprego regular. Neste caso, estamos perante um desemprego de prospecção, determinado pelo fato de os jovens procurarem empregos compatíveis com as suas aspirações (PAIS, 2005). Enquanto essa compatibilidade não é assegurada, o desemprego é uma opção e o engajamento em atividades e cursos extracurriculares desponta. É incontestável que os jovens brasileiros que têm condições materiais para fazer esta opção constituem minoria.

É importante destacar que há uma clara diferença entre uma instabilidade inicial que envolve jovens que experimentam uma série de trabalhos de curta duração, mudando sucessivamente de um para outro, na tentativa de encontrarem a melhor ocupação, e aquela instabilidade permanente que resulta de transições continuadas entre trabalhos precários e mal pagos, intervalados por períodos de desemprego. Entre alguns deles existe também um desemprego de exclusão que não se define, unicamente, por uma falta de integração no mundo do trabalho, mas por um estado alargado de desintegração social.

A despeito das mudanças no mundo produtivo, o trabalho continua desempenhando papel central na vida social, figurando constantemente entre as principais aspirações e preocupações dos jovens brasileiros, seja como necessidade imediata de sobrevivência e de consumo, seja como fonte de realização e sentido para a vida (BRANCO, 2005; GUIMARÃES, 2005 *apud* VIEIRA, 2009). O modelo cultural da sociedade industrial se caracteriza pela centralidade da ética do trabalho. Além disso, o mercado de trabalho é o campo em que se exercem mais diretamente as coerções materiais e simbólicas da competição.

Em interessante pesquisa qualitativa, Bajoit e Franssen (2007) constatam que para numerosos jovens, a experiência ou in experiência do mercado de trabalho constitui momento decisivo da sua redefinição identitária. Entretanto, por trás da aparente homogeneidade das expectativas dos jovens (a respeito de um trabalho de que se goste em ambiente positivo, que assegure ganho e reconhecimento social), as experiências vividas e os significados atribuídos ao trabalho são múltiplos. As palavras são as mesmas (trabalho-emprego-desemprego), mas os significados que jovens de diferentes classes sociais atribuem para cada



um desses status são diversos (BAJOIT e FRANSSSEN, 2007).

Então, é preciso considerar que as diferentes experiências e representações do trabalho e do desemprego aparecem como socialmente diferenciadas. Globalmente os jovens do meio popular continuam mais ligados às normas tradicionais do trabalho. Os jovens das classes média e alta têm, com frequência, mais recursos para redefinir seu projeto existencial e marginalizar o lugar do trabalho assalariado em proveito de um projeto de autorrealização (BAJOIT e FRANSSSEN, 2007).

Para os grupos das classes dominantes, é possível dizer que, atualmente, o trabalho tende a estar subordinado à realização pessoal, permanecendo, entretanto, como elemento e um *locus* essencial, embora não exclusivo. Nesse sentido, não se trata tanto de rejeição do trabalho, mas, sim, da reivindicação de um trabalho que tenha sentido para o próprio indivíduo e/ou que lhe deixe tempo para uma vida própria. Em outras palavras, o trabalho continua sendo central, mas as mudanças valorativas na ética do trabalho tendem a acompanhar as transformações culturais contemporâneas. Pode-se sintetizá-las considerando o mercado de trabalho como, frequentemente, um lugar da decepção e do desencantamento. A maior parte dos jovens experimenta um fosso entre suas aspirações e a realidade concreta do mercado de trabalho. À exceção dos jovens que dispõem de meios para concretizar um projeto de autorrealização no campo profissional, a maioria não encontra num emprego assalariado um modo satisfatório de autorrealização (BAJOIT e FRANSSSEN, 2007).

Pais (2005) coloca que o mercado de trabalho está retalhado em lotes, sujeito a uma crescente segmentação e isto tem implicações sociológicas, em termos de estratificação e de mobilidade social, no modo como as pessoas se distribuem pelos lotes disponíveis, mas também no nível das novas significações dadas ao trabalho. Desta forma, está também posta uma questão de classe importante e faz-se necessário questionar quem são as pessoas designadas a cada segmento do mercado de trabalho.

Hasenbalg (2003) chama a atenção – e sistematiza informações instigantes – quanto a duas especificidades brasileiras: o acesso muito precoce ao trabalho e, conseqüentemente, a persistente superposição entre escola e trabalho. Essas características afetam o modo de colocar-se o tema da transição, já que o ingresso precoce na atividade ocupacional põe abaixo o elo esperado entre inserção profissional e transição à vida adulta, evidenciando a sobreposição entre fenômenos que se costumava entender como contíguos (GUIMARÃES,

2006).

Jovens de setores médios e altos têm, geralmente, oportunidade de estudar, de postergar seu ingresso nas responsabilidades da vida adulta: casam-se e têm filhos mais tardiamente, integram um contexto social protetor que faz possível a vivência mais ampla e longa contudente a signos sociais geralmente associados ao modelo cultural típico do “ser jovem”. Deste ponto de vista, os integrantes dos setores populares teriam limitadas suas possibilidades para vivenciar as experiências caracterizadas pela condição de juventude, uma vez que ingressam mais cedo no mundo do trabalho – em trabalhos mais duros e menos atrativos – e, ainda, contraem com menores idades a obrigações familiares (casamento ou união, filhos). Carecem de tempo e dinheiro para viver um período mais prolongado com relativa despreocupação e rapidez (MARGULIS e ARIOVICH, 1996).

Pochman (2004) constata que os jovens filhos das classes mais pobres no país encontram-se praticamente condenados ao trabalho como uma das poucas condições de mobilidade social. Mais uma vez, observa-se que a natureza de classe da sociedade brasileira impõe condições diferenciadas à juventude. A inserção precoce no mundo do emprego ou subemprego não é uma escolha, mas uma imposição da sua origem social e do tipo de sociedade desigual que se construiu no Brasil (FRIGOTTO, 2004). Ainda hoje, uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de acender o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro é muito importante para ser reconhecido e se reconhecer como um adulto (BOURDIEU, 1983).

Há, ainda, que se ter em conta que as transformações na produção com propensão desenfreada ao consumo, como cita Pais<sup>9</sup> (2005), não reduz o consumo apenas como espelho da produção. As formas e os significados culturais não se reduzem ao econômico, no consumismo encontramos também dimensões ligadas aos sonhos, à consolação, às imagens, às identidades. Muitos jovens encontram-se seduzidos pelas possibilidades de consumo e

---

<sup>9</sup> “É a propensão desenfreada ao consumo que tem sustentado a produção. O tempo de rotação da produção aumentou significativamente, ao mesmo tempo em que se reduziu o tempo de rotação do consumo. As campanhas publicitárias procuram transformações aceleradas nos padrões de consumo. A estética relativamente estável do modernismo fordista deu lugar a uma estética pós-modernista que celebra o efêmero, o instável, a precariedade. A dinâmica do mercado de consumo é um dos fatores que permite a sustentabilidade da economia capitalista. O outro fator é a flexibilização do mercado de trabalho. A expressão valorativa destes dois fatores é, por um lado, a emergência de uma ética de experimentação no mercado de consumo e, por outro lado, a emergência de uma ética aventura no mercado de trabalho (Pais, 2005) ”.

acabam por inserir-se precocemente no mercado de trabalho atrás de “algum” dinheiro (PAIS, 2005).

Em pesquisa qualitativa para jovens, em Minas Gerais, Miranda-Ribeiro (2012) coloca que, segundo os jovens participantes da pesquisa, o trabalho permite conquistar independência, ter liberdade para escolher o que comprar, criar responsabilidade e acumular experiência. Além disso, é “o trabalho que dá orgulho de colaborar em casa e ajudar a mãe”, em uma tentativa de mudança da realidade em que se vive e, ao mesmo tempo, um gesto de gratidão por todos os sacrifícios feitos pela mãe. No entanto, trabalhar durante a adolescência tem, na visão dos adolescentes, um custo elevado. O trabalho é cansativo, os impede de estudar adequadamente e, muitas vezes, os leva a parar de frequentar a escola (MIRANDA-RIBEIRO, 2012).

Os jovens socializados para uma entrada precoce no mundo do trabalho têm pouco aproveitamento escolar: o resultado é o insucesso escolar (reprovações) e o próprio abandono. A evasão escolar extemporânea surge como um fenômeno eminentemente social: famílias pobres, extensas, das periferias urbanas ou áreas rurais e, porque pouco valorizadas no sistema escolar, favoráveis a uma rápida inserção dos jovens na vida ativa (tanto numa ótica de entrelajada familiar como de integração no mercado de trabalho local) representam o grupo mais crítico (PAIS, 2005).

Assim, o afirma Frigotto (2004):

*“A inserção precoce no emprego formal ou trabalho informal, a natureza e as condições de trabalho e a remuneração ou o acesso ou não à escola, a qualidade dessa escola e o tempo de escolaridade estão ligados à origem social dos jovens. No aspecto específico do trabalho e da educação dos jovens da classe trabalhadora, a contradição se radicaliza, tendo em vista que a maior produtividade do trabalho não só não liberou mais tempo livre, mas, pelo contrário, no capitalismo central e periférico a pobreza e a “exclusão” ou inclusão precarizada jovializaram-se. Ou seja, cresceu o número de jovens que participam de trabalhos ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais a compor a renda familiar. E isso não é uma escolha, mas imposição de um capitalismo que rompe com os elos contratuais coletivos e os reduz a contratos individuais e particulares”.*

### 3.1.3 Educação

Guimarães (2006) mostra que foi somente ao final do século XIX, na França, que a ideia de uma transição entre a condição de estudante para a de trabalhador ganhou sentido social. Isso ocorreu por meio da obrigatoriedade da escolarização<sup>10</sup>. No Brasil, a obrigatoriedade do antigo ensino primário só foi estabelecida constitucionalmente em 1934 e a sua universalização só foi atingida nos anos 1990. Em 2009, houve mudança no marco legal para a educação, de modo que a obrigatoriedade do ensino foi ampliada para toda a educação básica, compreendida pela faixa etária de 4 a 17 anos. Isso mostra que o que se está chamando aqui de modelo tradicional de transição não é tão tradicional assim. Mais do que isso, sugere que o próprio processo de transição está em transição. E, ainda, que há um longo caminho para ser percorrido, a fim de assegurar a todos os jovens o acesso e a conclusão deste nível de escolaridade (CORBUCCI, 2016).

Questiona-se o que mais pesa na transição dos jovens da escola para o trabalho, se suas habilidades escolares ou suas origens sociais. Em princípio, com base em Pais (2005) e Bourdieu (1987), as dificuldades de inserção profissional, por parte de alguns jovens, traduzem menos uma suposta inadequação da escola ao mercado de trabalho do que o fato de que este se constitui como um campo privilegiado em que se exerce a seleção social. Bourdieu comenta, no contexto da França de 1983, que o sistema escolar faz com que as pessoas tenham aspirações incompatíveis com suas chances reais, e que para os jovens vêm a descoberta confusa, até mesmo pelo fracasso, de que o sistema escolar contribui para reproduzir os privilégios (BOURDIEU, 1983). Aos jovens é inculcada a representação do sistema de ensino como garantia da igualdade de oportunidades. Mas o jogo pode ser viciado, porque os capitais culturais herdados pelos jovens são distintos, fazendo com que uma igualdade de oportunidades nem sempre corresponda a uma igualdade de resultados (PAIS, 2005).

Não se têm dúvidas de que a educação é uma condição necessária para o alcance da inserção ambicionada pela ideia de justiça social. A literatura já é bastante robusta no sentido de apontar que a desigualdade educacional se mostra fundamental para o entendimento da

---

<sup>10</sup> A consolidação da sociedade capitalista industrial também propiciou o movimento de universalização do ensino dirigido às camadas populares. Isto porque se constatou que a escola cumpria com perfeição o papel disciplinador das novas gerações, inculcando valores como obediência, pontualidade, repetição e regularidade que facilitam a adequação do indivíduo ao trabalho na indústria (VIEIRA, 2009).

profunda e persistente desigualdade social brasileira, explicando entre 30% e 50% do desequilíbrio da renda salarial (MADEIRA, 2006).

Heilborn *et al.*, (2002) também afirmam que, em contraste com a continuidade e o alongamento dos estudos dos jovens de classes médias e altas, os percursos escolares das classes populares são muitas vezes breves e marcados por várias repetências e interrupções. Afirmam que:

*(...) "mudanças de domicílio, precariedade das redes de ensino público e ainda a violência – seja nas próprias escolas, seja nas áreas onde elas se localizam – são arroladas como razões para a evasão escolar, temporária ou definitiva. A vivência de classe incita, por isso, um ajuste contínuo das expectativas e aspirações desses jovens".*

Vieira (2009) mostra que os motivos pelos quais os jovens abandonam os estudos variam de acordo com o sexo, a faixa etária e a exposição à vulnerabilidade social. A evasão escolar tem motivos que variam segundo diferenciais de faixa etária, exposição à vulnerabilidade e de gênero (como já discutido, as garotas apontam para certa centralidade das transições familiares como fator de abandono escolar e aceleração da entrada na vida adulta, enquanto entre os garotos, os interesses estão mais centrados no trabalho e na obtenção de renda, mesmo que isto implique sacrificar os estudos).

Vieira (2009) constatou que cerca de 2/3 dos adolescentes paulistas que abandonaram os estudos por falta de interesse são de áreas vulneráveis; e, neste caso, é praticamente certo que frequentavam escolas públicas. Fato que evidencia a necessidade de consolidar um vínculo mais forte entre escola e jovens adolescente de classes populares, no sentido de estimular o interesse e a vontade de permanecer no sistema educacional. Essa ausência de interesse nos estudos sugere que a exposição à vulnerabilidade social pode acarretar o abandono escolar por uma diversidade de fatores: desinteresse, escola de má qualidade, acesso e transporte à escola, problemas de infraestrutura da escola, baixo incentivo por parte das famílias, escasso capital cultural das comunidades e famílias, apenas para mencionar alguns exemplos.

Mannheim (1968) postula que o sistema escolar reproduz as desigualdades de classes, escancarando as desigualdades entre adolescentes. Na escola, os jovens são socializados numa cultura de competição, em que contam as notas, as classificações, as

performances. Paralelamente, são socializadas numa cultura consumista, mimética em relação a modelos de moda, entretenimento, padrões de comportamento. Com efeito, a escola também pode ser considerada um agente de estimulação do consumo. Os atributos de distinção passam pelo poder de compra. Desde logo, os jovens reconhecem que não têm todos a mesma chance (PAIS, 2005).

A segmentação do mercado de trabalho, discutida na seção anterior, parece ter início na formação profissional ofertada pela educação formal, ao que Machado Pais (2005) chama de círculo de profecias encadeadas: as dificuldades de inserção profissional, por parte dos jovens, se devem à sua escassa formação educacional e, ainda, a escola pública não prepara adequadamente os jovens para o mundo do trabalho, que passa a exigir mais qualificação e experiência dos trabalhadores. Brito *et al.*, (2010) colocam que o mercado de trabalho hoje, depois da profunda reestruturação da economia após os anos setenta do século passado, tem apresentado uma exigência de qualificação muito superior ao que prevalecia anteriormente.

Pais (2005) afirma que a formação educacional tem reproduzido a segmentação do mercado de trabalho. Ainda, a formação técnica parece contribuir, indiretamente, para acentuar uma seletividade social do sistema de ensino, nomeadamente às portas da universidade. Ou seja, alguns jovens abandonarão projetos de ingresso na universidade, em troca de uma formação profissional que, profeticamente, lhes anuncia uma mais fácil entrada no mercado de trabalho. Esta seletividade escolar é, acima de tudo, social (PAIS, 2005).

Com relação ao ensino superior, a maior parte do problema, ou das causas, de acesso restrito, e, principalmente, sua condição desigual, fica invisível, diz respeito às condições pregressas dos estudantes já discutidas. A restrição do acesso dos jovens brasileiros à educação superior antecede os processos seletivos de ingresso, sobretudo o tradicional exame vestibular<sup>11</sup>. Este constitui apenas o último mecanismo de exclusão dos excedentes

---

<sup>11</sup> Até bem pouco tempo atrás, as condições pregressas do estudante, eram desconsiderados nos processos de seleção para o ingresso na educação superior. O vestibular, com regras iguais para todos, escamoteava o fato de os estudantes serem profundamente desiguais. Diante desse entendimento, abriu-se caminho para a formulação e a implementação de iniciativas destinadas a compensar tais desigualdades. Programas governamentais instituídos com essa finalidade, tais como o Fies, posteriormente, o ProUni, foram responsáveis pela ampliação significativa do contingente de estudantes na educação superior nos últimos anos, além de terem alterado a composição do alunado, tendo-se como referências os perfis socioeconômico e étnico. Apesar de se reconhecer que essas iniciativas têm respondido de forma bastante satisfatória às demandas por democratização do acesso à educação superior, também se considera que ambas têm efeitos limitados, por contemplarem basicamente aqueles que conseguiram superar obstáculos e concluir a educação básica (CORBUCCI, 2016).

que conseguiram transpor os obstáculos à conclusão da educação básica (CORBUCCI, 2016)

O recorte do ensino médio e o superior, especificamente a conclusão do ensino médio, entrada no ensino superior e posterior saída, parece ser óbvio para a faixa etária compreendida aqui como juventude, no entanto, como será visto no capítulo 3, há uma quantidade considerável de jovens que sequer concluíram o ensino fundamental. Nas faixas etárias mais velhas, há os que não obtiveram o nível médio. Essa é a subpopulação de mais interesse dessa pesquisa: jovens que saíram do sistema formal de ensino sem concluir a educação básica e que estão na condição de nem-nem. Sabe-se que esta condição é dinâmica, como será argumentado à frente, assim que forem absorvidos pelo mundo do trabalho, há grande probabilidade, devido à baixa escolaridade, de se inserirem em postos com condições e relações precárias.

Não é propósito desta dissertação discorrer sobre os determinantes da situação adversa da Educação no Brasil. O objetivo desta seção é discorrer brevemente sobre a interconexão entre eventos caracterizados pela estratificação social que perpassa as trajetórias dos jovens, de forma a contextualizar a categoria nem-nem. O questionamento que se tenta responder é a respeito do cenário e das condições que levam os jovens, especialmente os mais vulneráveis, a ficarem inativos e fora do sistema escolar.

#### **4. Conclusões do capítulo**

Pode-se dizer que tanto a inserção familiar quanto a laboral, marcas da vida adulta, têm caminhado no sentido de maiores individualização, fragilidade e flexibilização. Para além das marcas da contemporaneidade, a discussão indica que a transição para a vida adulta varia segundo as especificidades de cada grupo, ou ainda, de cada classe social. Pode-se constatar, pela literatura, que há grande heterogeneidade no intragrupo etário. Sugere-se, por fim, que há uma série de caminhos que levam à vida adulta. A pluralização de maneira ampla tem a ver com a maior heterogeneidade de trajetórias ou de estados possíveis. Quanto maior a heterogeneidade de combinações dos status escolar, laboral e familiar realizáveis, maior a complexidade do curso da vida e mais difícil se torna vislumbrar um padrão etário rígido para cada uma das transições.

Na busca pessoal de conciliar o desejo de autonomia dentro de arranjos familiares, que sabemos terem conformações múltiplas, e tendo de cumprir exigências do mercado de trabalho quase inalcançáveis, considerando o baixo nível da formação educacional média, a transição para a vida adulta só poderia se tornar cada vez mais heterogênea. Cada qual procura à sua maneira responder a estas diferentes demandas. Com isto, têm-se multiplicado as trajetórias de transição possíveis e algumas delas expostas a grandes fragilidades. Realidades sociais distintas marcadas por estruturas de oportunidades distintas só podem gerar como produto padrões de transição para a vida adulta desiguais (VIEIRA, 2009).

Camarano *et al.*, (2006) apresentam que os jovens nem-nem não atravessam adequadamente a transição para a vida adulta e que, portanto, integram transições negadas ou adiadas. Esta dissertação se opõe a essa negação da transição para os nem-nem, pois, como será visto, para além do fato de ser uma categoria heterogênea, esses jovens, em sua maioria mulheres, transitam para a vida adulta de outras formas, muitas delas invisíveis às estatísticas públicas e, mais ainda, invisíveis à ética do trabalho. Ainda se questiona a noção linear de tempo de transição e de curso da vida para refutar o fato de que jovens nem-nem estão adiando sua transição para a vida adulta. Os nem-nem representam, muitas vezes, os interstícios entre a escola e o trabalho, em uma dinâmica reversível e não linear.



## ***CAPÍTULO 2 - ENTRE AUSÊNCIAS E INCERTEZAS: CONCEITOS E DILEMAS DA CATEGORIA NEM-NEM.***

Este capítulo discute os conceitos da categoria nem-nem e sua problematização por meio da revisão crítica da literatura. Além de delimitar os critérios classificatórios para inclusão sob o “rótulo” de nem-nem, este capítulo objetiva discorrer sobre os limites e potencialidades da categoria.

### **1. Os conceitos de jovens nem-nem**

Os nem-nem são comumente definidos como aqueles jovens que não estão na População Economicamente Ativa e também não frequentam o ensino formal. Assim, é possível que parte dos jovens considerados como nem-nem na PNAD pudesse estar dedicada ao ensino técnico e treinamento profissional, fora do sistema educacional formal. Ou seja, em princípio é possível que a proporção de jovens tidos como nem-nem esteja superestimada na PNAD. Para verificar essa hipótese, Costa e Ulyssea, (2014) utilizaram o suplemento acerca do ensino técnico disponível na PNAD de 2007, que contém a informação se o indivíduo frequenta o ensino técnico ou não. Ao se incorporar esta informação, a proporção de nem-nem se altera muito pouco, passando de 14,7% para 14,1%.

O discurso de alguns organismos internacionais frequentemente apresenta o grupo nem-nem a partir da perspectiva de vulnerabilidade, destacando a prevalência de mulheres no grupo e os níveis de instrução inferiores à média do grupo etário (UNPFA-CEPAL, 2012; UNESCO, 2010; OIT, 2012 e 2013; OECD, 2013). Outro tipo semelhante de discurso é que se deve prestar atenção particular ao grupo, uma vez que a falta de atividade pode ser associada a situações de alto risco para os jovens, tanto para sua saúde presente como para suas perspectivas sociais futuras. Essa ausência das instituições socializadoras – escola e trabalho – vem sendo recorrentemente associada na literatura a altas taxas de incidência de problemas, tais como o alcoolismo, o uso de drogas, a participação em atividades criminosas (CEPAL-IOJ, 2008). É comum encontrar, portanto, a perspectiva no debate público de que o grupo nem-nem é um grupo que apresenta risco, estão em risco e estão em risco de ser um

risco; desta maneira, estão associados ao delito e à insegurança (COMARI, 2015). Um ponto de vista assumido, inclusive por especialistas em políticas públicas de juventude, que considera os nem-nem tanto como vítimas de situação de exclusão como potenciais algozes (COMARI, 2015). Há ainda perspectiva similar (IERAL, 2010 *apud* COMARI, 2015) que quantifica os nem-nem desde a perspectiva do fracasso da sociedade na integração total das pessoas.

Segmentos mais vulneráveis do grupo nem-nem, por sua marginalização dual do sistema educativo e do mercado de trabalho, estão incluídos numa dinâmica de tipo estrutural de exclusão social. As consequências da perpetuação desta dupla exclusão são muito graves: por uma parte, esta constitui uma ruptura explícita dos direitos à educação e ao trabalho dos jovens; por outro lado, diminui diretamente as oportunidades da região para romper com a transmissão intergeracional da pobreza e aproveitar, em plenitude, as oportunidades do momento demográfico (UNPFA; CEPAL, 2012). O grupo em questão é discutido, recorrentemente, como relevante, porque parte dele pode estar sujeito a situações de vulnerabilidade e, além disso, pode significar perdas de produtividade no mercado de trabalho no futuro (MENEZES FILHO, CABANAS e KOMATSU, 2013).

Por fim, o elemento que aglutina os nem-nem em todas essas interpretações é precisamente estar à margem das instituições mais importantes de socialização e integração social (SARAVI, 2004). Mas isso não significa que todos estejam nas mesmas margens. É importante pontuar que há jovens nem-nem que são rapidamente absorvidos pelas instituições e pelo mercado, mas há outros que não serão necessariamente absorvidos, tanto em termos de rapidez, frequência e qualidade com que essa absorção se dará.

O conceito nem-nem tem se tornado uma importante ferramenta para analisar a transição da escola para o trabalho, uma vez que destaca processos que muitas vezes não são observados, mas que carregam importante situação de exclusão social (SERRACANT, 2011). O uso da categoria nem-nem tem sido muito criticado, entre outras razões, por agregar diferentes subgrupos de jovens sob o mesmo rótulo que os define por aquilo que não são, ou seja, pela dupla negação (YATES *et al.*, 2011).

Furlong (2006) considera que o conceito de nem-nem, baseado na dicotomia ativo/inativo, não é o mais apropriado para analisar as trajetórias dos jovens, que são marcadas por precariedades e pela descontinuidade ocupacional. Uma vez percebido como

um grupo homogêneo em risco ou que apresenta risco aos demais, a noção de nem-nem remete sempre a um “dever ser”, cujo descumprimento deriva de uma categorização reducionista, quando não estigmatizante (COMARI, 2015).

Delimitada, assim, a partir da dupla negação (não estar no mundo do trabalho e não estudar) ou tripla negação (os nem-nem que não estudam, não trabalham e não buscam trabalho) parece configurar uma categoria teórica mais perto da construção de um “bode expiatório” que de um agente social (COMARI, 2015). Nesse caso, esses jovens são definidos pelo negativo, pela ausência, “pelo que não seriam” (SPOSITO, 2000, p. 9 *apud* CAMARANO, LEITÃO e KANSO, 2006), pelo que buscam e não pelo que foram e são. Essa é a tônica do debate estabelecido com os referenciais teóricos neste capítulo.

Para fins de delimitação metodológica, como realizado por outros estudos no Brasil, optou-se por utilizar o conceito de População Economicamente Ativa (PEA) para classificar os jovens com o objetivo de incluir na análise apenas aqueles que não trabalham e não procuram trabalho. Para esta pesquisa, considera-se, então, nem-nem, o jovem que se encontrava inativo <sup>12</sup> (fora do mundo do trabalho, formal e informal e que não tomou nenhuma providência para conseguir trabalho) e fora do sistema formal de educação, na semana de referência da PNAD 2014.

## **1.1 Dificuldades da delimitação da categoria**

A dificuldade preliminar de delimitar a categoria nem-nem é a faixa etária compreendida para análise. Como o recorte é recorrente para a juventude, as faixas etárias compreendem, em geral, aquelas esperadas para a efetivação da transição entre escola e trabalho. A OCDE, por exemplo, utiliza a faixa etária de 15 a 29 anos nas suas estatísticas de nem-nem (OCDE, 2012). No Reino Unido, o foco de atenção recai sobre os jovens entre 16 e 19 anos de idade (MAGUIRE, 2008; FINLAY *et al.*, 2010). No Japão, o termo se refere aos “jovens” de 15 a 34 anos que não estão no mercado de trabalho, são solteiros, não estão em instituições de ensino e não estão ocupados em afazeres domésticos (PEMBERTON,

---

<sup>12</sup> Observa-se que a taxa de nem-nem por inatividade no Brasil é maior que a devido ao desemprego jovem (12,8% vs. 6,8%) (MDS, 2013).

2008). Nos Estados Unidos é comum as estatísticas se referirem à faixa etária de 16 a 24 anos (MDS, 2013). A delimitação da idade importa, tanto no sentido da efetividade da comparação internacional, quanto para a focalização de políticas públicas e intervenções, quando necessárias, ainda considerando toda contextualização e problematização feitas no capítulo anterior com relação ao uso arbitrário da idade cronológica.

A segunda dificuldade é a definição de quem deve ser considerado integrante desse status. Simões (2013) e MDS (2013) mostram<sup>13</sup> com exemplos que há situações de não vínculo ao mundo do trabalho ou ao sistema formal de educação, como medidos pelas pesquisas domiciliares que, no entanto, não caracterizaram ociosidade ou inatividade do jovem que pudesse ser objeto de preocupação do Poder Público. Pelo contrário, representam formas de engajamento social diversas, formativas e que contribuem para o fortalecimento do tecido social.

Apenas para citar alguns exemplos mais caros a esta pesquisa: há os jovens que não estudam nem trabalham, mas que buscam trabalho ativamente. O problema em conjugar sob a mesma categoria de nem-nem os jovens desempregados e os inativos é que possivelmente os primeiros serão mais facilmente reintegrados pelos mecanismos de mercado na medida em que o nível de emprego cresça na economia, enquanto os segundos não necessariamente (SIMÕES, 2013). Por isso, nesta pesquisa se considera apenas os jovens inativos.

No grupo nem-nem estão incluídos, ainda, aquelas jovens que realizam tarefas domésticas não remuneradas e/ou o cuidado de filhos, parentes ou pessoas idosas, e as mulheres que se retiram temporariamente do mercado de trabalho ou do sistema educacional por estarem em período de gestação. Há também os que vivem com alguma deficiência ou doença incapacitante para o trabalho que devem ser assistidos pelos sistemas de proteção social e saúde e que podem permanecer temporária ou permanentemente fora do mercado de trabalho e do sistema educacional. Há consenso, então, na importância da definição precisa de quem são os nem-nem, tanto para objeto de estudo e pesquisa, quanto como grupo para

---

<sup>13</sup> Há ainda os que se dedicam ao desenvolvimento de talentos artísticos ou esportivos que não envolvem, pelo menos por algum tempo, vínculos com os sistemas formais de educação e o mercado de trabalho. Há jovens que podem ser encontrados engajados em atividades de caráter filantrópico em entidades religiosas, igrejas, ONGs, organizações civis, ou de natureza política, em partidos políticos, movimentos sociais, associações de bairros etc. Há ainda o caso de jovens que estariam em fase de transição entre escola e trabalho durante a qual receberiam apoio dos pais sem que estejam engajados em atividades laborais ou educativas formais (e.g. viagens de intercâmbio cultural, temporada com parentes em outra cidade/país, voluntariado) (MDS, 2013).

foco de políticas para a juventude.

A terceira complicação envolve o elemento temporal, ou seja, por quanto tempo deve o jovem estar sob o status de nem-nem para que este seja assim classificado. Como extensamente dissertado no capítulo anterior, as trajetórias de vida dos jovens tendem a ser dinâmicas, com mudanças de status rápidas e reversíveis. Desta forma, a base de dados usualmente escolhida para caracterizar e medir o fenômeno, a PNAD, não dá conta de apreender longitudinalmente a duração em cada um desses status e, por consequência, a construção de trajetórias. Cabe observar que o critério utilizado para classificar o jovem como não estando empregado ou procurando trabalho é baseado na semana de referência da pesquisa domiciliar, ou seja, registra-se a situação em uma determinada semana do ano. Assim, as medidas efetuadas em um instante de tempo capturam uma situação que pode já ser diferente no dia, semana ou mês seguinte, tendo ela mesma durado apenas alguns dias, meses ou eventualmente anos.

## 1.2 A Literatura internacional: outras perspectivas do debate

O fenômeno de jovens que se encontram fora da escola e do mercado de trabalho e não participam de nenhuma forma de programa de treinamento para o trabalho (sigla em inglês “NEET”, *neither in employment nor in education or training*) foi identificado, pela primeira vez, em meados da década de 90 (MDS, 2013). No contexto da América Latina esse grupo é referido pela expressão “*ni-ni*” – do espanhol *ni estudan ni trabajan* (SZÉKELY, 2011; SARAVI, 2001; D’ALESSANDRE, 2010; COMARI, 2015) <sup>14</sup>.

O acrônimo NEET foi consolidado desde a eleição do partido trabalhista inglês, *New Labour*, como parte da agenda de combate à exclusão social (SADLER *et al.*, 2015; YATES *et al.*, 2011). Os nem-nem têm entrado no debate público em todo o mundo, em especial, a partir da crise financeira internacional de 2008, que trouxe recessão econômica e, com ela, o agravamento da situação de desemprego. A Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) estima que, dois anos após o início da crise (2010), a taxa de jovens desempregados ou inativos entre 15 e 29 anos de idade, e que

---

<sup>14</sup> Para mais literatura da América Latina ver: REYES TERRÓN, 2013, PEDERNIZI VILLARREAL, 2011, CRUZ PIÑEIRO e VARGAS VALLE, 2012, GIORGULI e ANGOA, 2013 *apud* COMARI, 2015.

também não estavam na escola, já atingia 15,8% nos países da OCDE, alcançando o maior índice na Turquia (36,6%), em Israel (27,4%), no México (24,4%) e na Espanha (23,7%). Entre os 21 países analisados na União Europeia, a média, no mesmo ano foi, de 14,8%. O Brasil, se utilizando o mesmo conceito de NEET da OCDE (jovens de 15 a 29 anos de idade fora da escola que estão desempregados ou inativos), aparece com 19,6% (OCDE, 2012; SIMÕES, 2013).

Há grande concentração de estudos em língua inglesa<sup>15</sup>, referentes à ampliação do fenômeno, como efeito da crise financeira mundial de 2008. O assim denominado indicador NEET é usado muitas vezes, pelos governos europeus, para monitorar o mercado de trabalho e a situação social dos jovens. A experiência europeia mostra que estar na condição NEET aumenta o risco de se manter desempregado, experimentar a pobreza e ser socialmente excluído no futuro (TAMBERGER, LEITGÖB e BACHER, 2014; DIETRICH, 2013).

Uma linha argumentativa frequente e também muito criticada pela literatura europeia é aquela que trata da individualização do risco social, isto é, a abordagem se baseia em características pessoais e culturais para explicar a condição NEET (THOMPSON, 2011). Como resultado, as desigualdades são explicadas em termos de riscos individuais e de disposição psicológica dos indivíduos. É, ainda, frequentemente mencionada pelos europeus a relação entre jovens NEET, a ociosidade e a “juventude desorientada” (DIETRICH, 2013).

Argumentações mais polêmicas podem ser vistas em Miranda López (2012) e Székely, (2011). Estes autores asseguram que os nem-nem constituem em proeminente risco, uma vez que se encontram em situação de ócio e propensos à criminalidade, à violência, maternidade precoce, aos vícios e, sobretudo, envoltos em falta de desenvolvimento das capacidades necessárias para contar com oportunidades futuras de desenvolvimento profissional e humano. Apatia, irresponsabilidade, desinteresse e passividade são alguns termos utilizados por Carmona Zuñiga e García Hernández (2011) para descrever os jovens nem-nem.

No trabalho realizado para jovens austríacos, intitulado “como combater os nem-nem” (tradução livre), (TAMBERGER, LEITGÖB e BACHER, 2014) são apresentados receituários de políticas públicas, ainda que de alguma forma interessantes, para “combater”

---

<sup>15</sup> Para mais literatura em língua inglesa ver: FURLONG, 2006. WILLIAMSON, 1997; YATES e PAINE, 2006; ROBSON, 2010; WILLIAMSON, 2010 *apud* DIETRICH, 2013.

a inatividade entre jovens. MacDonald (2011) apresenta que o aconselhamento eficaz dirigido a grupos de alto risco é fundamental para ajudar a evitar os efeitos da condição nem-nem e fazê-los ter uma bem sucedida transição para a vida adulta. Alguns estudos apontam, ainda, que jovens com aspirações ocupacionais desconectadas com as suas respectivas experiências educacionais são considerados mais prováveis de estar na condição NEET. Incertezas sobre a futura ocupação e a desconexão entre escolaridade e aspiração profissional são mais frequentes em jovens de *background* pobre (YATES *et al.*, 2011).

Thompson (2011) e Serracant (2014) mostram que esse foco obscurece as estruturas básicas de desigualdade e favorece políticas que culpam os indivíduos por seus déficits e rotulam negativamente os jovens NEET com grande carga estigmática, ao invés de instigar políticas estruturais de combate às desigualdades. Com opções tão complexas de transição para a vida adulta, as trajetórias têm seguido cursos mais individualizados e os jovens estão cada vez mais por si (FRANCE, 2007 *apud* YATES *et al.*, 2011). A individualização da responsabilidade por sua trajetória tem sido caracterizada como elemento das sociedades contemporâneas (por exemplo, GIDDENS, 1991; BAUMAN, 2001; BECK e BECK-GERNSHEIM, 2002 *apud* YATES *et al.*, 2011).

Outra corrente afirma que as mencionadas teorias da individualização não reduzem a importância da desigualdade estrutural. Inclusive, a teoria de Beck, da ruptura das formas tradicionais de classe, família e comunidade, é utilizada também para investigação de rupturas, no mesmo sentido, no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo em que esse processo de individualização traz novas liberdades e oportunidades, introduz novos riscos (BECK e BECK-GERNSHEIM (2002: 39) *apud* YATES *et al.*, 2011).

Embora essa abordagem seja em grande parte ideológica, Beck (2002), Giddens (1991), Lash (1992) e Bauman (2001) veem como uma característica do período pós-moderno, no qual há intensificação de tendências como a globalização, o desencaixe das relações sociais de estruturas mais rígidas levando a situações crescentes de complexidade.

Entende-se que é importante distinguir o que seria uma abordagem da individualização<sup>16</sup>, como produto estrutural do capitalismo na modernidade contemporânea, daquela cujo processo deve ser contestado, que discursa acerca da individualização como

---

<sup>16</sup> Interpretação da teoria de individualização de Beck para estudos de juventude em Roberts, 2010; Woodman, 2009, 2010 *apud* MacDonald (2011).

um valor, usando-a para justificar desigualdades sociais no âmbito do indivíduo (THOMPSON, 2011).

Felizmente, a maioria dos escritos sugere que experiências na condição NEET não podem ser consideradas meramente em termos de disposições individuais e escolhas pessoais. Thompson (2011) sugere que fatores subjetivos são certamente importantes, mas são cercados por condições objetivas, inclusive estruturas de oportunidades e, de maneira mais geral, das interações entre mercado de trabalho e distribuição social do rendimento escolar.

Serracant (2014) mostra, para a região catalã, na Espanha, que as taxas de jovens NEET não são muito diferentes das taxas de pessoas adultas que não estudam nem trabalham e, ainda, que o fenômeno não é novo, mas que está relacionado à exclusão social. Essa revisão constata a necessidade de abordagens que sejam sensíveis às desigualdades estruturais, no sentido de melhorar a compreensão acerca da população NEET e evitar a estigmatização de indivíduos, gerações e países ou regiões (Serracant, 2014).

Há, por fim, grande dificuldade em estabelecer comparações internacionais para a categoria nem-nem, uma vez que as delimitações do conceito são diferentes<sup>17</sup>, desde a faixa etária englobada, até as características dos quesitos investigados na pesquisa domiciliar ou registro administrativo que classificam o jovem como ausente da escola e do mundo do trabalho. Ademais, como tem sido veementemente comentado nesta pesquisa, as juventudes devem ser contextualizadas nas sociedades onde são grupo etário e social; desta forma, as causas e implicações do fenômeno também são diversas.

Percebe-se, com essa breve revisão de literatura, que a categoria nem-nem é heterogênea, não apenas dentro do mesmo grupo populacional, mas naquilo que a define, no que a determina e nas consequências da prevalência de jovens nessa condição. O fenômeno nem-nem no Brasil e América Latina, em geral, é bastante distinto daquele que aparece na Europa, por exemplo. O perfil de vulnerabilidade dos jovens brasileiros está relacionado com a condição estrutural de desigualdades, a perpetuação da pobreza e algo que tem diretamente a ver com a formação histórica das estruturas de classe no país. Já nos países

---

<sup>17</sup> O mais interessante da literatura europeia é o uso de dados longitudinais para avaliar jovens NEET (YATES *et al.*, 2011). Alguns apenas classificam como NEET os jovens que permanecem mais de seis meses fora do mercado de trabalho, educação ou treinamento (BYNNER e PARSONS, 2002 *apud* YATES *et al.*, 2011).



centrais, a característica do NEET parece estar mais relacionada a situações intermitentes, relacionadas à situação flutuante do mercado de trabalho, no geral. Nota-se, inclusive, a variação teórica e prática com que se observam o NEET na Europa. É preciso, pois, contextualizar as estruturas sociais, no tempo e no local, da investigação do fenômeno em questão, para não forçar uma análise mimética com base na literatura internacional.

Nesta dissertação, o acrônimo “nem-nem” é utilizado porque o fenômeno em tela muito pouco se aproxima daquele denominado NEET. Os dados levantados e toda a discussão teórica remetem à formação histórica, econômica e social brasileira. Portanto, o acrônimo “nem-nem” será utilizado para caracterizar a especificidade que a categoria assume no Brasil. Outro motivo para o uso do acrônimo é, de alguma forma, contribuir para a desconstrução de estigmas vinculados à categoria, levados a cabo, principalmente, pela mídia e pelo senso comum.

### **1.3 Características da população nem-nem**

A revisão de literatura sobre jovens nem-nem no Brasil mostra que ser mulher, ter filhos, possuir baixa escolaridade e baixa renda domiciliar são características fortemente associadas à propensão de estar nessa condição, tal como indicado em Simões (2015), Costa e Ulyssea (2014), MDS (2013), Monteiro (2013), Camarano e Kanso (2012) e Camarano, Mello e Kanso (2006).

Houve uma considerável redução na proporção de nem-nem, observada entre 1992 e 2009, fortemente concentrada entre as mulheres, especialmente aquelas que têm filhos. Isto reflete a melhora da inserção destas mulheres tanto no mercado de trabalho quanto na escola, observada nos últimos vinte anos. Já o aumento recente da condição de nem-nem, entre 2009 e 2012, ocorreu simultaneamente para homens e mulheres e foi mais pronunciado entre os indivíduos menos escolarizados, de baixa renda domiciliar e residentes em áreas rurais (CAMARANO e KANSO, 2012; MONTEIRO, 2013; COSTA e ULYSSEA, 2014). O estudo de Monteiro (2013) mostra que a inatividade tem crescido entre os homens e especialmente entre os de menor escolaridade. Esse fato, associado ao expressivo aumento de escolaridade, ocorrido nos anos 2000, indica que os homens que estudam pouco estão se afastando do mercado de trabalho.

A análise de Monteiro (2013) mostra que quase metade dos jovens na condição nem-nem são mulheres com filhos que estão em casa. Essas mulheres têm níveis de inatividade muito altos (43% em 2011), embora sua participação no mercado de trabalho venha aumentando, como comentado anteriormente. Os dados apresentados por sua investigação sugerem que ter um filho de menos de 1 ano é o principal fator que explica porque as mulheres, especialmente as mais pobres, estão na condição nem-nem.

MacDonald (2011) observa que, além da baixa escolaridade ser um fator muito relevante na entrada no status nem-nem, o tamanho da cidade e o capital cultural da família de origem do jovem também são importantes. Para os homens, sugere que a consequência do status nem-nem é a inserção em postos precários de trabalho. Para as mulheres, sugere que a maioria das nem-nem foram mães precocemente.

Camarano, Mello e Kanso (2006) também encontraram que os nem-nem eram majoritariamente compostos por mulheres e que, independentemente do sexo, predominavam os de cor parda, com baixa escolaridade, inseridos em domicílios na zona rural, com maior número de crianças no domicílio, renda baixa e onde o chefe de domicílio possuía escolaridade menor. Dentre as mulheres, quase 3/4 delas já eram mães e 2/3 moravam com um parceiro (CAMARANO, MELLO e KANSO, 2006). O estudo de Monteiro (2013) observa que, entre as características individuais, a que mais influencia a probabilidade de um jovem, de maneira geral, estar na condição nem-nem é a escolaridade.

Simões (2013) estima variações na probabilidade de o jovem estar na condição de nem-nem em função da participação no Programa Bolsa Família (PBF) e identifica alguns dos fatores que afetam aquela probabilidade. No caso das mulheres, maioria dentre jovens nem-nem, a presença de filhos de 0 a 3 anos e o casamento (além do nível de renda e da escolaridade) aparecem como fortes determinantes do status de nem-nem, como já foi mencionado. Esse status para as mulheres é uma condição de longo prazo, não sendo, portanto, uma condição de “ser jovem”, mas de ser mulher em condições de pouca igualdade na relação de gênero. Constatou-se que a participação no PBF não aparece associada a uma redução na probabilidade nem-nem.

Na pesquisa de Simões, a oferta de serviços de creche e escola aparece como único entre os fatores analisados, além do nível educacional da mãe, que aparece associado com uma menor probabilidade nem-nem. Simões (2013) conclui que a questão nem-nem no

Brasil tem características específicas que sugerem um desenho de política que combine, preferencialmente, suporte de renda às jovens mães e acesso a serviços de Educação Infantil, principalmente para as mães dos dois primeiros quintis de renda, nos quais se acumulam a grande parcela das jovens em condição de nem-nem. Se as jovens já possuem, em média, maior escolaridade que os jovens (mesmo nos quintis de renda mais baixos), há uma perda de oportunidade de ganhos de renda na família quando ela se ausenta do mercado de trabalho por não ter com quem deixar seus filhos. O aumento da renda familiar via inclusão produtiva da mulher pode favorecer a redução da necessidade de transferências de renda, mas depende da oferta de serviços de atenção à criança na forma de acesso à creche e à pré-escola. Pode representar, ainda, uma possível porta de saída no médio prazo para muitas famílias com crianças participantes do programa Bolsa Família, na medida em que viabilizam o ingresso da mulher em atividades produtivas fora do lar (SIMÕES, 2013).

## **2. Nem-nem e questões de gênero, classe e raça**

Em pesquisa de 2013, técnicos do MDS constataram que a proporção de jovens na condição nem-nem aumenta com a redução da renda familiar per capita, girando em torno de 5% de jovens para os 20% mais ricos e ultrapassando 20% de jovens para os 20% mais pobres, conforme a PNAD 2011. A evolução das taxas de nem-nem, entre 2001 e 2011, segundo os quintis de renda, mostra que há uma tendência de queda consistente para o 3º e 4º quintis, permanecendo relativamente estável para os demais grupos. Essa tendência sugere que os quintis de renda mais baixos não estariam se beneficiando das oportunidades de trabalho do mesmo modo que os jovens dos níveis de renda mais elevados (MDS, 2013; MONTEIRO, 2013; SIMÕES, 2013).

Alguns estudos mostram que a renda aparece como um importante fator na alocação do tempo dos jovens entre o trabalho e o estudo, principalmente, do segundo (CAMARANO e KANSO, 2012). Leme e Wajnman (2000) mostraram que a renda dos domicílios afeta positivamente a probabilidade de estudar, principalmente sem trabalhar, e negativamente a de trabalhar sem estudar e a de não exercer nenhuma das duas atividades. Barros e Mendonça (1991) também mostraram que as taxas de não frequência à escola de crianças e adolescentes crescem à medida que diminuem os recursos econômicos dos domicílios onde vivem.

Por fim, como apontam Monteiro (2013) e Costa e Ulyseia (2014), a baixa escolaridade e a baixa renda parecem, então, ser concomitantes e interdependentes na condução ao status de nem-nem. Alguns autores exploram a ideia de que fatores de risco estão em questão em razão da estrutural e sistemática exclusão e que, desta forma, baixa escolaridade e baixa renda são fatores-chave para entender o fenômeno nem-nem (SADLER, AKISTER e BRURCH, 2015).

Cabe ressaltar, novamente, que a questão central não é de caráter individual, mas de classe social. Thompson (2011) retrata a persistência das desigualdades estruturais, particularmente relacionadas com a classe, na relação entre ser nem-nem e a classe social. Como discutido na seção 3.1.2 do capítulo anterior, a questão de classe demonstra-se determinante, tanto na inserção precoce no mundo do trabalho, quanto na saída antecipada da escola, fatores que levam, em algum momento, à condição de nem-nem. Ademais, a segmentação da qualidade escolar e dos postos de trabalho parece ter um recorte típico da manutenção da estrutura de classes e da estratificação social.

Uma hipótese deste trabalho é a de que existe uma parcela dos nem-nem (não o grupo inteiro, devido à heterogeneidade da categoria) que está sob esse status, devido a questões estruturais de **classe**, que os embarga em maior vulnerabilidade. Esses jovens são os de renda e escolaridade baixas, provenientes de núcleos familiares com as mesmas características, gerando o que chamamos de ciclo intergeracional da pobreza.

Outra hipótese é de que uma parcela (a mesma, em algumas intercessões) está no status nem-nem devido a questões de gênero, como já tem sido discutido. O mesmo para questão de raça. Como já demonstrado por algumas pesquisas citadas, há prevalência de negros na condição nem-nem. As três dimensões aqui tratadas são, portanto, transversais, estruturais e imbricadas nas instituições da sociedade, consolidadas historicamente. Desta forma, qualquer inferência de causalidades lineares, ou consecutivas, torna-se precipitada.

Para a questão de **gênero**, revisamos os números da pesquisa de Monteiro (2013), que indicam que quase a metade desses jovens inativos são mulheres com filhos, como já mencionado. Esse grupo só inspira preocupação se sua condição não for fruto de escolhas pessoais e sim resultado da falta de opções para cuidado dos filhos, enquanto essas mulheres trabalham ou estudam. A pesquisadora mostra que mulheres que têm um bebê e são pobres

têm 10 pontos percentuais a mais de chance de estar na condição nem-nem do que mulheres que têm um bebê e não são pobres.

A maior prevalência do status nem-nem entre as mulheres, cerca de cinco vezes maior que entre os homens no Brasil, é uma tendência mundial, visto que são as mulheres que mais frequentemente tendem a se retirar da escola ou do mercado de trabalho em razão de matrimônio ou de gravidez. Observa-se, contudo, uma tendência de queda na proporção de nem-nem entre as mulheres e um ligeiro crescimento entre os homens nos últimos 15 anos (MDS, 2013 e SIMÕES, 2013).

Costa e Ulyssea (2014) constata tanto o aumento da escolaridade como aumento da inserção feminina no mercado de trabalho, como dois fatores importantes na redução da disparidade de ocorrência de nem-nem entre homens e mulheres. De um lado, as mulheres de 15 a 17 anos apresentaram uma redução substancial na proporção de nem-nem, o que é compatível com a crescente e acelerada inclusão escolar das mulheres ao longo dos últimos 10 anos. De outro, as mulheres de 25 a 29 anos apresentaram uma redução de 15 p.p., entre 1992 e 2009 (com leve aumento entre 2009 e 2012), o que deve estar mais associado ao aumento da inserção feminina no mercado de trabalho e à crescente compatibilização das decisões reprodutivas e de participação no mercado de trabalho. O diferencial tão acentuado entre homens e mulheres de 25 a 29 anos sugere que a maternidade é um fator central para a compreensão dos determinantes do status nem-nem entre as mulheres e, de fato, mostra que há uma diferença muito grande na incidência de nem-nem entre mulheres com e sem filhos (COSTA e ULYSSEA, 2014).

A taxa de inatividade entre as mulheres ainda é bastante superior àquela dos homens. Como notam Camarano e Kanso (2012), parece haver uma dinâmica diferenciada por sexo que gera essas taxas de inatividade, que pode estar relacionada à divisão de trabalho no interior do domicílio. Estima-se que na América Latina 22% das jovens entre 15 e 29 anos se dedicam exclusivamente a afazeres domésticos, representando uma parcela significativa das jovens classificadas como nem-nem. Esta cifra é de apenas 1,4% entre os jovens do sexo masculino (HOPENHAYN, 2012). A divisão sexual do trabalho e a reafirmação de papéis tradicionais de gênero, que tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva (HIRATA e KERGOAT, 2007), parecem ter importância seminal na compreensão da questão nem-nem.

Jacqueline Laufer (1995 *apud* HIRATA e KERGOAT, 2007) concebe um “modelo de conciliação” no qual cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar e articular vida familiar/doméstica e vida profissional. Hoje, certos pesquisadores propõem substituir “conciliação”, ou mesmo “articulação”, por “conflito”, “tensão”, “contradição” para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres (HIRATA e KERGOAT 2007). O modelo de delegação, outro apresentado pelas autoras, trata-se de externalizar o trabalho reprodutivo, trabalho doméstico e familiar a outras mulheres, mais representativo para mulheres mais ricas.

Pelos dados apresentados por Simões (2013), do total das jovens nem-nem, 24% são mães vivendo no 1º quintil de renda, enquanto apenas 1% é de mães vivendo no 5º quintil de renda. Isso sugere que a experiência da maternidade entre as jovens pobres afeta as suas vidas de modo distinto de como afeta a vida das jovens não pobres. Essa diferença pode significar que, enquanto as jovens de classes mais altas encontram suporte para desenvolver a sua maternidade, por meio do acesso a creches e contando com apoio financeiro da família, as jovens pobres não acham suporte que as permita trabalhar e/ou continuar os estudos. Cuidar do (s) filho(s), trabalhar em casa e depender do cônjuge e/ou de familiares passa a ser a sua alternativa.

Em grupos em que o papel social da mulher ainda é exclusivamente o cuidado da casa e da educação dos filhos, frente às limitadas possibilidades de se emanciparem economicamente, para muitas meninas, a constituição de família e maternidade é uma âncora social para se tornarem adultas. Em estudos dos significados da maternidade em populações de baixa renda, Oliveira (2008 *apud* FERREIRA *et al.*, 2012) encontra que a família ocupa posição central, enquanto a escolaridade e o trabalho tomam posições periféricas. A autora concluiu que o nascimento, a amamentação, o crescimento e a adolescência constituem-se realidades simbólicas, circunscritas, imaginadas e reproduzidas de diferentes maneiras, dependendo dos contextos socioculturais. Nas palavras da autora: “(...) ainda que a gravidez seja processada no corpo das mulheres, seus significados são construídos com base na experiência social e cultural e variam conforme a classe social, a idade, o gênero, dentre outros fatores”.

Muitas vezes conduzidas a papéis de gênero tradicionais desde pequenas – no

cuidado de irmãos e parentes – e vítimas da segregação educacional, os horizontes de possibilidades dessas jovens são limitados ao que a comunidade / localidade pode oferecer. A lógica de inserção social por meio do mercado de trabalho, conforme argumentam Kaztman (2000 e 2001), Busso (2001) e Castel (2012), torna-as vulneráveis e desfiladas do processo dominante.

Maria Rita Kehl (2004) comenta que a maternidade precoce não é o problema mais difícil a ser enfrentado pelas adolescentes, mas sim,

*(...) “crescer e fazer projetos para a vida numa sociedade de valores individualistas, em que o ‘futuro’, tão evocado pela publicidade na divulgação de cada novidade tecnológica, não passa da projeção dos mesmos ideais narcísicos, numa escala quase mortífera”.*

Sua preocupação não está nos valores libertários da escolha, do direito sexual e reprodutivo, mas no apelo conservador e desesperançado que ela revela, por parte dos meninos e meninas do século XXI (KEHL, 2004). Parece, segundo Kehl, que a maternidade/paternidade precoce é um grande achado, solução ofertada pela natureza para os riscos e impasses que nem os adolescentes de hoje nem seus pais sabem como enfrentar:

*“Acontece que as mães-meninas de hoje são filhas de uma geração que, depois de uma série de desilusões políticas, fez da família a última esperança, o signo vazio de um futuro melhor, numa era neoliberal em que todos os projetos coletivos de construção de um futuro melhor foram desqualificados diante da implacável “lógica do mercado”. Lançados cada vez mais depressa para fora da infância, ante a perspectiva de uma vida adulta vazia de valores e projetos coletivos – o que é o mesmo que dizer uma vida sem sentido, já que o sentido da vida não pode ser construído individualmente. Criar filhos felizes passou a ser o grande, se não o único, objetivo da vida privatizada do novo milênio. Os filhos representam o único símbolo incontestável do futuro, no quadro de valores do individualismo contemporâneo. Mas exatamente por isso, reduzidos a um fim em si mesmos, esses adolescentes não encontram grande razão de ser para suas próprias vidas. Coerentemente com essa falta*

*de horizonte coletivo, um bebê vem a ser recebido como a razão de viver de meninos e meninas que não conseguiram nem começar a inventar uma razão para suas próprias existências” (KEHL, 2004).*

Conclui-se que a maternidade pode ser um fator explicativo da grande prevalência de nem-nem entre as jovens mulheres, bem como a ocupação com afazeres domésticos, que pode estar relacionada com a formação de novos núcleos familiares ou, ainda, com a tutela de irmãos menores, vizinhos ou idosos (SIMÕES, 2013; COSTA e ULYSSEA, 2014; MONTEIRO, 2013; CAMARANO e KANSO, 2012).

No quesito **cor**, observa-se que a prevalência de nem-nem é superior para os jovens negros, em cerca de 3 p.p. em relação aos brancos, embora os dois grupos pareçam seguir a mesma tendência histórica (MDS, 2013). Nota-se que entre os negros há uma proporção maior de jovens na condição nem-nem e o diferencial ampliou-se ao longo do tempo (COSTA e ULYSSEA, 2014). Simões (2013) desagrega seus resultados por cor e encontra que 28% das jovens nem-nem se encontra entre as mulheres pobres e negras e que a maternidade é um fator que, associado com a pobreza, aumenta a probabilidade de a jovem estar fora da escola e do mercado de trabalho, mais ainda se for negra.

Como sugerem Monteiro (2013) e MDS (2013), há uma hipótese explicativa, da seguinte forma: a maternidade provocaria a saída da escola e dificultaria o ingresso ou permanência no mercado de trabalho. Por outro lado, como a taxa de desemprego para as mulheres negras tende a ser relativamente maior do que para as mulheres não negras e os homens em geral, a causalidade poderia ser reversa, ou seja, a alternativa de realização social pelo casamento e/ou maternidade pode tornar-se a opção para esse segmento da população em face das dificuldades de ocupação no mercado de trabalho, o que levaria ao abandono escolar. Nesse caso, a discriminação no mercado de trabalho contra a mulher, jovem, pobre e negra poderia estar contribuindo para que a opção da maternidade ocorresse antes dos 25 anos e acabasse por determinar uma situação de dependência e inatividade. Além disso, como já mencionado, a maior prevalência de nem-nem associada à pobreza e maternidade sugere também a falta de suporte à mãe pobre para que possa conciliar trabalho e/ou estudo com a maternidade (MDS, 2013).



### 3. A estigmatização da categoria

O discurso do senso comum, acerca dos jovens nem-nem tende a inscrever-se em uma argumentação reducionista e estigmatizante, carregada de conotações negativas que não correspondem com a evidência empírica (COMARI, 2015). A rotulação negativa dos jovens nem-nem está relacionada àquelas pesquisas e notícias que tendem a focar nos déficits individuais e associar essas pessoas a valores restritivos. O conceito de nem-nem tem sido uma ferramenta importante para analisar as transições entre escola e trabalho, uma vez que destaca os processos muitas vezes invisíveis, mas que eventualmente estão carregados de fatores que levam à exclusão social, como já discutido. No entanto, a mídia, o senso comum e algumas pesquisas científicas têm considerado que a categoria nem-nem é constituída por pessoas que não *querem* estudar e nem trabalhar. Dessa forma, as pessoas na condição nem-nem são muitas vezes associadas a valores como ociosidade, preguiça, ou em crise de valores (referente ao trabalho como valor ético central) (SERRACANT, 2014).

Abramo (1997) confirmou ainda na década de 1990 que a tematização da juventude pela ótica do “problema social” é histórica e já foi assinalada por muitos autores; a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social — por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social —, seja porque um grupo ou movimento jovem propõem ou produzem transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameaça romper com a transmissão da herança cultural (ABRAMO, 1997).

Na medida em que existe uma representação social da juventude como irresponsável, muitos são discriminados simplesmente por serem jovens. E, muitas vezes, qualifica-se o que é ser jovem por estigmas e estereótipos. Dependendo do contexto sociopolítico e econômico, o jovem é considerado perigoso, marginal, alienado, irresponsável, desinteressado ou desmotivado (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002). Os jovens, principalmente se pobres e negros, são vistos como “sujeitos perigosos”. Por outro lado, são poucas as referências às cidadanias negadas, como a do exercício do brincar, divertir-se, informar-se e formar-se culturalmente, do direito à cidade, ao transporte, etc.

(CASTRO e ABRAMOVAY, 2002).

Dessa forma, esses jovens sentem-se discriminados por várias razões: pela faixa etária, pelo fato de morarem em bairros da periferia, pela sua cor, pela maneira como se vestem, pelas dificuldades de encontrar trabalho e até pela impossibilidade de se inscreverem nas escolas de outros bairros (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002b). O estigma de morar na periferia, um importante motivo para discriminação, é associado com pobreza, violência e criminalidade. Assim, o local de moradia, por si só, é um fator de exclusão no trabalho e na escola (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002). É preciso, por fim, considerar que alguns jovens, antes de receber o estigma de nem-nem, recebem muitos outros estigmas vinculados à sua condição de classe (aqui também territorial), de gênero e de raça.

Nesse caso, dos jovens que mais sofrem o peso do estigma, é quando as vulnerabilidades vividas trazem a semente positiva de “um poder simbólico de subversão” (BOURDIEU, 2013). Frisa-se, como sugere a leitura de Kehl (2004), que as materialidades que vulnerabilizam jovens e não jovens, hoje, combinam privações econômicas, mas não se limitam a essas: são, também, políticas e culturais.

O aporte teórico para a questão do estigma é o clássico de Erving Goffman (1988). Segundo o sociólogo norte-americano, a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. A natureza de uma pessoa, tal como ela mesma e nós a imputamos, é gerada pela natureza de suas filiações grupais. Sobre a definição de estigma, Goffman apresenta:

*(...) assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (...) Começando com a noção muito geral de um grupo de indivíduos que compartilham alguns valores e aderem a um conjunto de normas sociais referentes à conduta e a atributos pessoais, pode-se chamar*

*"destoante" a qualquer membro individual que não adere às normas, e denominar "desvio" a sua peculiaridade (GOFFMAN, 1988).*

O estigma não envolve um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, mas trata-se de um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais, em virtude de normas não cumpridas. Em termos sociológicos, a questão central referente aos grupos estigmatizados é o seu lugar na estrutura social; as contingências que essas pessoas encontram na interação face a face são só uma parte do problema, e algo que não pode, em si mesmo, ser completamente compreendido sem uma referência à história, ao desenvolvimento político e às estratégias correntes do grupo (GOFFMAN, 1988).

Se considerarmos que a socialização na escola e no mundo do trabalho estão entre as mais proeminentes na estrutura social, a ausência nesses espaços pode gerar, para o jovem, uma identidade descreditada. A estigmatização gerada para a categoria nem-nem tende a agravar o sentimento de isolamento e não pertencimento social do jovem. A forma pejorativa como tem sido discutida a questão nem-nem no Brasil, principalmente veiculada pela grande mídia, facilita a formação da narrativa pessimista quanto ao jovem e conforma um status estigmático que acaba por criar, na opinião pública, cortinas estereotípicas em torno da questão. A abordagem dos jovens nem-nem como exclusivamente desviantes apenas oculta a questão estrutural que os conduz a tal situação: a vulnerabilidade social decorrente da desigualdade de oportunidades. Tratar a questão nem-nem apenas como desvio é ignorar a estrutura de classes e a desigual distribuição de bens produzidos socialmente.

A identidade coletiva atribuída ao jovem nem-nem de como sendo indolente, mandrião, pode ser internalizada por esse jovem, que passa a reconhecer sua identidade pessoal de forma problemática. Goffman (1988) afirma que pode haver uma discrepância entre a identidade apropriada pelo meio social e aquela de fato apresentada pelos indivíduos. E, ainda, quando conhecida ou manifesta, essa discrepância estraga a forma como esse jovem se vê; ela tem como efeito afastar o indivíduo da sociedade e de si mesmo de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo.

Dessa forma, é importante questionar se essa estigmatização da categoria nem-nem

não tem contribuído para a apresentação desse “eu” precário, sujeito ao insulto e ao descrédito no meio social; esse é um fator vulnerabilizante importante. Se o jovem já está sob condições materiais de vulnerabilidade e ainda o estigma o credita mais concepções acerca da sua inabilidade de integração social, a uma vulnerabilidade simbólica, a questão se torna mais complexa e se intensifica.

Outro estigma, mais habitual na literatura científica, é aquele que os jovens nem-nem não participam da vida social e que, por isso, estão com vínculos frágeis e mais vulneráveis. O que, de fato, pode ser uma falácia, uma vez que ele/ela podem participar de atividades comunitárias, políticas, familiares, voluntárias, artísticas, esportivas e outras, que são invisíveis à estatística e às políticas públicas. Em particular, as jovens mulheres nem-nem, longe de não fazerem nada, dedicam muitas horas a formas de trabalho invisíveis: o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado (COMARI, 2015).

O perigo é criar uma identidade falaciosa vinculada ao status de nem-nem. Além do mais, é importante mencionar o estigma de nem-nem em uma sociedade de consumo, cujo valor do trabalho é central. As relações que condenam o nem-nem pelo estigma do ócio, o julgamento do não-trabalho, são as mesmas que ocultam da categoria as vulnerabilidades sociais. A ética do trabalho condena a inatividade e, portanto, é preciso suscitar um amplo debate a respeito, no sentido de refletir sobre a organização da produção que promove o “super-trabalho” (jornadas extensas, múltiplas funções, hora extra) ou o “qualquer trabalho” (o precário); e, ainda, de revisitar a concepção do não reconhecimento do trabalho doméstico não-remunerado como atividade econômica.

#### **4. Heterogeneidade e vulnerabilidade**

Os nem-nem certamente constituem um grupo de tamanho significativo e que demanda atenção em razão da multiplicidade de vulnerabilidades a que estão potencialmente expostos, e, devido à heterogeneidade do grupo, podem alguns sequer estar em situação de vulnerabilidade. Por isso, a relação entre a questão nem-nem e vulnerabilidade precisa ser, de certa forma, mais bem apurada.

Por trás do rótulo classificatório e homogeneizante de nem-nem existem histórias

muito diferentes, envolvendo características, circunstâncias e comportamentos que diferenciam os jovens para além da classificação, em geral redutora, de nem-nem (FINLAY *et al.*, 2010). O rótulo homogeneizador de nem-nem acaba encobrindo a diversidade de situações vividas e acaba por silenciar as diferenças no modo das classes sociais lidarem com a transição da escola para o mercado de trabalho, o que também reforça a versão estereotipada e simplificadora que se tem da questão. Já expusemos que os condicionamentos de classe têm nítido impacto no modo como se estruturam as trajetórias escolar e laboral. São fatores estruturais que explicam o diferencial de incidência de nem-nem entre grupos sociais distintos.

Monteiro (2013) afirma que não devemos nos preocupar com a totalidade de jovens que não trabalham e não estudam. É necessário, portanto, considerar que sob o rótulo genérico de nem-nem existem situações muito diversas (SIMÕES, 2013). Os números agregados escondem taxas de inatividade muito altas e crescentes para alguns subgrupos da população. É preciso destrinchar o grupo nem-nem para observar aquelas subpopulações expostas a vulnerabilidades mais graves, nas quais a ausência do trabalho e da escola significam, de fato, potencialidade de fratura social.

A identificação a priori como um grupo problemático que conote uma condição socialmente negativa pode significar uma simplificação grosseira daquilo que caracteriza o real motivo de se encontrarem fora da escola e do mercado de trabalho. Interpretar que o jovem, apenas pela perspectiva estreita da função produtiva, esteja em condição de risco social é assaz distante da realidade dessas pessoas. Como as fontes de dados usadas para analisar o fenômeno em geral não contêm informação sobre atividades do jovem fora do mercado laboral ou educacional (inclusive a PNAD no Brasil), a real inserção social do jovem é de difícil avaliação no nível agregado, havendo necessidade de conduzir pesquisas qualitativas que ajudem a entender melhor sua situação (SIMÕES, 2013).

Essas dificuldades colocam um desafio para a política pública ao considerar o grupo nem-nem como um grupo homogêneo. O risco em considerar o grupo nem-nem homogêneo é que a classificação de pessoas sob o mesmo rótulo de problema e, por consequência, propor soluções para lidar com essa condição, é que todos sejam tratados com a mesma intervenção, a partir de um mesmo diagnóstico (potencialmente errado) do problema. O diagnóstico deve ser mais cuidadoso e evitar simplificações redutoras.

Há, ainda, na literatura, fortes indícios de que a condição nem-nem é dinâmica, isto é, que os jovens que entram nesse *status* transitam por outros com grande rotatividade e dinamicidade. Como já discutido anteriormente, as transições dos jovens não são lineares e prescritas, mas fluidas, impermanentes e incertas.

Em estudo recente, Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013) analisam os fluxos dos jovens de 17 a 22 anos, com uma desagregação da proporção de nem-nem em dois fatores: a taxa de entrada nessa situação e sua duração média, com base nos dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), única base de dados nacional que permite algumas análises longitudinais (para além da PNAD Contínua que eventualmente a substitui). A duração é, em média, curta e há indícios de grande rotatividade dessa situação em relação ao mercado de trabalho. Dessa forma, temos indicações de que a situação nem-nem é transitória em grande parte dos casos. Os autores argumentam que o recente crescimento da proporção de jovens fora da PEA e sem estudar ocorreu devido a uma elevação do tempo que os jovens permanecem na situação nem-nem. Apesar deste aumento, os autores relatam que os jovens não permanecem muito tempo na inatividade sem estudar e que há elevada rotatividade entre jovens na situação nem-nem.

Todavia, a transitoriedade na situação nem-nem seria menor entre aqueles com menor nível educacional. Os pesquisadores mostram que tanto a taxa de entrada quanto a duração média entre aqueles com o ensino fundamental incompleto são significativamente maiores do que aquelas dos demais graus de escolaridade. Assim, a condição nem-nem é mais problemática para jovens menos escolarizados. A análise de Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013) também aponta que a duração na condição nem-nem é maior entre as mulheres. O estudo mostra que apesar da proporção significativa de jovens nem-nem, após um ano, o fluxo de saída para outras situações é grande e indica uma elevada rotatividade dessas situações e talvez pequenas durações. Assim, os períodos em que os jovens permanecem na situação “nem-nem” são em média relativamente curtos.

É certo que a permanência no *status* nem-nem é mais preocupante quanto maior for a duração nesta situação. Transições da escola para o mercado de trabalho ou entre diferentes ocupações podem resultar em momentos temporários na situação nem-nem, mas quanto mais tempo um indivíduo permanecer nesta situação mais difícil poderá ser sua reinserção no mercado de trabalho e na escola (COSTA e ULYSSEA, 2014).

Os jovens a que a análise empreendida nesta dissertação se refere têm rosto definido. Pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade. São os jovens com escolaridade baixa, renda familiar pequena e com vínculos frágeis com as estruturas de oportunidades oferecidas pelo mercado, Estado e sociedade, que sugerem maior atenção ao fato de estarem na condição nem-nem, uma vez que a transição para a vida adulta desse subgrupo pode estar sendo prejudicada pela sua condição social, fato que gera a reprodução cíclica da vulnerabilidade.

Não considerar a questão como uma situação estática, com apenas duas alternativas possíveis (dentro/fora, incluído/excluído), mas sim desde uma perspectiva mais dinâmica, centrada na vulnerabilidade desta situação, permite reconhecer uma zona intermediária de maior amplitude caracterizada pela debilidade dos laços de integração social (SARAVI, 2004).

Comari (2015), em interessante pesquisa com uso de dados longitudinais de pesquisa domiciliar argentina, conclui que a maior parte das situações de não trabalho e não estudo são eventos transitórios, o que questiona a legitimidade de caracterizá-los como uma “geração”<sup>18</sup>. Para o caso argentino, há uma pequena proporção que é estável na condição nem-nem e que poderia ser chamada de “geração nem-nem”. Comari (2015) reúne evidências suficientes para afirmar que a grande maioria das situações nem-nem, na Argentina, são transitórias, a qual confronta essa representação imaginária de uma grande massa de pessoas vivendo persistentemente como marginais e ociosos. Para os mais vulneráveis, tais como aqueles em situação de rua ou usuários de droga, ser nem-nem pode nem ser a característica mais relevante, e a atenção a esse status pode distrair a atenção de riscos mais imediatos e ameaçadores (YATES e PAYNE, 2006).

A participação intensiva em formas de trabalho fora do mercado se revelou como um fator explicativo importante das exposições de longo prazo (ou talvez perpétuas) às

---

<sup>18</sup> A noção de geração nem-nem seguramente ajuda a muitos autores, a partir de uma nomenclatura que magnifica o objeto de interesse, a chamar atenção sobre uma problemática que consideram premente, constituindo um excelente recurso literário, mas a custo de produzir um deslocamento semântico no que diz respeito ao núcleo do conceito de geração e o que este representa para o campo da demografia e da sociologia (COMARI, 2015). A validade do uso do termo “geração” para o caso em questão não é aceitável desde o ponto de vista teórico, conceitual, nem tampouco à luz das evidências empíricas exaustivamente citadas neste trabalho. A maioria das afirmações sobre a existência de uma geração nem-nem e da constituição do homogêneo (e perigoso) grupo social dos nem-nem são falsas (COMARI, 2015).

situações nem-nem. Diversos indicadores de vulnerabilidade como poucos anos de educação formal, participação na estrutura de distribuição de renda e serviços e pobreza, por exemplo, revelam uma maior associação de episódios nem-nem, mas confirmam que se trata de uma população fortemente heterogênea. Na maioria dos casos a situação nem-nem se associa a desvantagens sociais enquanto que em outros se trata de decisões que somente são possíveis devido a situações de privilégio (jovens que escolhem postos de trabalho mais compatíveis com sua alta qualificação, por exemplo).

Esse conjunto de reflexões leva a pensar que, de forma geral, as problemáticas que podem caracterizar-se como vulnerabilidades ou restrições de acesso a direitos são as mesmas sofridas por outros conjuntos etários e também por jovens que estudam ou trabalham em postos precários, com baixa renda, má qualidade da formação educacional e empregos de baixa qualidade, dentre outros fatores. Quem tem menos anos de educação está obviamente mais sujeito a uma desvantagem social que não se neutraliza com o ingresso em uma ocupação remunerada, porque ela será certamente precária. As meninas e mulheres que experimentam gravidezes não desejadas ou inesperadas sofrem, seguramente, consequências negativas em seu desenvolvimento pessoal que não desaparecem por completo na obtenção de um emprego. Haveria muitos outros exemplos, mas o que é preciso pôr em evidência é que políticas públicas específicas para nem-nem não são requeridas/necessárias, mas, sim, políticas públicas que melhorem o acesso e as condições de permanência no emprego e na educação formal para todos os grupos de jovens e não jovens, principalmente, para aqueles em situação de vulnerabilidade (COMARI, 2015).

#### **4.1 Sobre Vulnerabilidade Social**

É preciso uma inflexão teórica para conceituar o que se entende por vulnerabilidade social. Este subtópico tem essa finalidade.

Segundo Castel (2012), as características de individualização em curso no mundo do trabalho produzida pelo desamparo social e ausência de direitos sociais, têm ampliado a distância entre determinados grupos de jovens e o trabalho decente<sup>19</sup>. Trata-se da defasagem

---

<sup>19</sup> Conceituado pela OIT, o trabalho decente é o ponto de convergência desses quatro objetivos: 1) o respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho



ou falta de sincronia entre os requerimentos de acesso às estruturas de oportunidades oferecidas pelo mercado, pelo Estado e pela sociedade e os ativos, que permitiriam aproveitar estas oportunidades, que deslocam esses jovens à condição de vulneráveis e desintegrados da sociedade.

Analisar a complexidade das situações que envolvem economia, sociedade e política excedem amplamente a dimensão exclusiva da renda. A dificuldade de acesso a serviços de saúde e educação, por exemplo, pode reduzir um grupo social a uma situação de maior precariedade na qualidade de vida e de conseqüente menor integração com a sociedade. Localizados nas franjas da sociedade, esses grupos fragilizados e de baixa integração, são desfiliaados do processo de inclusão social (CASTEL, 2012). Surge, portanto, a necessidade de se investigar a realidade desses grupos para além da dimensão de renda.

O conceito de vulnerabilidade social aparece, então, no sentido de ampliar o escopo de análise para o que define a situação de muitas pessoas e famílias: o risco social e econômico multifacetado. A noção de vulnerabilidade social tem sua própria particularidade e apresenta características distintas de outros enfoques como o de pobreza, marginalidade ou exclusão social. O processo de heterogeneização da pobreza descrita por Busso (2001) encontra na noção de vulnerabilidade um apoio conceitual que excede os diferenciais de renda, uma vez que inclui esta dimensão em sua composição.

O enfoque da vulnerabilidade oferece um instrumental analítico que combina dinamicamente os níveis micro (comportamentos em indivíduos e domicílios), médio (organizações e instituições) e macro (estrutura social, padrão de desenvolvimento) para explicar a reprodução dos sistemas de desigualdade e desvantagens sociais. Busso (2001) argumenta que a noção de vulnerabilidade remete à ideia de uma área intermediária localizada entre a integração plena e a exclusão total, da mesma forma proposta por R. Castel (2012), com a concepção de zona intermediária entre a desfiliação total e as zonas de integração. As linhas de demarcação desta área são difusas, uma vez que são afetadas dinamicamente por processos complexos que trazem acoplados a metamorfose da questão social, como são as reestruturações produtivas, as mudanças nas relações trabalhistas e na

---

forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); 2) a promoção do emprego produtivo e de qualidade; 3) a extensão da proteção social e 4) fortalecimento do diálogo social (Definição OIT).

estratificação social.

A relação dialética entre o enfoque micro, centrado nas estratégias familiares de mobilização de seus ativos, e o enfoque macro, centrado no mercado, no Estado e na sociedade, que enfatiza o conjunto de oportunidades, é uma das contribuições que pretende incorporar a análise da vulnerabilidade social para abordar os problemas relativos à heterogeneidade, produção e reprodução da pobreza e das desvantagens sociais (BUSSO, 2001).

Segundo Marandola (2009), a vulnerabilidade é um qualitativo, ou seja, envolve as qualidades intrínsecas (do lugar, das pessoas, da comunidade, dos grupos sociais) e os recursos disponíveis (na forma de ativos) que podem ser acionados nas situações de necessidade ou emergência. O autor apresenta a vulnerabilidade como neutra: não é negativa em si mesma, mas refere-se à interação risco-perigo em um determinado lugar, onde certos grupos e coletividades serão afetados (MARANDOLA JR., 2008a *apud* MARANDOLA JR., 2009).

A vulnerabilidade social se expressa, assim, de várias formas, seja como fragilidade ou falta de recursos para se defender perante mudanças contextuais, ou no desamparo institucional por parte do Estado, como debilidade interna para enfrentar mudanças e aproveitar o conjunto de oportunidades, ou ainda como insegurança permanente que paralisa, incapacita e desmotiva a possibilidade de pensar estratégias e atuar para proporcionar melhores níveis de bem-estar. As condições de fragilidade e desamparo combinadas com a falta de respostas e as debilidades internas, podem conduzir o indivíduo, família ou comunidade a sofrerem uma queda no bem-estar, como consequência de estarem expostos a determinados tipos de risco (BUSSO, 2001).

A noção de vulnerabilidade pode ser entendida, então, como um processo que se relaciona em diversos níveis de análise. Assim, a partir de uma situação de vulnerabilidade inicial, pode surgir uma combinação negativa entre as suas dimensões e, portanto, pode conduzir a aumentos nos níveis de vulnerabilidade, produzindo um “círculo vicioso da vulnerabilidade” entre as diferentes unidades de análise e suas várias dimensões (BUSSO, 2001).

Conforme Kaztman (2000), na definição de vulnerabilidade existem três elementos importantes: a exposição a certos riscos, a capacidade de enfrentá-los e a potencialidade

destes de trazer consequências importantes para os afetados. Kaztman (2000) aponta que a vulnerabilidade pode ser entendida como “a incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração” (KAZTMAN, 2000, p.7).

O autor considera que esta condição seria resultante de uma defasagem ou falta de sincronia entre os requerimentos de acesso às estruturas de oportunidades oferecidas pelo mercado, pelo Estado e pela sociedade e os ativos dos domicílios que permitiriam aproveitar estas oportunidades (KAZTMAN, 2000). Assim sendo, a questão básica enfocada pelo conceito é a debilidade ou a força dos ativos que indivíduos, famílias ou, de maneira mais abrangente, comunidades ou grupos, dispõem para enfrentar os riscos existentes no entorno, que implicam a perda de bem-estar (BUSSO, 2001).

## **5. Formas sociais de inexistência: entre ausências e emergências**

Para esta seção, recuperou-se o texto “*Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*”, de Boaventura de Sousa Santos<sup>20</sup>. Para introduzir a discussão, segue reproduzida a afirmação de Santos (2002) de que a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante e que esta riqueza social tem sido desperdiçada. Sobre sua construção teórica, é importante para esta pesquisa que:

*“Na fase de transição em que nos encontramos, em que a razão metonímica<sup>21</sup>, apesar de muito desacreditada, é ainda dominante, a ampliação do mundo e a dilatação do presente têm de começar por um procedimento que designo por sociologia das ausências. Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é,*

---

<sup>20</sup> Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro 2002: 237-280.

<sup>21</sup> A razão metonímica se reivindica como única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as em tornar matéria-prima. A razão metonímica continuou a presidir os debates mesmo quando se introduziu neles o tema do multiculturalismo e a ciência passou a ver-se como multicultural. Os outros saberes, não científicos e não filosóficos, e, sobretudo, os saberes não ocidentais, continuaram até hoje, em grande medida, fora do debate. Santos utiliza o conceito de metonímia, uma figura do discurso aparentada com a sinédoque, para significar a parte pelo todo.

*na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. Fá-lo centrando-se nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica. O que é que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte/Sul? O que é que existe na medicina tradicional que escapa à dicotomia medicina moderna/medicina tradicional? O que é que existe na mulher que é independente da sua relação com o homem? É possível ver o que é subalterno sem olhar à relação de subalternidade? ” (SANTOS, 2002, pg. 246)*

Para o estudo em tela, questiona-se, similarmente: O que existe no jovem nem-nem para além da ausência do trabalho e do estudo? Qual ausência não está sendo observada nesses jovens? Ou ainda, qual elemento presente na vida desses jovens que não está sendo observado, por se focar constantemente nas suas ausências do mercado de trabalho e da escola?

Segundo Santos (2002), o elemento subjetivo da sociologia das ausências é a consciência cosmopolita e o inconformismo ante o desperdício da experiência. O elemento subjetivo da sociologia das emergências é a consciência antecipatória e o inconformismo ante uma carência cuja satisfação está no horizonte de possibilidades. Enquanto a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das expectativas sociais. Não há, pois, uma maneira única ou unívoca de não existir, porque são vários as lógicas e os processos por meio dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear.

Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível (SANTOS, 2002). Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. Por outras palavras, só assim será

possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos hoje em dia. Trata-se de uma versão ampla de realismo, que inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidas como não existentes.

Destarte, considerar os nem-nem apenas a partir da sua dupla ausência no campo laboral e escolar, constitui para esta pesquisa um desperdício da experiência social, uma vez que podem esses jovens estar empenhados em outras atividades, inseridos em outras lógicas que transcendem a ética da produtividade pelo trabalho, ou ainda, que a categoria seja um bom indicador da estrutural e persistente desigualdade social, para alguns subgrupos mais vulneráveis contidos abarcados pela categoria. O indicador nem-nem, defende-se, quando bem utilizado e segregado em sua heterogeneidade inerente, pode ser um interessante instrumento de estudo das desigualdades de classe e de gênero.

Outra contribuição do referencial teórico em tela é a contestação da lógica da *monocultura do tempo linear*; isto é, a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos:

*“O sentido da monocultura do tempo linear e essa direção têm sido formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. Comum a todas estas formulações é a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Esta lógica produz não-existência declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado. É nos termos desta lógica que a modernidade ocidental produz a não-contemporaneidade do contemporâneo, a ideia de que a simultaneidade esconde as assimetrias dos tempos históricos que nela convergem. Neste caso, a não-existência assume a forma da residualização que, por sua vez, tem, ao longo dos últimos duzentos anos, adotado várias designações, a primeira das quais foi o primitivo, seguindo-se outras como o tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvido. (...) A lógica da monocultura do tempo linear, deve ser confrontada com a ideia de que o tempo linear é uma entre muitas concepções do tempo e de que, se tomarmos o mundo como nossa unidade de análise, não é sequer a concepção mais praticada. O domínio do*

*tempo linear não resulta da sua primazia enquanto concepção temporal, mas da primazia da modernidade ocidental que o adotou como seu” (SANTOS, 2002, pg. 247 e 251).*

Ao libertar as realidades alternativas do estatuto de resíduo, a sociologia das ausências substitui a monocultura do tempo linear pela ecologia das temporalidades, a ideia de que as sociedades são constituídas por várias temporalidades e de que a desqualificação, supressão ou ininteligibilidade de muitas práticas resultam de se pautarem por temporalidades que extravasam do cânone temporal da modernidade ocidental capitalista. Uma vez recuperadas e conhecidas essas temporalidades, as práticas e as sociabilidades que se pautam por elas tornam-se inteligíveis e objetos creíveis de argumentação e de disputa política (SANTOS, 2002). Lógica a qual a presente dissertação tem contestado, desde o primeiro capítulo sobre curso da vida e transição para vida adulta, exatamente no sentido de argumentar que existem formas de organizar as atividades sociais sem um curso preestabelecido ou modelar. O entendimento de que as etapas de transição para vida adulta não são subsecutivas permite conhecer a realidade nem-nem para além do estigma do ócio, da indolência e mesmo do risco. Se existem formas plurais e infinitas de se viver a juventude, classificar e categorizar jovens sob rótulos acerca daquilo que não são ou não estão fazendo, representa uma maneira reducionista da compreensão das questões sociais.

Outra lógica de não-existência, apresentada por Santos e importante para esta pesquisa, é a *lógica produtivista* e assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Nos termos desta lógica, o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve esse objetivo. Segundo esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é a esterilidade e, aplicada ao trabalho, é a preguiça ou desqualificação profissional.

Santos (2002) constrói cinco formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo – algumas foram suprimidas dessa seção com objetivo de tornar a discussão mais sintética. Tratam-se de formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes, sejam elas realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que

existe e tal como existe. São o que existe sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir. A sociologia das ausências não pretende acabar com as categorias de ignorante, residual, inferior, local ou improdutivo. Pretende apenas que elas deixem de ser atribuídas em função de um só critério que não admite ser questionado por qualquer outro critério alternativo. Este monopólio não é resultado de um trabalho de razoabilidade argumentativa. É, antes, o resultado de uma imposição que se não justifica senão pela supremacia de quem tem poder para fazê-lo.

A sociologia das ausências visa identificar o âmbito da subtração e da contração de modo a que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de subordinação e de produção e, por essa via, se tornem presentes. Tornarem-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objeto de disputa política (SANTOS, 2002).

Com isso, essa perspectiva teórica e epistemológica cria as condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente. A ampliação do mundo ocorre não só porque aumenta o campo das experiências credíveis existentes, como também porque, com elas, aumentam as possibilidades de experimentação social no futuro (Santos, 2002).

Entende-se, nesta dissertação, que os nem-nem, e os jovens de maneira geral, podem estar vivendo sob temporalidades diversas e que a ciência social e a gestão pública clássicas não dão conta da multiplicidade de formas de existir. A decorrente desqualificação, supressão ou ininteligibilidade das práticas desses jovens precisa ser superada por interpretações que extravasam a lógica binária do incluído/excluído. As realidades são certamente mais fluidas e dinâmicas que o plano cartesiano. Nesse sentido, a totalidade da categoria nem-nem não pode representar uma forma desqualificada de existir. Dizer “não” a uma situação é dizer “sim” a algo diferente e, para que a análise seja mais crítica e apurada, é preciso identificar quais elementos são vulnerabilidades reais, nessas formas de afirmação, para outras situações que transcendem a escola e o trabalho. O nem-nem, longe de ter e ser um futuro vazio e de/em risco, está em um presente concreto, incerto, mas vivo nas suas realidades mais verdadeiras.

O objetivo do aporte teórico em Boaventura de Sousa Santos é a proposta de trazer

para a reflexão acerca dos nem-nem a revelação da diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas. Certamente, essa proposta não é convencional na pesquisa sócio demográfica. Mesmo porque a principal razão para a sua não convencionalidade está no fato de que sua objetividade depende da qualidade de sua dimensão subjetiva. Dimensão esta dificilmente captada pelos dados secundários provenientes da pesquisa domiciliar. Trata-se, portanto, de um esforço e desafio teórico na abordagem da questão nem-nem, que, sobretudo, apresenta-se como uma reflexão metodológica. A proposta reflexiva habita na ampliação da compreensão da categoria nem-nem para além da ideia de risco e para a identificação do que de fato existe na condição nem-nem que possa levar à desintegração social.

Em conclusão, o exercício da sociologia das ausências, para ser levado a cabo, exige imaginação sociológica. Santos (2002) distingue dois tipos de imaginação: a imaginação epistemológica e a imaginação democrática. A imaginação epistemológica permite diversificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas. A imaginação democrática permite o reconhecimento de diferentes práticas e atores sociais.

Esta dissertação trata, portanto, de uma ampliação simbólica do entendimento da categoria nem-nem. Tal ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica que visa um duplo objetivo: por um lado, conhecer melhor as características da categoria de análise – em suas potencialidades e limitações – para retirar dela a noção reducionista que prejudica o nem-nem; por outro, definir princípios interpretativos e metodológicos que possibilitem a realização de reflexão crítica para a pesquisa da questão nem-nem.

## **6. Nem-nem não é mais do que uma categoria estatística**

Se desde o enfoque de direitos e justiça social o objetivo é conhecer para transformar, deve-se reconhecer o perigo que encerra no uso acrítico e descontextualizado de indicadores carregados de sentido. A fetichização aparenta estar presente também nos estudos sobre os nem-nem: o indicador parece, por si mesmo, conter, explicar e compreender muito mais informação do que fornece estritamente ao apresentar-se por fora de um conjunto



maior de conceitos, relações e reflexões especificamente vinculados com o objeto de interesse.

A abordagem usual para o problema dos nem-nem tem afirmado que estar nesta condição parece ser, em si, um problema; no entanto, defende-se nesta dissertação que se deve buscar uma saída para esse raciocínio tautológico e perguntar primeiro se, para todos os nem-nem, estar nessa condição representa de fato um problema. E se os problemas que afligem os nem-nem são de naturezas diferentes entre si (e, portanto, exigem algum tratamento diferenciado) e de qualquer outra pessoa. Temos como hipótese que, pelo menos por uma proporção significativa de casos, o status nem-nem não é um problema em si (talvez nem mesmo a manifestação de outros problemas) e também não é necessariamente uma condição permanente.

Comari (2015) realiza uma extensa revisão de literatura mundial sobre os nem-nem e confirma que se trata de uma noção e/ou conceito cuja gênese não se refere a um marco teórico determinado, mas que, em essência, reconhece uma matriz instrumental derivada das medições regulares sobre a força de trabalho. Como conclusão dessa extensa discussão, baseada em Comari (2015), constata-se que o conceito “nem-nem” não tem uma trajetória de construção própria ou vinculada a um marco teórico, mas surge como produto do cruzamento de categorias correspondentes às definições operativas com as que são medidas outros conceitos, cuja validade plena está apenas no terreno das estatísticas socioeconômicas e demográficas, para as quais foram inicialmente operacionalizadas.

Na medida em que a categoria nem-nem é incapaz de se inscrever em um paradigma da teoria social, não é possível encontrar uma definição completa e inequívoca do conceito, entre aqueles que têm pesquisado o assunto, localizado além das descrições estatísticas. A relevância da noção ou a natureza científica dos estudos e conclusões não são garantidos pela simples presença de quantificação, mas também não é inválida por si só. Pode-se dizer que até agora não há, e provavelmente nunca haverá, um conceito unívoco de nem-nem ou uma proposição derivada de uma teoria: só há um conjunto de proposições para reexaminar, pelo qual, em seguida, começaremos a testar no capítulo de resultados, acerca da correspondência entre os determinantes e resultados de generalizações na revisão da literatura feita nesta dissertação. O caso em questão se configura como tal, o indicador cria o conceito, já que este se baseia na criação e caracterização de uma categoria a partir do

cruzamento de informação estatística.

Pierre Bourdieu (1983) argumentou que “juventude não é mais do que uma palavra”, no sentido de chamar atenção sobre os limites que se podem resultar das reflexões sobre juventude como um conceito sólido de geração. As trajetórias (laborais, educativas ou relacionadas com a formação de famílias) seguidas pelos jovens não são independentes de suas origens sociais. O sociólogo francês apresenta a idade como um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente (BOURDIEU, 1983). Como já colocado no capítulo primeiro, Bourdieu argumenta que é por um abuso de linguagem que se pode admitir no mesmo conceito universos sociais que, praticamente, não possuem nada em comum.

Desta forma, em analogia a Bourdieu, é possível constatar que nem-nem não é mais do que uma categoria estatística, uma vez que não constitui um conceito, sequer uma representação de um grupo social coeso. A categoria nem-nem é resultado de um cruzamento de variáveis operativas que não resulta, necessariamente, em unidade. Como já dito, há universos sociais diversos encapsulados sob a mesma categoria de nem-nem. Para além da forte heterogeneidade da categoria, a arbitrariedade da definição do que é estar ou não fora da escola e do mundo do trabalho condiciona na categoria grupos que não estão realmente “fora” da vida social.

Recomenda-se, portanto, sempre contextualizar a categoria nem-nem na estrutura social em que está inserida, uma vez que o fenômeno não está descolado das questões estruturais de classe, gênero e raça, como apontado anteriormente. É preciso, pois, recuperar nas determinantes da ocorrência da condição nem-nem a "materialidade" e a "historicidade" consubstancializadas na estrutura social. Ainda, propõe-se observar as heterogeneidades contidas na categoria e identificar grupos semelhantes dentro do universo nem-nem, com o objetivo de focalizar naqueles grupos que demandam alguma atenção. A categoria nem-nem, nesse ponto e para o caso brasileiro, é mais um indicador de desigualdades sociais e apresenta um potencial analítico importante do ponto de vista das transições para a vida adulta e das vulnerabilidades estruturais que perpassam essas transições.

## 7. Conclusões do capítulo

Este capítulo procurou trazer o intenso debate acerca do conceito de nem-nem e os determinantes dessa condição. Enfatizou-se que há intensa heterogeneidade na categoria e que é preciso selecionar os grupos mais vulneráveis para focalizar em análises mais críticas e, talvez mais precisas, sobre a categoria. Considerou-se que as questões de classe, gênero e raça são importantes fatores explicativos da questão nem-nem. Outra discussão empreendida foi a da vulnerabilidade simbólica desses jovens, por meio de estigmatização contraproducente. O foco exclusivo na essência da categoria nem-nem, o não trabalho e o não estudo, ofusca a atenção das desigualdades substanciais e firmemente arraigadas dentro do sistema educacional e do mercado de trabalho.

As trajetórias de jovens pelos caminhos da inatividade são, muitas vezes, continuidades e reproduções de desigualdades a que esses jovens estão submetidos e são importantes elementos que transbordam o essencialismo da categoria. Para muitos nem-nem, esse status é tanto um resultado como uma continuidade de suas desvantagens sociais e educacionais. O foco exclusivo na essência da categoria nem-nem – o não trabalho e o não estudo – ofusca a atenção das desigualdades substanciais e firmemente arraigadas dentro do sistema educacional e do emprego. O capítulo apresentou, ainda, uma reflexão metodológica acerca dos usos da categoria nem-nem, bem como de suas limitações e potencialidades. O esforço empreendido se localiza no sentido da crítica a uma categoria estatística que tomou forma de conceito. Um dos propósitos deste capítulo está em chamar a atenção para os perigos de se formar uma concepção social a partir, exclusivamente, do cruzamento de variáveis da pesquisa domiciliar. A categoria nem-nem, certamente, se apresenta como instrumental importante, desde que devidamente contextualizada e filtrada para seu propósito.

## ***CAPÍTULO 3 – RETRATOS DAS JUVENTUDES NEM-NEM: ANÁLISE DE DADOS***

### **1. Aspectos metodológicos**

Esta dissertação é, sobretudo, uma reflexão metodológica acerca dos usos da categoria nem-nem, bem como de suas limitações e potencialidades, com propósito de destacar, advertidamente, a formação de concepções sociais a partir do cruzamento de variáveis operativas da pesquisa domiciliar. A categoria nem-nem, certamente, se apresenta como instrumental importante na medição de mercado de trabalho, de transição para a vida adulta e de desigualdades, no entanto, é preciso esforço para evidenciar as heterogeneidades que a compõem, no sentido da busca refinada para o propósito com o qual se utiliza da categoria. Os dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio 2014, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, neste trabalho foram utilizados com o propósito de verificar algumas das hipóteses levantadas nos capítulos anteriores, no sentido de apresentar os variados retratos das juventudes nem-nem, por meio de suas características sociodemográficas e econômicas, com o propósito de destacar a diversidade e heterogeneidade na sua composição.

É preciso ressaltar que o jovem possui muitas formas de se inserir socialmente, muitas delas invisíveis às estatísticas públicas. É preciso investigar o nem-nem para além da ótica “problema”, identificar o que de fato é problemático em se estar fora do mundo do trabalho e da escola. O uso da PNAD pode ser profícuo no sentido de apontar, de forma macroscópica, para a população jovem do país, considerando os subgrupos que se formam a partir da reunião de características semelhantes, além de identificar elementos de maior vulnerabilidade, em cada subgrupo, que justifiquem a preocupação pela ausência de trabalho e de escola.

A proposta metodológica desta pesquisa é examinar a categoria nem-nem como uma unidade de análise que demanda refinamento e apuramento crítico na sua interpretação, para não incorrer em aglutinação de trajetórias diversas e heterogêneas sob o mesmo e único grupo. O reducionismo da categoria acaba por mascarar realidades múltiplas e, quando observada sob interpretação homogeneizante para a totalidade de indivíduos, acaba por

desperdiçar o potencial analítico do cruzamento das variáveis escola e trabalho.

É possível exercer a imaginação epistemológica, a que Santos (2002) menciona, com métodos quantitativos, desde que estes respondam a uma interpretação analítica crítica, tendo em vista a ampliação simbólica do entendimento da categoria em questão. O exercício metodológico proposto é o de investigar, a partir de dados secundários transversais e técnicas quantitativas, potencialidades de interpretação e análise que coloquem a categoria nem-nem em evidência e os fatores associados a essa condição.

Este capítulo discute, então, apresentando estatísticas descritivas provenientes de dados da PNAD 2014, as características dos jovens brasileiros, enfatizando a “categoria de atividade”, isto é, a informação decorrente do cruzamento entre as variáveis “frequência à escola” e “inserção na atividade econômica”. O objetivo do tópico é caracterizar a população jovem segundo categoria de atividade, de forma a descrever as características dos grupos (só estuda, só trabalha, trabalha e estuda e nem-nem), no sentido de analisá-los comparativamente e verificar se a condição nem-nem possui características em destaque que se diferenciam das demais. Na segunda parte da análise dos dados os jovens nem-nem são destacados, com o propósito de descrever as características internas ao grupo, discute-se o perfil dos jovens nem-nem de forma a observar a composição do grupo. Assim, procura-se verificar a existência de semelhanças e diferenças entre esses jovens, que poderiam ser utilizadas como referências para agrupamentos menos heterogêneos.

O terceiro passo foi representar graficamente a heterogeneidade da categoria nem-nem, utilizando a técnica multivariada, Análise de Correspondência Múltipla – ACM. Uma das vantagens dessa modelagem é a de que permite operacionalizar a multidimensionalidade e representar essa complexidade graficamente. Podem-se destacar, então, três vetores decisivos para a seleção da ACM: a multidimensionalidade do espaço de análise, a abordagem estrutural dessa multidimensionalidade e a operacionalização de indicadores qualitativos.

Mesmo sabendo que as imagens gráficas serão sempre uma representação simplificada da complexidade que caracteriza o objeto de estudo, é possível através delas desenhar configurações sistêmicas. A análise das variáveis permite: i) detectar as relações privilegiadas que se definem entre elas, em cada uma das principais dimensões e, em função dessas especificidades; e ii) identificar os traços mais determinantes na definição das posições sociais dos indivíduos em observação. É a partir de uma análise relacional que

podem observar-se, no mesmo espaço, padrões de associações, desta vez entre as categorias, traduzindo-se pela definição de diversos núcleos de homogeneidade (CARVALHO, 2008).

Ao mesmo tempo em que se procuram os eixos de suporte do sistema em estudo, é também importante investir na análise da interdependência registrada entre as categorias dos múltiplos indicadores que definem, por sua vez, essas dimensões. Assim, e numa lógica que poder-se-ia considerar mais grupal-tipológica, sobressai o objetivo de definir grupos com perfis aproximadamente homogêneos. Nessa perspectiva, a interpretação das configurações desenhadas pelos pontos (projeções das categorias dos múltiplos indicadores) pode permitir identificar grupos, tornando a ACM uma potencial ferramenta no esboço de tipologias.

### 1.1 Variáveis e categorias utilizadas

Do **Dicionário de Variáveis** da PNAD 2014 (IBGE, 2015), foi definida como estudante a pessoa que frequentava curso de ensino regular (fundamental, ensino médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, alfabetização de jovens e adultos, educação de jovens e adultos ou supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular.

Não foi classificada como estudante a pessoa que frequentava somente: curso sequencial de educação superior; curso de especialização profissional; curso de extensão cultural (idioma, costura, etc.); ou curso de educação de jovens e adultos ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência.

Ainda, segundo dicionário da base em questão, as pessoas economicamente ativas, no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias), compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período, isto é, que ainda procuravam por trabalho. Foram definidas como não economicamente ativas no período de referência especificado (semana de referência da PNAD 2014) as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas<sup>22</sup> nesse período, ou seja, inativas.

---

<sup>22</sup> *Pessoas ocupadas*: Foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Considerou-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado, a pessoa que não trabalhou durante pelo

A categoria nem-nem surge, portanto, do cruzamento das variáveis “se frequenta escola” e “condição de atividade”. As categorias subsequentes e derivadas desse cruzamento também são utilizadas, a fim de criar os cenários comparativos extra grupo: só estuda, só trabalha, estuda e trabalha, só trabalha e não estuda nem trabalha. Nota-se que os desocupados, aqueles que procuram ativamente por trabalho, não estão na categoria nem-nem, uma vez que são considerados economicamente ativos. E aquelas pessoas que exercem exclusivamente o trabalho doméstico não remunerado estão incluídas na inatividade. Apesar da não consideração do trabalho de cuidado e afazeres domésticos, tal atividade apresenta relevante valor econômico. Tais disparates servem para exemplificar que a medição de ocupação, desocupação e inatividade nem sempre são idênticas ou concisas.

É importante ressaltar que essas medidas de ocupação e desocupação, bem como de emprego e desemprego e inatividade são calculadas por diferentes propostas metodológicas. São diferentes metodologias para definir população ocupada e população economicamente ativa, o que interfere nos resultados e na comparação entre eles.

O IBGE conceitua as Pessoas Desocupadas como a parcela da População Economicamente Ativa (PEA) que engloba indivíduos sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias. Dessa forma, a mensuração da Taxa de Desocupação é expressa pelo percentual de pessoas desocupadas na semana de referência em relação à PEA nessa semana. A pesquisa sobre emprego do DIEESE/SEADE, embora abranja apenas regiões metropolitanas, parte de conceitos diferenciados de desemprego, que levam em conta trabalhos precários e desalento, considerando na taxa de desemprego a proporção da PEA que se encontra na situação de

---

menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, licença remunerada pelo empregador, más condições do tempo ou outros fatores ocasionais. Assim, também foi considerada a pessoa que, na data de referência, estava afastada: em licença remunerada por instituto de previdência por período não superior a vinte e quatro meses; do próprio empreendimento por motivo de gestação, doença ou acidente, sem ser licenciado por instituto de previdência, por período não superior a três meses; por falta voluntária ou outro motivo, por período não superior a trinta dias.

*Pessoas desocupadas:* Foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que tiveram nesse período (Fonte: Nota metodológica PNAD/IBGE 2012).

desemprego total (aberto mais oculto<sup>23</sup>). O importante dessa reflexão é que se tenha em mente que mesmo os conceitos aparentemente mais claros, são difusos e complexos. E que é preciso observar atentamente a construção das categorias antes de usá-las e compará-las.

As características sociodemográficas e econômicas investigadas foram agrupadas pelos seguintes temas: a) renda; b) educação; c) domicílio/família; d) território; e) demográficas. Essas características foram as recorrentes na literatura e daquelas disponíveis na PNAD, são informações mais relevantes para o estudo em tela. A relação das variáveis e categorias de resposta retiradas da PNAD 2014 para as análises a seguir está disponível no apêndice I, ao final desta dissertação.

## **2. Caracterização da população jovem no Brasil, segundo categorias de atividade**

A PNAD 2014 registrou 48.962.173 jovens de 15 a 29 anos no território nacional, isto é, 24,1% da população total. Desses quase 50 milhões de jovens, 13,9% estavam na condição nem-nem. Dos 6.818.943 de jovens nem-nem, 74,7% eram mulheres. A afirmação de que três quartos dos jovens nem-nem no Brasil são mulheres deve ser ressaltada e deve acompanhar a reflexão para todo o restante dessa análise de dados. A questão de gênero é, portanto, imanente e indissociável da questão nem-nem.

A proporção de mulheres nem-nem é maior para todas as faixas etárias analisadas, com significativo aumento, em relação aos homens na mesma categoria, a partir dos 20 anos. O gráfico 3 apresenta a distribuição de jovens por sexo, faixa etária e categoria de atividade para o mesmo ano. As proporções de “só estuda” diminui naturalmente nas faixas etárias mais velhas, da mesma forma que a “só trabalha” aumenta, à medida que a transição para a vida adulta de concretiza. As diferenças entre homens e mulheres, quanto à taxa de atividade, são aquelas já mencionadas e discutidas pela literatura básica.

---

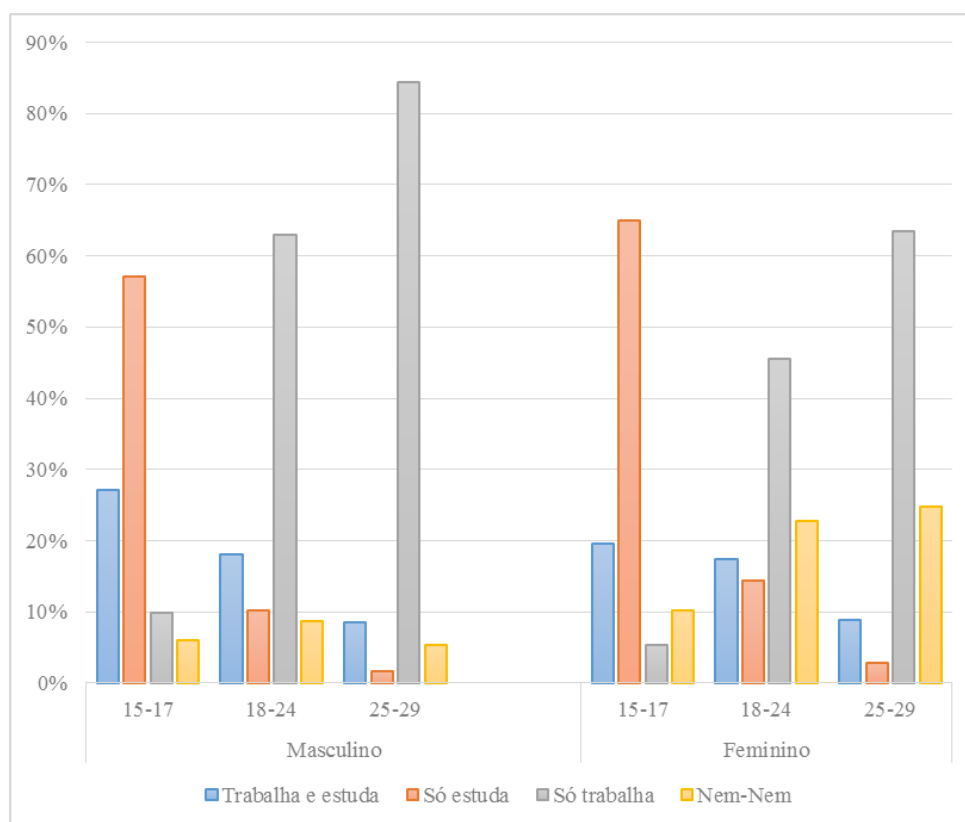
<sup>23</sup> *Desemprego aberto*: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;

*Desemprego oculto pelo trabalho precário*: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;

*Desemprego oculto pelo desalento*: pessoas que não possuem e nem procuraram trabalho nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses (Fonte: Site do DIEESE).



**Gráfico 3 - Proporção de jovens por categoria de atividade, sexo e faixa etária, Brasil - 2014**



Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Para fins de otimização da análise, foram consideradas negras as pessoas autodeclaradas como pardas e pretas, como o IBGE usualmente classifica, e brancas as demais classificações de resposta (branca e amarela). Tendo em vista que a população autodeclarada indígena, na PNAD, representa apenas 0,5% da população total, optou-se por retirar essa categoria da amostra, uma vez que são subgrupos da população com características próprias e particulares, que merecem análise exclusiva.

A tabela 1 exhibe a distribuição de jovens segundo categoria de atividade e cor da pele. Observa-se que há maior proporção de mulheres negras na condição nem-nem, do que aquelas que são brancas (destaques alaranjados na tabela). As mulheres nem-nem negras representam quase 10 p.p. a mais que as mulheres nem-nem brancas. Entre os homens, destaca-se a maior proporção daqueles negros que só trabalham, nas faixas etárias mais jovens, em relação aos brancos de mesma idade e situação de atividade (destaques em azul).

Combinando-se os status sexo e cor da pele, é possível, ainda, observar a

comparação entre homens brancos, os que apresentam a menor proporção de nem-nem – e mulheres negras – as que possuem maior representação no grupo nem-nem. Outro contraste importante ocorre entre mulheres brancas e homens negros que só estudam. A diferença entre os grupos chega a 12 p.p para a mesma faixa etária, 15 a 17 anos (destaques em rosa), indicando que os meninos negros apresentam maior propensão a sair da escola e talvez a assumir postos de trabalho, como indicado pela sua maior representação na categoria “só trabalha”.

**Tabela 1 – Proporção de jovens por sexo e segundo faixa etária, segundo cor da pele e categoria de atividade – Brasil, 2014.**

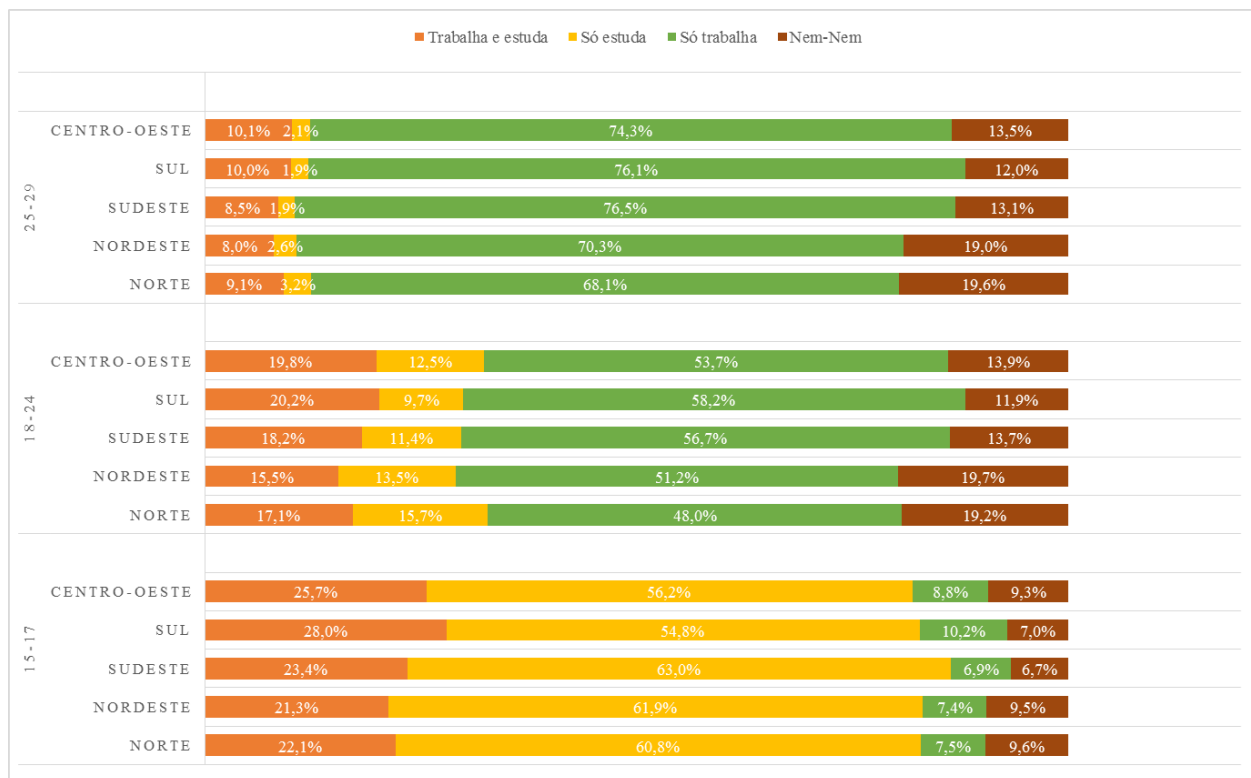
Cor da pele = Branco (a)						
Sexo	Grupo de idades	Categorias de atividades				Total
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	
Homem	15-17	26,9%	60,3%	8,0%	4,8%	100,0%
	18-24	21,0%	12,8%	57,9%	8,3%	100,0%
	25-29	10,8%	2,0%	82,3%	4,9%	100,0%
Total		18,9%	19,1%	55,6%	6,5%	100,0%
Mulher	15-17	19,5%	66,9%	4,8%	8,9%	100,0%
	18-24	20,6%	16,2%	45,3%	17,9%	100,0%
	25-29	10,1%	3,0%	66,0%	20,8%	100,0%
Total		16,9%	22,0%	44,0%	17,1%	100,0%
Cor da pele = Negro (a)						
Sexo	Grupo de idades	Categorias de atividades				Total
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	
Homem	15-17	27,2%	54,9%	11,1%	6,8%	100,0%
	18-24	16,0%	8,4%	66,6%	9,0%	100,0%
	25-29	7,0%	1,2%	86,0%	5,8%	100,0%
Total		15,8%	16,9%	59,8%	7,5%	100,0%
Mulher	15-17	19,6%	63,4%	5,8%	11,1%	100,0%
	18-24	14,8%	12,9%	45,6%	26,6%	100,0%
	25-29	7,9%	2,8%	61,5%	27,9%	100,0%
Total		13,6%	20,7%	42,1%	23,6%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Quanto à distribuição regional, é possível observar no gráfico 4 maiores proporções de nem-nem nas regiões Nordeste e Norte, para todas as faixas etárias. Destacam-se os 7,8

p.p. de diferença na proporção de nem-nem entre as regiões Nordeste e Sul, para a faixa de 18 a 24 anos.

**Gráfico 4 – Proporção de jovens, por região, segundo categoria de atividade e faixa etária, Brasil – 2014.**



Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Sobre a distribuição no território, observa-se a maior proporção de homens nem-nem em situação urbana, em relação aos homens rurais e maior proporção de mulheres nem-nem em situação rural, em relação às urbanas. A tabela 2 apresenta as proporções de jovens distribuídos pela situação de domicílio. A diferença entre homens e mulheres rurais destaca-se de forma importante na compreensão da questão nem-nem. Das mulheres em situação rural, 30,2% estão na condição nem-nem, ao passo que para homens caracterizados da mesma forma, a proporção chega a 6,4%.

A variação entre homens e mulheres rurais na categoria “só trabalha” é maior do que a mesma variação daqueles em situação urbana, ou seja, talvez o trabalho exercido pelas mulheres rurais não esteja sendo contado como atividade econômica, uma vez que estão mais propensas às atividades de cuidado e afazeres domésticos e estas, como discutimos, são

formas invisíveis de trabalho. Ou, ainda, atividades de roçado e cultivo entendidas como extensão do trabalho reprodutivo. Essa compreensão nos auxilia na interpretação da questão nem-nem, uma vez que essas mulheres categorizadas como tal podem ter sido consideradas desta forma devido à divisão do trabalho no interior dos domicílios com base nos papéis tradicionais de gênero.

**Tabela 2 – Proporção de jovens por situação de domicílio, segundo categoria de atividade e sexo, Brasil – 2014.**

Sexo	Situação de domicílio	Categoria de atividade				Total
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	
Masculino	Urbano	16,9%	18,3%	57,7%	7,2%	100,0%
	Rural	18,2%	15,1%	60,2%	6,4%	100,0%
Total		17,1%	17,8%	58,0%	7,1%	100,0%
Feminino	Urbano	15,8%	20,9%	44,0%	19,3%	100,0%
	Rural	10,0%	23,7%	36,0%	30,2%	100,0%
Total		15,0%	21,3%	42,9%	20,8%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Na dimensão domicílio/família, destaca-se a importância da maternidade como significativo fator explicativo da condição nem-nem. A maternidade atinge 5,9% das jovens que só estudam, enquanto que para as nem-nem, essa proporção chega a 62,8%.

Outra informação interessante é a diferença entre homens e mulheres com relação à presença de cônjuge ou companheiro (a). Enquanto para os homens nem-nem apenas 8,8% vivem com companheira (o), para as mulheres, essa proporção chega a 62,3% (destaque em rosa na tabela 4). Essa mesma proporção é, por consequência, a maior parte das mulheres nem-nem. Interessante também notar que a proporção de jovens que nunca viveu com companheiro (a) é expressivamente maior para a categoria “só estuda”, em comparação à nem-nem.

**Tabela 3 – Proporção de jovens mulheres por status de maternidade e faixa etária, segundo categoria de atividade, Brasil – 2014.**

Grupo de idade	Teve algum filho nascido vivo	Categoria de atividade				Total
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	
15-17	Sim	2,7%	2,1%	19,6%	32,0%	6,2%
	Não	97,3%	97,9%	80,4%	68,0%	93,8%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
18-24	Sim	10,8%	9,0%	33,2%	56,5%	31,1%
	Não	89,2%	91,0%	66,8%	43,5%	68,9%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25-29	Sim	34,4%	37,7%	56,0%	79,2%	59,3%
	Não	65,6%	62,3%	44,0%	20,8%	40,7%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total	Sim	13,1%	5,9%	43,9%	62,8%	35,1%
	Não	86,9%	94,1%	56,1%	37,2%	64,9%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

**Tabela 4 – Proporção de jovens por categoria de atividade, segundo sexo e presença de cônjuge, Brasil – 2014.**

Sexo	Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)	Categoria de Atividade				Total
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	
Masculino	Sim	9,9%	0,7%	39,5%	8,8%	25,3%
	Não, já viveu antes	3,6%	1,9%	8,1%	6,6%	6,1%
	Não, nunca viveu	86,6%	97,5%	52,4%	84,6%	68,5%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Feminino	Sim	16,8%	7,7%	46,0%	62,3%	36,9%
	Não, já viveu antes	7,0%	2,8%	13,4%	9,3%	9,3%
	Não, nunca viveu	76,2%	89,6%	40,6%	28,4%	53,8%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Outra análise importante é a dedicação para o cuidado com afazeres domésticos, o que, conforme discute a literatura, é uma atividade tipicamente feminina, dentro do quadro da divisão sexual do trabalho. A grande quantidade de jovens nem-nem que se dedicam aos

afazeres domésticos é impressionante, comparativamente ao segmento masculino e a outras categorias de atividade para as mulheres.

**Tabela 5 – Proporção de jovens por categoria de atividade, segundo sexo e cuidado com afazeres domésticos, Brasil – 2014.**

Sexo	Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência	Categoria de atividade				
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	Total
Masculino	Sim	48,5%	44,5%	46,5%	38,3%	45,9%
	Não	51,5%	55,5%	53,5%	61,7%	54,1%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Feminino	Sim	79,5%	78,4%	86,5%	90,8%	84,6%
	Não	20,5%	21,6%	13,5%	9,2%	15,4%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Do cruzamento entre cor da pele e status de maternidade, vemos que a proporção de mulheres negras que tiveram filhos e são nem-nem é expressivamente maior que aquelas nem-nem que são brancas e tiveram filhos (destaque em verde na tabela 6). Em comparação às outras categorias de atividade, para ambas as classificações de cor da pele, a categoria nem-nem é a mais representativa dentre as mães.

**Tabela 6 – Proporção de jovens por categoria de atividade, segundo cor da pele e status de maternidade, Brasil – 2014.**

Cor da pele	Teve filho nascido vivo	Categoria de atividade				
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	Total
Negra	Sim	15,4%	7,4%	49,1%	65,1%	39,7%
	Não	84,6%	92,6%	50,9%	34,9%	60,3%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Branca	Sim	10,7%	4,0%	37,4%	58,8%	29,2%
	Não	89,3%	96,0%	62,6%	41,2%	70,8%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

O quesito escolaridade, como apontado na revisão de literatura, é um dos fatores condicionantes mais importantes para a questão nem-nem. Monteiro (2013) observou, com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego, que, entre as características individuais, a que mais influencia a probabilidade de um jovem estar na condição nem-nem é a

escolaridade. Segundo esse estudo, em média, cada ano a mais de estudo diminui em 2 pontos percentuais a chance de o jovem ser inativo. Outro fato importante apontado por Monteiro é que tanto a taxa de entrada na condição nem-nem quanto a duração média nesta condição entre aqueles com o ensino fundamental incompleto são significativamente maiores do que aquelas dos demais graus de escolaridade (MONTEIRO, 2013).

Foram destacados, na tabela 7, aqueles grupos de nem-nem com mais baixa escolaridade. Observa-se, portanto, a grande quantidade de jovens de 15 a 17 anos na condição nem-nem que sequer atingiu o ensino médio e, para as outras faixas etárias, quantos não concluíram essa etapa escolar. Outra notação relevante é que, apesar de as mulheres terem maior escolaridade que os homens – para todas as faixas etárias –, elas são maioria na condição nem-nem, conforme apontado no gráfico 3, o que pode indicar fatores mais relacionados aos papéis tradicionais de gênero do que à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, como temos mostrado.

Entende-se que estar na condição nem-nem quando já se concluiu o ensino superior apresenta um grau de vulnerabilidade muito menor que aqueles que estão inativos e não concluíram o ensino fundamental. No primeiro caso, a condição nem-nem pode ser conjuntural, devido a fatores flutuantes do mercado de trabalho e da macroeconomia regional. Mas, para o segundo caso, a inatividade está associada a aspectos da vulnerabilidade social muito mais profundos. Como fora apontado pelo capítulo 2, a questão nem-nem no Brasil não é urgente para todo o segmento captado pela categoria, mas especialmente para aqueles atingidos pela estrutural desigualdade social.

**Tabela 7 - Proporção de jovens por categoria de atividade, segundo faixa etária, sexo e nível de instrução mais elevado alcançado, Brasil - 2014.**

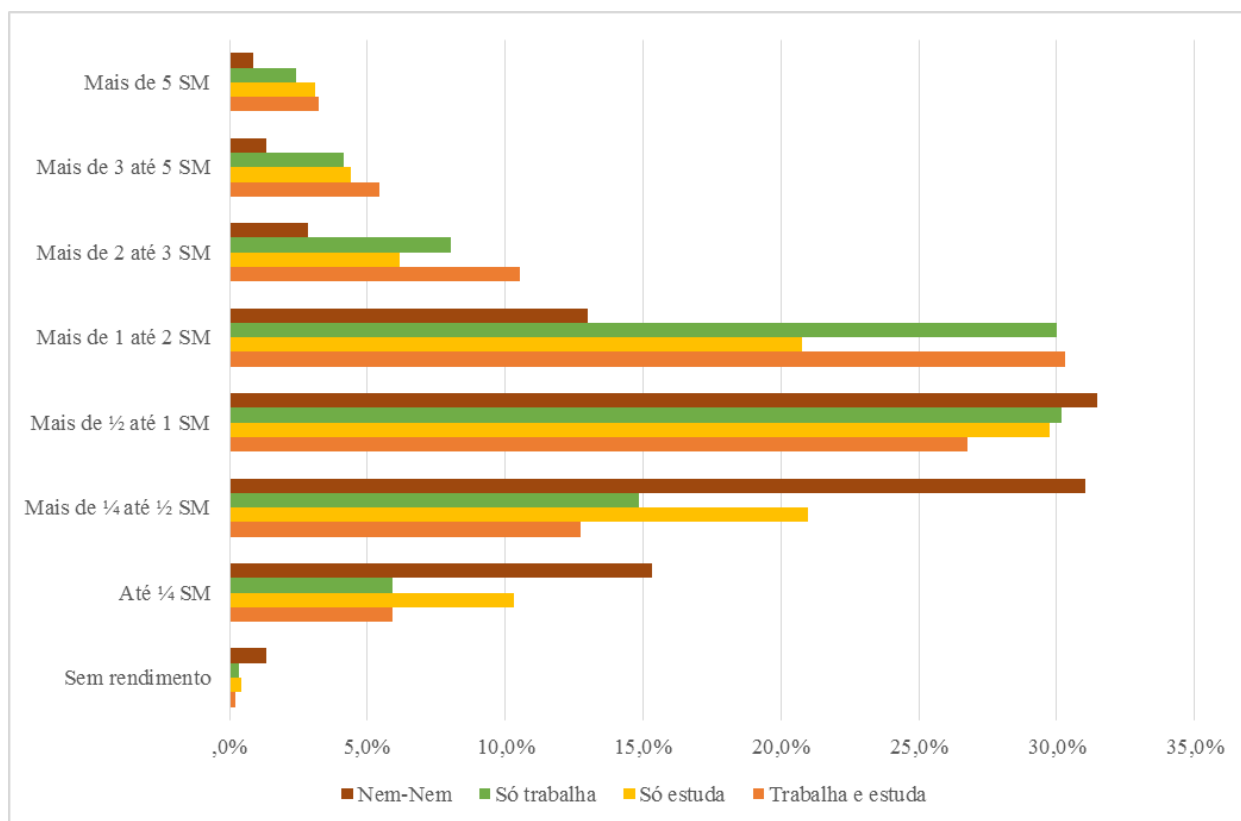
Homens							Mulheres				
Idade	Nível de instrução mais elevado alcançado	Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	Total	Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	Total
15-17	Sem instrução	0,3%	0,6%	3,3%	12,4%	1,5%	0,6%	0,4%	1,6%	5,7%	1,0%
	Fundamental incompleto	33,9%	37,5%	53,0%	50,2%	38,8%	17,3%	27,3%	30,2%	46,0%	27,4%
	Fundamental completo	25,2%	26,6%	17,5%	12,4%	24,5%	22,6%	28,6%	16,1%	16,8%	25,6%
	Médio incompleto	38,3%	33,4%	12,1%	8,0%	31,1%	55,3%	41,9%	18,2%	13,9%	40,4%
	Médio completo	0,9%	1,4%	14,0%	17,0%	3,4%	3,2%	1,4%	33,7%	17,6%	5,2%
	Superior incompleto	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,3%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%
	Não determinado	1,3%	0,5%	0,0%	0,0%	0,7%	0,7%	0,2%	0,0%	0,0%	0,3%
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
18-24	Sem instrução	0,5%	1,3%	2,1%	10,5%	2,4%	0,2%	0,5%	1,0%	4,1%	1,5%
	Fundamental incompleto	7,4%	6,7%	21,6%	23,1%	17,7%	2,9%	6,0%	10,5%	24,6%	11,8%
	Fundamental completo	6,0%	6,6%	13,4%	9,7%	11,1%	4,0%	5,1%	8,7%	13,7%	8,5%
	Médio incompleto	27,9%	29,4%	13,0%	9,6%	17,1%	19,5%	28,0%	9,6%	13,6%	14,9%
	Médio completo	16,6%	18,8%	44,3%	43,8%	36,7%	20,1%	20,1%	58,2%	40,1%	42,0%
	Superior incompleto	38,7%	35,6%	1,8%	1,8%	11,9%	51,1%	38,7%	2,9%	1,6%	16,1%
	Superior completo	0,4%	0,6%	3,8%	1,4%	2,6%	0,6%	0,6%	9,2%	2,2%	4,9%
Não determinado	2,4%	0,9%	0,0%	0,0%	0,5%	1,6%	1,0%	0,0%	0,0%	0,4%	
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25-29	Sem instrução	0,4%	4,0%	2,5%	15,0%	3,0%	0,7%	2,7%	1,0%	5,2%	2,0%
	Fundamental incompleto	3,6%	4,8%	20,2%	24,4%	18,7%	3,1%	9,0%	11,3%	24,9%	13,9%
	Fundamental completo	1,8%	2,3%	11,9%	11,4%	10,9%	2,3%	3,0%	7,9%	12,3%	8,4%
	Médio incompleto	8,9%	8,7%	8,5%	5,0%	8,4%	5,5%	9,4%	6,6%	10,2%	7,4%
	Médio completo	14,7%	10,0%	40,5%	32,9%	37,4%	17,2%	12,8%	45,4%	39,8%	40,5%
	Superior incompleto	61,8%	62,8%	3,0%	2,8%	9,0%	62,2%	51,2%	2,9%	2,1%	9,3%
	Superior completo	5,8%	5,9%	13,4%	8,5%	12,4%	5,7%	9,7%	25,0%	5,6%	18,1%
Não determinado	3,0%	1,5%	0,0%	0,0%	0,3%	3,3%	2,2%	0,0%	0,0%	0,4%	
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.



Sobre a renda domiciliar per capita, observa-se, conforme gráfico 5, que há maior concentração de jovens nem-nem nas faixas de renda mais baixas. Nos domicílios com renda per capita de até um salário mínimo (quarto estrato) os nem-nem são proporcionalmente maioria. Há ainda que se considerar aqueles nem-nem nos estratos de renda domiciliar mais alta, representando a heterogeneidade da categoria e, de forma semelhante à interpretação dada para a escolaridade, indícios de que as causas e fatores que levam à condição nem-nem são dispares em relação àqueles com renda mais baixa.

**Gráfico 5 – Proporção de jovens por faixa de rendimento mensal domiciliar per capita, segundo categoria de atividade, Brasil – 2014.**



Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Da análise empreendida nessa parte primeira destaca-se o forte diferencial de gênero e a importância do trabalho doméstico não-remunerado na definição e expressão da condição nem-nem. Também foram realçadas as questões de raça e classe (aqui representadas pelas *proxys* escolaridade e renda domiciliar *per capita*).

O exercício proposto para a segunda parte dessa análise de dados é observar as características exclusivamente do grupo nem-nem, no intuito de observar as

heterogeneidades e traçar um perfil mais preciso desses jovens.

### 3. Caracterização da heterogeneidade da categoria “nem-nem”

Da população total de nem-nem, 59,8% são mulheres urbanas, 21,9% são homens urbanos, 15% são mulheres rurais e apenas 3,4% são de homens rurais. A tabela 8 exibe a distribuição de jovens nem-nem por sexo e faixa etária. Do total de nem-nem no Brasil, 37,9% são mulheres de 18 a 24 anos. Observa-se que a maior parte dos nem-nem, tanto para homens quanto para mulheres, está na faixa etária de 18 a 24 anos. Essa distribuição de nem-nem por idades segue o mesmo padrão para outras variáveis cruzadas, cor da pele, situação de domicílio, isto é, a maior prevalência de nem-nem, independente da segunda característica, está na faixa etária dos jovens de 18 a 24 anos.

**Tabela 8 – Distribuição de nem-nem por sexo e faixa etária, Brasil – 2014.**

Grupos de idade	Sexo		Total
	Homem	Mulher	
15-17	4,7%	7,7%	12,4%
18-24	14,5%	37,9%	52,3%
25-29	6,1%	29,1%	35,2%
Total	25,3%	74,7%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Sobre características populacionais, destaca-se que aproximadamente 47,8% da população total de nem-nem é de mulheres não brancas, 27% de mulheres brancas, 15,6% de homens não brancos e 9,7% de homens brancos. Nota-se que a distribuição de nem-nem por cor da pele e sexo segue a hierarquia já descrita na literatura no que tange à discriminação no mercado de trabalho (SOARES, 2000; CACCIAMALI e HIRATA, 2005; BENTO, 2005).

Ainda sobre o diferencial de cor da pele, observa-se que a maternidade também ocorre de forma diferenciada para mulheres nem-nem brancas e não brancas, o que pode indicar faces diferenciadas da questão nem-nem, quanto aos motivos para se encontrar em tal condição. Do total de mulheres nem-nem, 41,7% são mulheres não brancas que tiveram filho, conforme tabela 9.

**Tabela 9 – Proporção de mulheres nem-nem por cor da pele e status de maternidade, Brasil – 2014.**

Teve algum filho nascido vivo	Cor da pele		
	Negra	Branca	Total
Sim	41,7%	21,1%	62,8%
Não	22,4%	14,8%	37,2%
Total	64,0%	36,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Como discutido no capítulo 2, a maternidade é um fator associado à condição nem-nem de extrema relevância e, para 2014, essa associação parece se manter forte: 37,2% das jovens brasileiras de 15 a 29 anos que tiveram filhos são nem-nem. Essa porcentagem chega a ser mais expressiva entre as mais novas: das jovens de 15 a 17 anos que tiveram filhos, 52,6% são nem-nem.

Os dados da dimensão domicílio/família evidenciam os aspectos discutidos sobre papéis tradicionais de gênero, notadamente em matéria de casamento/união, maternidade e da divisão sexual do trabalho como elementos centrais na compreensão da questão nem-nem. Destaca-se a expressiva quantidade de jovens mulheres que são cônjuges, com relação à posição na família, e estão na condição nem-nem, em comparação aos jovens do sexo masculino, cuja sua maioria está na posição de filho. Se para as mulheres, à medida que envelhecem aumentam a proporção de cônjuges e diminuem a de filhas (situação típica da transição para vida adulta pela formação de família), para os homens, a posição de filho se mantém, na média, ao longo dos anos. Isto é, os homens nem-nem, mesmo os mais velhos de 25 a 29 anos, ainda não saíram do domicílio de origem, da casa dos pais (75,8%, resultado da soma da situação de filho com “outro parente”), enquanto que entre as mulheres nem-nem, 82,6% saíram de casa para formar famílias ou domicílios (soma da situação de cônjuge e pessoa de referência). Ressalta-se, ainda, a quantidade importante, 22,2%, de mulheres nem-nem que são pessoa de referência no domicílio, conforme exposto na tabela 10.

**Tabela 10 – Proporção de jovens nem-nem por sexo e condição na família, segundo grupos de idade, Brasil – 2014.**

Sexo	Condição na família	Grupo de idade			Total
		15-17	18-24	25-29	
Homem	Pessoa de referência	2,7%	6,0%	19,6%	8,6%
	Cônjuge	,5%	1,7%	4,4%	2,1%
	Filho	77,9%	78,2%	63,2%	74,5%
	Outro parente	18,1%	13,2%	12,6%	14,0%
	Agregado	,9%	,9%	,2%	,7%
	Pensionista		,1%		,1%
	Total		100,0%	100,0%	100,0%
Mulher	Pessoa de referência	11,4%	18,3%	22,2%	19,1%
	Cônjuge	31,5%	42,5%	60,4%	48,3%
	Filho	46,9%	31,5%	14,4%	26,4%
	Outro parente	9,1%	6,9%	2,8%	5,6%
	Agregado	1,1%	,7%	,2%	,6%
	Pensionista	,0%	,0%		,0%
	Total		100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

De forma complementar, a tabela 11 ilustra que, do universo de nem-nem, aquelas que tiveram filho e são cônjuges compõem a maioria, ou seja, reforça ainda o desempenho do papel tradicional de mãe/cuidadora do lar. Atenta-se para uma porcentagem expressiva de filhas, com relação à sua posição na família, que não tiveram filhos, o que indica outra característica da condição nem-nem; provavelmente, são grupos de mulheres com outras razões para estar na situação nem-nem, diferentes daquelas que transitaram para a vida adulta pela formação de família.

**Tabela 11 – Proporção de mulheres nem-nem por status de maternidade e condição na família, Brasil – 2014.**

Condição na família	Teve algum filho nascido vivo		
	Sim	Não	Total
Pessoa de referência	16,5%	2,6%	19,1%
Cônjuge	39,4%	8,9%	48,3%
Filha	4,9%	21,5%	26,4%
Outra parente	1,8%	3,8%	5,6%
Agregada	,2%	,4%	,6%
Pensionista	,0%	,0%	,0%
<b>Total</b>	<b>62,8%</b>	<b>37,2%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Como observado no tópico anterior, 90,8% das mulheres nem-nem exercem atividades de cuidado doméstico. Essa porcentagem chega a 93,5% para aquelas entre 25 a 29 anos. Com o cruzamento das variáveis “teve filho” e “cuidava dos afazeres domésticos”, encontramos que 96% das mulheres nem-nem que tiveram filho exerciam alguma atividade de cuidado doméstico. A diferença entre homens e mulheres na quantidade de horas dedicadas normalmente, por semana, aos afazeres domésticos pode ser vista na tabela 12. Observa-se que as mulheres estão majoritariamente nas faixas com maior quantidade de horas que dedicadas aos afazeres domésticos, enquanto que os homens estão distribuídos pelas faixas com menor número de horas. Em resumo, 54,2% das mulheres nem-nem exerciam mais de 26 horas por semana de trabalho doméstico não-remunerado, ao passo que para a mesma faixa de horas, apenas 7,8% dos homens cumpriam essa jornada.

Observa-se também maior concentração de mulheres nas camadas mais pobres: 50,% das mulheres nem-nem estão nas três faixas mais baixas de renda, conforme demonstra a tabela 13.

**Tabela 12 - Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos, por sexo, para jovens nem-nem, Brasil – 2014.**

Número de horas que dedicava por semana aos afazeres domésticos	Sexo	
	Homem	Mulher
0 a 5 horas	28,0%	3,9%
6 a 15 horas	49,4%	20,6%
16 a 25 horas	14,8%	21,4%
26 a 35 horas	5,0%	21,3%
36 a 45 horas	1,6%	15,9%
Mais de 46 horas	1,2%	17,0%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

**Tabela 13 – Distribuição dos jovens nem-nem por faixas de renda domiciliar per capita e sexo, Brasil – 2014.**

Faixa de rendimento mensal domiciliar per capita	Sexo	
	Homem	Mulher
Sem rendimento	1,8%	1,2%
Até ¼ SM	13,0%	16,2%
Mais de ¼ até ½ SM	26,2%	32,7%
Mais de ½ até 1 SM	33,0%	31,0%
Mais de 1 até 2 SM	15,9%	12,0%
Mais de 2 até 3 SM	3,8%	2,6%
Mais de 3 até 5 SM	1,8%	1,2%
Mais de 5 SM	1,3%	,7%
Sem declaração	3,3%	2,5%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Com o objetivo de identificar grupos socioeconômicos mais semelhantes, para verificar ainda mais a variação interna da categoria nem-nem e colocar em evidência a

heterogeneidade da categoria, foram combinadas as variáveis de renda domiciliar per capita e nível de instrução mais alto atingido, com a finalidade de traçar, ainda que de forma experimental e ensaística, perfis de variabilidade de risco e propensão à vulnerabilidade. A interação entre riscos e suas intensidades, o grau de exposição a eles e as estratégias que dispõem os indivíduos ou grupos para enfrentá-los definem o nível de vulnerabilidade. Desta forma, as dimensões aqui analisadas – escolaridade e renda – são apenas uma das faces do que representaria o grau de vulnerabilidade.

Entende-se que o jovem com menores renda e escolaridade tem menos acúmulo de ativos para acessar a estrutura de oportunidades. Ao passo que o jovem com renda e escolaridade altas pode estar na condição nem-nem por motivos outros, muitas vezes conjunturais e que pouco tem a ver com questões de gênero ou de desigualdades.

Os cruzamentos foram agrupados em três categorias criadas de forma arbitrária com base na literatura: baixo, médio e alto risco. Pautaram-se pela lógica da combinação entre escolaridade e renda, diferentes níveis de inserção social descritos de forma sintética pelas tarjas coloridas na tabela 14. Obviamente que o quadro apresenta mais variações (e.g. baixa escolaridade e alta renda), que fogem à lógica da perspectiva de linearidade entre renda e escolaridade. No entanto, a proporção de jovens nessas situações mais híbridas é muito pequena e não invalida o exercício de reflexão da construção de subgrupos e observação da heterogeneidade da categoria nem-nem.

Na tabela 15, resumiu-se a análise, efetuando a soma dos valores classificados pelas tarjas coloridas na tabela 14. Observa-se que a maior parte dos nem-nem, para as três faixas etárias, está no grupo de maior risco. No entanto, nota-se uma proporção quase idêntica de 17% de jovens nem-nem, para todas as idades, no grupo de baixo risco, isto é, com escolaridade e rendas médias e altas, que certamente representam um subgrupo nem-nem de melhor inserção.

**Tabela 14 – Distribuição dos jovens nem-nem por faixas de renda e nível de instrução, segundo grupos etários, Brasil – 2014.**

Grupo de idade	Nível de instrução mais elevado alcançado	Faixa de rendimento mensal domiciliar per capita									Total
		Sem rendimento	Até ¼ SM	Mais de ¼ até ½ SM	Mais de ½ até 1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 SM	Sem declaração	
15-17	Sem instrução	,1%	1,5%	2,5%	2,8%	1,1%	,1%			,2%	8,2%
	Fundam. incomp.	,7%	9,6%	17,4%	15,1%	3,2%	,4%			1,2%	47,6%
	Fundam. comp.	,4%	1,9%	4,8%	5,0%	2,0%	,2%	,1%		,8%	15,1%
	Médio incomp.	,1%	1,5%	2,8%	5,0%	1,9%	,0%	,0%	,1%	,2%	11,6%
	Médio comp.	,1%	1,1%	3,2%	5,5%	3,6%	1,6%	,6%	,8%	,9%	17,3%
	Superior incomp.					,1%					,1%
	<b>Total</b>		1,4%	15,5%	30,7%	33,4%	11,9%	2,3%	,6%	,8%	3,3%
18-24	Sem instrução	,0%	,9%	1,9%	2,0%	,7%	,2%	,1%	,0%	,1%	5,9%
	Fundam. incomp.	,3%	6,4%	8,9%	6,7%	1,3%	,1%	,1%	,0%	,5%	24,2%
	Fundam. comp.	,1%	2,1%	4,7%	3,9%	1,3%	,1%	,0%	,0%	,4%	12,6%
	Médio incomp.	,2%	1,8%	4,5%	4,2%	1,2%	,1%	,0%	,0%	,3%	12,5%
	Médio comp.	,5%	3,8%	10,4%	14,3%	7,6%	1,9%	,9%	,4%	1,3%	41,1%
	Superior incomp.		,1%	,1%	,6%	,5%	,1%	,2%	,0%	,1%	1,7%
	Superior comp.	,0%	,1%	,1%	,3%	,5%	,4%	,3%	,2%	,0%	2,0%
<b>Total</b>		1,2%	15,2%	30,5%	32,0%	13,2%	3,0%	1,5%	,7%	2,6%	100,0%
25-29	Sem instrução	,1%	1,2%	1,8%	2,4%	,8%	,2%	,0%	,0%	,3%	6,9%
	Fundam. incomp.	,4%	6,9%	10,4%	5,4%	1,3%	,1%	,0%	,0%	,3%	24,8%
	Fundam. comp.	,1%	2,1%	4,5%	3,9%	1,0%	,1%	,1%		,4%	12,2%
	Médio incomp.	,2%	1,6%	3,5%	2,8%	,9%	,1%		,0%	,1%	9,3%
	Médio comp.	,6%	3,6%	11,3%	13,9%	6,3%	1,1%	,6%	,2%	,9%	38,6%
	Superior incomp.	,0%		,2%	,6%	,9%	,2%	,1%	,1%	,1%	2,2%
	Superior comp.	,1%	,1%	,2%	1,0%	2,0%	1,1%	,5%	,7%	,4%	6,1%
<b>Total</b>		1,5%	15,6%	31,9%	30,0%	13,1%	2,9%	1,3%	1,1%	2,5%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.



**Tabela 15: Distribuição dos jovens nem-nem por homogeneidade aproximada, Brasil – 2014.**

Grupo de idade	Maior risco	Médio risco	Baixo risco	Total
15-17	52,0%	29,3%	18,7%	100%
18-24	48,6%	34,2%	17,0%	100%
25-29	49,3%	33,7%	17,0%	100%

Legenda:

	<b>Maior risco</b>
	<b>Médio risco</b>
	<b>Baixo risco</b>

Fonte: Elaboração própria com base em PNAD, 2014, IBGE.

Observa-se que em todos os resultados encontram-se situações muito diversas sobre a realidade desses jovens e que não podem ser analisadas e interpretadas sob as mesmas óticas. As causas que levam a mulher rural, que tem filhos e cuida dos afazeres domésticos, à condição nem-nem, e certamente o tempo de permanência nesse status, são distintas daquelas do homem urbano que ainda não saiu da casa dos pais; o mesmo se pode dizer acerca da nem-nem negra, urbana, mãe e pessoa de referência no domicílio em relação ao homem branco de ensino superior completo, situado em uma faixa de renda elevada. Além das diferenças de gênero e cor, as diferenças entre classes são importantes: não há como agrupar sob o mesmo rótulo de nem-nem o jovem de renda média e alta que completou o ensino superior e aquele jovem de renda baixa que sequer concluiu o ensino médio. As causas para a entrada no status nem-nem, o tempo de permanência nessa situação e o risco que isso pode trazer para esse jovem e para sua comunidade são absolutamente distintos.

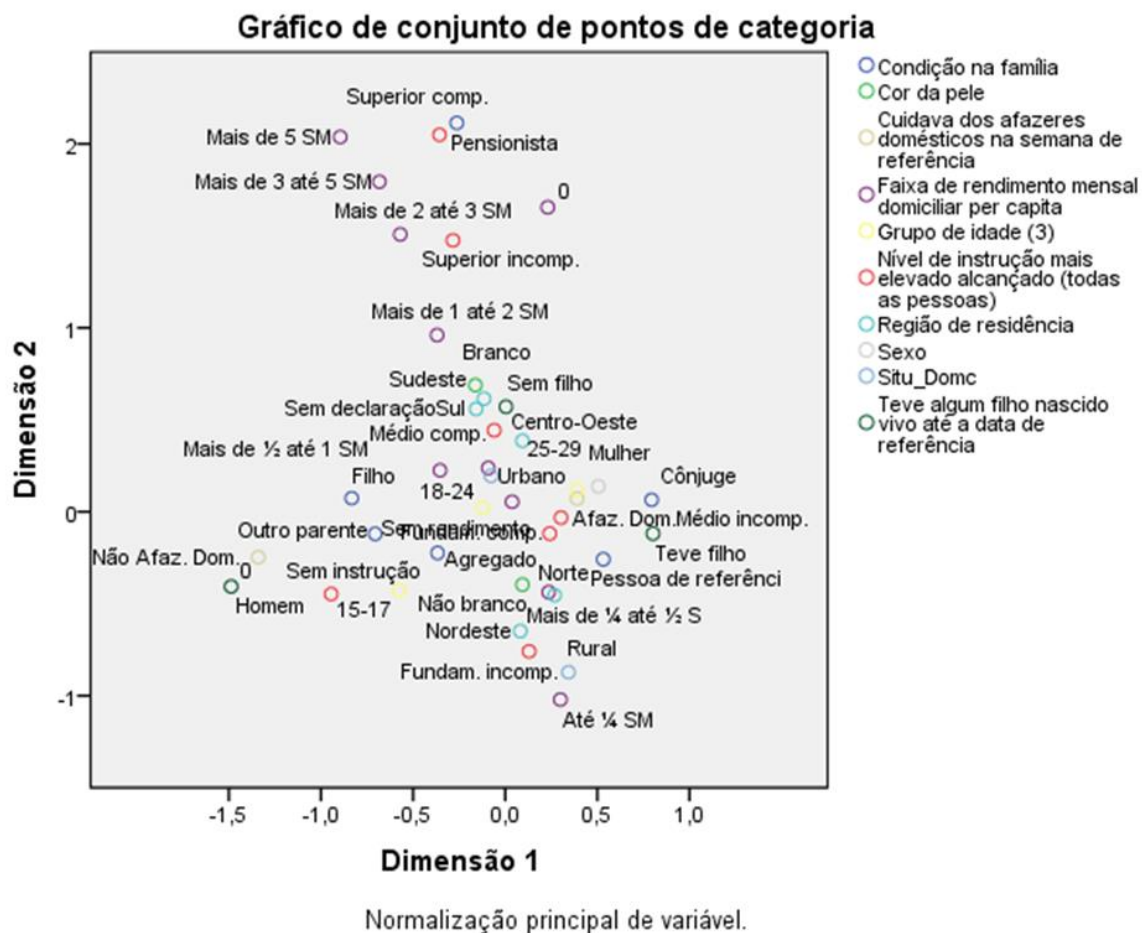
São, portanto, fenômenos sociais diferentes, embora muitas vezes transversais, mas que carecem de interpretação diferenciada. Desta forma, defende-se que sejam criados subgrupos de nem-nem com características socioeconômicas mais próximas, que permitam uma análise mais integrada acerca dos fatores que levam os jovens a essa condição e quais as consequências dessa inserção.

O gráfico 6, plotado a partir de um modelo de análise de correspondência múltipla, permite identificar subgrupos similares de nem-nem. Podem-se verificar basicamente três grupos consoantes com a literatura e exploratória apresentadas anteriormente. O primeiro grupo está no quarto quadrante do plano, corresponde às mulheres com filhos que cuidam

dos afazeres domésticos, têm renda e escolaridade mais baixas, são não brancas, rurais, cônjuges e estão no Norte e Nordeste. O segundo grupo está no centro superior do plano, representa as pessoas de maior nível de instrução, maior renda, brancas, residentes no Sudeste e Sul e que não têm filhos. É o grupo identificado em azul claro pelas tabelas 14 e 15 como menos expostos ao risco, uma vez que concentram mais ativos para responderem às adversidades, traduzidos pelas altas faixas salariais e educacionais. O terceiro grupo está à esquerda do plano, próximo ao terceiro quadrante, e representa os homens, sob a condição de filhos, mais jovens, que não exercem atividades domésticas, urbanos e de rendas médias.

É importante também observar a análise da interdependência registrada entre as categorias dos múltiplos indicadores que definem as dimensões do gráfico 6. O quadro tabela 1 e o gráfico 7 mostram como as medidas de discriminação formam duas dimensões muito claras à literatura e à exploratória: as categorias mais fortes para a dimensão 1 foram aquelas correlatas à família, o cuidado com afazeres domésticos, a presença de filhos, a condição de cônjuge na família e o sexo feminino. A dimensão 2 concentrou as categorias socioeconômicas, renda per capita, nível de instrução, situação de domicílio, região. O apêndice II apresenta as demais tabelas resultados do modelo de correspondência múltipla.

Gráfico 6 – Análise de correspondência múltipla para jovens nem-nem, Brasil – 2014



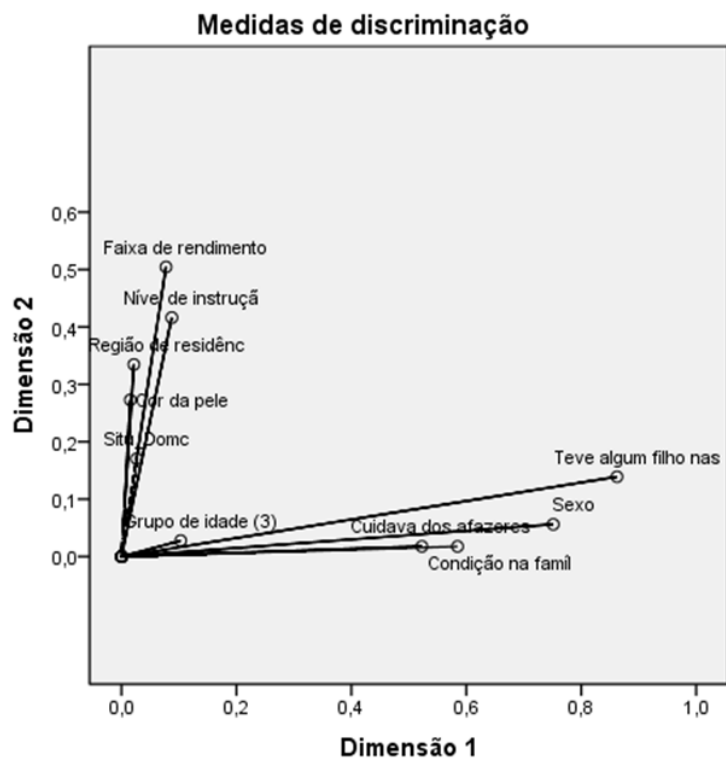
Fonte: Dados da PNAD, 2014. Resultados do modelo de análise de correspondência múltipla.

**Quadro 1 – Medidas de discriminação para modelo de ACM, jovens nem-nem, Brasil-2014**

	Dimensão		Média
	1	2	
Sexo	,751	,056	,404
Teve algum filho nascido vivo	,862	,139	,501
Faixa de rendimento mensal domiciliar per capita	,077	,504	,291
Nível de instrução mais elevado alcançado	,087	,416	,252
Cor da pele	,015	,273	,144
Situação de domicílio	,026	,170	,098
Região de residência	,021	,335	,178
Grupo de idade	,103	,028	,065
Cuidava dos afazeres domésticos	,523	,018	,270
Condição na família	,585	,018	,301
Total ativo	3,052	1,957	2,504
% de variância	30,518	19,566	25,042

Fonte: Dados da PNAD, 2014. Resultados do modelo de análise de correspondência múltipla.

**Gráfico 7 – Medidas de discriminação para modelo de ACM, jovens nem-nem, Brasil-2014**



Fonte: Dados da PNAD, 2014. Resultados do modelo de análise de correspondência múltipla.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A observação de contextos que envolvem uma maior exposição de grupos mais vulneráveis aos impactos adversos da conjuntura econômica nacional – como a volatilidade dos mercados, aumento da informalidade e da precariedade do trabalho – concomitantemente ao processo de distribuição assimétrica – de recursos, rendas, poderes e bens produzidos socialmente –, é imprescindível para a compreensão de como esses grupos se veem progressivamente isolados das correntes predominantes na sociedade. As **incertezas** geradas pelas transformações nas estruturas política e econômica, que debilitam os vínculos sociais da população vulnerável, são indubitáveis interferentes na questão nem-nem.

Se, desde a perspectiva de que as políticas públicas têm o imperativo de interferir nos mecanismos complexos de reprodução intergeracional das desvantagens e riscos sociais, fortalecendo os recursos educativos, produtivos e patrimoniais dos grupos sociais mais sensíveis às mudanças do contexto econômico, é preciso, então, que se discuta, ainda que brevemente, de forma mais propositiva possibilidades de intervenções para os grupos nem-nem.

Ressalte-se que, como mencionado anteriormente, não parece adequada a criação de uma política pública específica para nem-nem, mas, sim, políticas que melhorem o acesso e as condições de permanência no emprego e na educação para todos os grupos de jovens e também para aqueles que já não o são mais. Além disso, é importante reafirmar que o grupo nem-nem é heterogêneo em demasia para receber apenas um tipo de política pública. A título de reflexão, algumas possibilidades serão, a seguir, elencadas, apenas para ilustrar o quão complexa e diversa é a situação nem-nem no Brasil.

Em relação ao mercado de trabalho, com base na literatura, a evidência indica que o problema principal enfrentado pelo jovem não é a dificuldade em conseguir um trabalho, mas permanecer nele. Corseuil *et al.* (2013) mostram que os postos de trabalho encontrados pelos jovens têm duração menor e são em firmas mais instáveis, o que faz com que sua rotatividade no mercado de trabalho seja bem maior que a dos adultos. Esse padrão é ainda mais acentuado para jovens de baixa escolaridade (MONTEIRO, 2013). Os jovens pouco integrados ao mercado de trabalho são os que, apesar de terem obtido qualificação, encontram-se transitando entre situação de emprego temporário, desemprego e inatividade.

As trajetórias laborais dos jovens estão longe de ser lineares, apresentam alta dinamicidade, frequentes transições entre ocupação, desocupação e inatividade, bem como maior incidência de empregos informais e precários (COMARI, 2015).

Na medida em que o crescimento econômico não gera trabalho em qualidade suficiente para promover a inclusão social dos segmentos sociais “em trânsito para a vida adulta” ou ainda que exclua grupos mais frágeis da sua lógica competitiva, propõe-se o desafio de como desenhar e implementar políticas de Estado que detectem novas formas de inserção social que não se deem pela via do trabalho, tal como classicamente concebido. No sentido da recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, por exemplo, que a ortodoxia produtivista capitalista invisibilizou ou descredibilizou. Seriam formas alternativas de inclusão social que ainda são pouco conhecidas e reconhecidas diante da multiplicidade e da riqueza de iniciativas relativas a estratégias de sobrevivência que vêm emergindo e que dificilmente são capturadas pelo Estado e traduzidas em ações públicas que promovam sua potencialidade (COHN, 2004 e SANTOS, 2002).

O ensino médio e sua articulação com os mecanismos de transição para o mercado de trabalho – isto é, a transição escola-trabalho – é correntemente mencionado como um dos principais focos de atuação das políticas públicas para dirimir a situação nem-nem. No entanto, é preciso que se reconheça a multiplicidade de caminhos entre escola e trabalho e, antes, atuar na prevenção e compreensão do abandono escolar precoce. O abandono escolar é, de fato, um processo social complexo e multifacetado, que precisa, portanto, de uma abordagem compreensiva e multidimensional.

A especificidade do problema, no Brasil, que prevalece entre as mulheres – dentre as quais mais da metade são mães e muitas são pobres e negras – sugere que políticas de combate à discriminação no acesso aos postos de trabalho (racial e de gênero) e de apoio às jovens mães com creches e transferência de renda podem ser mais efetivas. Os resultados apresentados por Simões (2013) sugerem, como política complementar às transferências de renda, a oferta de serviços de Educação Infantil, principalmente para as mães dos dois primeiros quintis de renda, nos quais se acumulam a grande parcela das jovens em condição nem-nem. O efeito desses serviços em reduzir as chances de exclusão da mulher da escola e

do mercado de trabalho, de um lado, contribuiria para o aumento do capital humano (no caso de permanência na escola das jovens) e, de outro, contribuiria para a geração de renda na família (no caso de ingresso no mercado de trabalho). Se as jovens já possuem, em média, maior escolaridade que os jovens (mesmo nos quintis de renda mais baixos), há uma perda de oportunidade de ganhos de renda na família, quando ela se ausenta do mercado de trabalho por não ter com quem deixar seus filhos. O aumento da renda familiar via inclusão produtiva da mulher pode favorecer a redução da necessidade de transferências de renda, mas depende da oferta de serviços de atenção à criança, na forma de acesso à creche e à pré-escola.

Para reverter essa tendência da mulher como principal responsável pelo trabalho reprodutivo e doméstico não remunerado, é preciso a atuação do Estado e também das empresas e da sociedade, no sentido de reconstruir relações de gênero mais igualitárias, de forma a garantir uma inserção mais democrática para homens e mulheres nos diferentes espaços da sociedade. O quadro que se considera desejável para a sociedade brasileira, a ser alcançado nas próximas décadas, se caracterizaria pelo compartilhamento dos afazeres domésticos entre homens e mulheres, pais, mães, filhas, filhos e outros membros da família – também envolvendo serviços públicos de atendimento a crianças, jovens e idosos (as). Acrescentem-se, ainda, medidas de políticas públicas, legislativas e de empresas visando à conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. Esses três fatores que compõem um cenário desejável levariam a uma maior e melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho – sempre com base no princípio da liberdade de escolha pessoal de homens e de mulheres. O modelo é o do cuidador universal para homens e mulheres e corresponsabilização de Estado, família e mercado no que diz respeito à reprodução social (FONTOURA e BONETTI, 2010).

O foco das políticas públicas nos grupos de jovens em maior desvantagem social e mesmo de menor desempenho escolar deve ser assegurado, pois esses são os que enfrentam o maior risco de serem excluídos do mercado de trabalho. Assim, tendem a permanecer por longo tempo, sendo eventualmente absorvidos em formas precárias de trabalho, de baixa qualificação e com baixa remuneração, perpetuando o ciclo de reprodução da pobreza. Articular o sistema de proteção social com as políticas educacionais e de atenção à infância, que ampliem o acesso da mulher ao mercado de trabalho e promovam a permanência dos jovens na escola, com progressão até a conclusão do ensino médio, parece ser a melhor combinação para enfrentar o desafio dos jovens na condição de nem-nem. (BRASIL, 2013)



Como discute Pais (2005), as políticas de juventude tendem a estandardizar as transições dos jovens para a vida adulta – definindo escolaridades mínimas, circuitos escolares, formação profissional, políticas de emprego –, mas os jovens tendem a autonomizar as suas vidas por meio de “buscas autônomas” de trajetórias que nem sempre se encaixam nas políticas prescritivas que tendem a estandardizar as transições. Por que razão surgem tantas vezes uma contradição entre os padrões estandardizantes da planificação e as trajetórias desestandardizadas? Possivelmente porque essas políticas criam uma lógica de linearidade que nem sempre se ajusta às trajetórias não-lineares do curso de vida de muitos jovens. Muitas dessas políticas tendem a criar uma ordem artificial numa estrutura social que é caótica por natureza.

Segundo Castro e Abramovay (2002a), pensar as juventudes apenas como uma fase de transição e de ajustamento aos papéis da idade adulta é um dos principais obstáculos para a elaboração de políticas públicas voltadas para os jovens. Com base nessas constatações, enfatiza-se a necessidade de elaborar-se não apenas políticas públicas *de* ou *para* a juventude, mas, sobretudo, políticas públicas *com* as juventudes, pois se entende que os jovens são capazes de organizar-se, levantar questões, propor soluções e sustentar relações dialógicas com outros atores sociais no plano de decisões programáticas (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002 e UNESCO, 2004). É importante colocar, com base em Abramo (1997), o fato de que, ao privilegiar o foco da atenção sobre os jovens como emblemas dos problemas sociais, muitas vezes não se consegue enxergá-los e entendê-los propriamente; e, como consequência, assume-se uma postura de desqualificação da sua atuação como sujeitos.

É necessário distinguir fatores institucionais e estruturais que atuam na definição da situação do jovem que exerce pouco ou nenhum controle sobre esses fatores. Fatores institucionais incluem, por exemplo: a forma de organização do sistema educacional, seus mecanismos de exclusão e as trajetórias possíveis que oferece ao jovem durante a sua vida escolar; os mecanismos de transição escola-trabalho e o suporte ao jovem na escolha profissional e na busca de emprego; a organização do mercado de trabalho e os incentivos existentes para a contratação dos jovens. Fatores estruturais, como a origem social do jovem, seu local de moradia, o status econômico de sua família, raça e gênero combinam-se com os fatores institucionais na determinação das circunstâncias que levam o jovem a “optar” ou cair na inatividade. Os fatores estruturais da desigualdade mencionados devem servir como

parâmetros de identificação dos grupos sociais mais afetados pela questão nem-nem.

Respondendo à questão do título desta dissertação, dadas as múltiplas ausências provocadas pelo acesso precário à estrutura de oportunidades, as incertezas provocadas pelas mudanças do contexto produzindo insegurança social e vínculos frágeis com a estrutura de oportunidades, os labirintos das múltiplas escolhas e possibilidades descontínuas, a pluralidade das trajetórias, a inserção social dos jovens nem-nem segue variações interagindo com o contexto socioeconômico dos subgrupos de jovens que compõem a categoria. Como se constata, existem subgrupos populacionais de variados contextos sob o rótulo de nem-nem.

Confirmando as hipóteses levantadas ao longo desta dissertação, constatou-se que, pelo menos por uma proporção significativa de casos, o status nem-nem não é um problema em si, talvez nem mesmo a manifestação de outros problemas, e também não é necessariamente uma condição permanente. Esse subgrupo é aquele dos jovens nem-nem de baixo risco, situados em domicílios de maior renda, que são mais escolarizados e ainda não saíram da casa dos pais, conforme demonstraram os resultados finais, no capítulo 3. Esses jovens podem estar nessa situação por uma questão conjuntural, de eventual aumento do desemprego local, ou em espera por uma melhor inserção laboral, como discutido no capítulo primeiro.

Ademais, existe uma parcela dos nem-nem que está sob esse status, devido a questões estruturais de classe e da desigualdade social. Esses jovens são os mais expostos à vulnerabilidade, têm renda e escolaridade mais baixas, e, muito provavelmente, são provenientes de núcleos familiares com as mesmas características. Para esses jovens, aqueles do subgrupo de maior risco destacado ao final do capítulo anterior, existem **ausências** muito anteriores ao mercado de trabalho e escola, a ausência de acesso aos direitos sociais.

Outra hipótese verificada é a de que uma parcela (a mesma, em algumas interseções) está no status nem-nem devido a questões de gênero. Os resultados obtidos novamente contrariam a presunção de ociosidade das pessoas que não estão na escola ou no mercado de trabalho; em particular, as nem-nem, longe de “não fazerem nada”, dedicam muitas horas às formas de trabalho “invisíveis”, em que 90,8% delas se dedicam aos afazeres domésticos e 62,8% delas já tiveram filho (chegando a 79,2% para as de 25 a 29 anos). Os resultados convergem com aqueles discutidos nos capítulos teóricos, com relação às mais

altas taxas de fecundidade entre as nem-nem e a participação persistente das mulheres nos trabalhos de reprodução da sociedade. Conclui-se, então, que não é possível abordar a vulnerabilidade e o risco como situações comuns para todo o segmento nem-nem, possibilitando a conclusão de que, como confirmado no capítulo 3, com dados da PNAD, a heterogeneidade é inerente à categoria.

No capítulo 2, perguntou-se “qual elemento presente na vida desses jovens que não está sendo observado, por se focar constantemente nas suas ausências do mercado de trabalho e da escola?” A resposta está no fato de que, para grande parte do grupo, existe um grande contingente de jovens nem-nem que são mulheres e que estão em suas casas como responsáveis pelo trabalho reprodutivo, no cuidado de afazeres domésticos e de pessoas dependentes.

Os serviços gerados na execução dos afazeres domésticos, por não estarem associados a uma geração equivalente de renda, são desconsiderados como trabalho ativo e com relevante importância econômica. Uma provável interpretação para esse não reconhecimento origina-se na histórica discriminação sofrida pelas mulheres nas diversas sociedades, a quem foi delegada a execução dos afazeres domésticos. Desconhecê-los reforça o conceito de *invisibilidade*, que caracteriza o trabalho doméstico e a inferioridade do papel da mulher na sociedade (MELO *et al.*, 2016). É preciso, portanto, tematizar a questão do trabalho invisível e do significado econômico e social (para além do cultural, imanente aos papéis tradicionais de gênero) do trabalho doméstico não remunerado.

A opção pela transição para a vida adulta pela formação de família precisa ser problematizada, no sentido da liberdade de escolha: essa jovem teve acesso a bens e serviços, mas optou pela vida dedicada ao lar, ou, se foi conduzida a papéis de gênero tradicionais e vitimada pelas desigualdades de acesso? É importante considerar que os horizontes de possibilidades dessas adolescentes são limitados ao que a comunidade / localidade pode oferecer. É preciso, também, que se problematize a lógica de inserção social exclusivamente por intermédio do mercado de trabalho.

Outro fator que necessita ser destacado é o grupo de jovens que foram classificados pela PNAD como nem-nem, mas que se dedicam a outros tipos de atividades da vida social que a Pesquisa não investiga. A dinamicidade da condição nem-nem não é investigada pela base de dados aqui estudada, mas é preciso atentar para o fato de que muitos jovens

permanecem pouco tempo sob esse status. Como discutido no capítulo 1, a situação nem-nem é, muitas vezes, o interstício entre as desinserções precárias no mercado de trabalho e, por vezes, consequência da antecipação da transição para a vida adulta, com a saída da escola para trabalhar ou para constituir família.

A multiplicidade de caminhos que os jovens podem seguir não pode ser imobilizada por categorias operativas. Não faz, então, sentido continuar a apostar na busca de “modelos mecânicos” que deverão prescrever as transições dos jovens para a vida ativa. Convém então enfatizar o caráter crescentemente performativo das culturas juvenis e as transições dos jovens para a vida ativa, acentuando a sua variabilidade e diversidade. Os cursos de vida entre os jovens são textos cada vez mais bifurcados e baralhados, porque também os respectivos contextos de vida são cada vez mais instáveis e variáveis. É porque vivem estruturas sociais crescentemente **labirínticas** que os jovens contemporâneos se envolvem em trajetórias “ioiô”. Perante estruturas sociais cada vez mais fluidas, em razão dos indivíduos e seus desejos, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades (PAIS, 2005).

Na busca pessoal de conciliar o desejo de autonomia dentro de arranjos familiares que sabemos terem conformações múltiplas, e tendo que cumprir exigências do mercado de trabalho quase inalcançáveis, considerando o baixo nível da formação educacional média, a transição para a vida adulta só poderia se tornar cada vez mais heterogênea. Cada qual procura à sua maneira responder a estas diferentes demandas. Com isto, têm se multiplicado as trajetórias de transição possíveis, algumas delas estão expostas a grandes fragilidades. Realidades sociais distintas marcadas por estruturas de oportunidades distintas, só podem gerar como produto padrões de transição para a vida adulta desiguais (VIEIRA, 2009).

Outra variável de suma importância para a identificação da heterogeneidade entre os nem-nem é o tempo que passam sob esta condição. A fonte de dados utilizada nesta pesquisa, a PNAD, não apresenta esse tipo de informação. Para melhor conhecimento da questão nem-nem é preciso investigar as informações por meio de dados longitudinais. Talvez, e como proposição de agenda de pesquisa, a PNAD Contínua<sup>24</sup> seja uma boa fonte

---

<sup>24</sup> A PNAD Contínua destina-se a produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho associada a características demográficas e de educação, e, também, para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. A pesquisa é realizada por meio de uma amostra de domicílios, com periodicidade mensal, extraída de uma amostra mestra, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos definidos para sua divulgação. A cada trimestre, são investigados 211.344

de dados para o futuro próximo. Ademais, ressalta-se a urgente necessidade de pesquisas acerca do uso do tempo, para analisar como os jovens têm distribuído seu tempo entre as atividades produtivas e reprodutivas. Outra imprescindibilidade para o tema é a pesquisa qualitativa, do ponto de vista do ator, para investigar a percepção desses jovens acerca da inatividade. Conhecer os jovens segundo suas próprias apresentações e como eles/elas representam a sociedade (suas diversas instituições e constituintes) pressupõe o reconhecimento de identidades com perfis socioculturais próprios.

A questão nem-nem no Brasil representa menos uma problemática no campo do mercado de trabalho do que uma questão interseccional entre gênero e classe, à luz das desigualdades sociais. Diferentemente dos países do Norte global, onde a questão nem-nem tem sido vinculada à crise de empregos, no Brasil, a problemática assume face mais complexa e imbricada aos fatores da estrutura social. Tal reflexão é importante para os sentidos que se têm dado ao “fenômeno nem-nem no Brasil”. Antes do uso indiscriminado e generalista da categoria nem-nem, é preciso que se reflita qual o objetivo desse indicador e qual a proposta analítica do uso. É preciso ter em mente que princípios classificatórios operativos às vezes não dão conta da multiplicidade de possibilidades sociais.

Da mesma forma que a categoria “só trabalha” é extensamente destrinchada na literatura – por nível de formalidade, tipo de ocupação, relações trabalhistas, faixa salarial, etc – bem como a categoria “só estuda”, da mesma forma investigada nas minúcias – matrículas, desempenho, evasão, distorção idade-série, etc. –, a categoria nem-nem precisa ser observada nas suas heterogeneidades, características, peculiaridades e expressões. É preciso agrupar os nem-nem por níveis de exposição à vulnerabilidade e pelos fatores que os levaram a essa condição. A principal contribuição desta dissertação buscou ser nesse sentido: a categoria nem-nem representa um grupo populacional fortemente influenciado por questões estruturais de gênero, classe e raça que precisam ser levadas em consideração, quando do seu uso e interpretação. O indicador nem-nem, defende-se, quando bem utilizado e segregado em sua heterogeneidade inerente, pode ser um interessante instrumento de estudo das desigualdades de classe, de gênero e raciais.

Como também concluíra Simões (2013), a abordagem da questão dos jovens que

---

domicílios particulares permanentes, em aproximadamente 16.000 setores censitários, distribuídos em cerca de 3.500 municípios (Site do IBGE).

estão fora do mercado de trabalho e da escola requer que se conheça melhor o problema, identificando o perfil dos jovens nessa situação e suas motivações no contexto brasileiro. Devido à heterogeneidade das situações que ocorrem no Brasil e no mundo, generalizações e simplificações, com base em dados escassos, podem levar erroneamente a conclusões sobre suas causas e, até mesmo, sobre a existência do problema que passam longe da realidade da vida dos jovens. Há uma forte tendência de encarar jovens nem-nem na sua negatividade, *o que ainda não chegou a ser*, negando o presente vivido. Desta forma, com base nas reflexões de Santos (2002), propõe-se reconstruir o que são essas formas para além da relação de subalternidade.

As considerações finais apontam para a reflexão de que, em termos gerais, as problemáticas que podem se caracterizar como vulnerabilidade ou restrição de acesso a direitos são as mesmas sofridas por outros conjuntos etários e, também, por jovens que estudam ou trabalham em inserções precárias, que sofrem pela falta de empregos, pela dificuldade de acesso ao trabalho ou a empregos mais bem remunerados. Aqueles que atingiram menores níveis educacionais estão sujeitos a uma desvantagem social que não se neutraliza com a entrada em uma ocupação remunerada, que, muito provavelmente, seria pautada pela precariedade ou informalidade.

Esse conjunto de reflexões leva a assumir que as formas de inserção social são múltiplas e diversificadas, não se encontrando, ainda, totalmente institucionalizadas e que os paradigmas tradicionais de regulação social do capitalismo moderno, em termos de subordinação/autonomia dos sujeitos sociais, estão em processo de profunda transformação (COHN, 2004). Certamente o primeiro passo na busca de novas formas de inserção social, sem desconhecer os estritos limites impostos hoje pelos constrangimentos de ordem macroeconômica, é exatamente reconhecer as identidades dos diferentes sujeitos sociais presentes na sociedade, resgatando-se sua autonomia ante o já instituído, por meio de políticas públicas criativas e inovadoras, pautadas pelo paradigma dos direitos de cidadania. Isso equivale a reconhecer que distintos segmentos sociais, apresentam e representam distintas necessidades, mas essas especificidades não podem se descolar dos princípios da universalidade dos direitos sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 5, n. 6, p. 25-36, 1997.
- ALVES, J. E. D. **A janela de oportunidade demográfica do Brasil**. Revista Coletiva, n. 14. Recife: FJN, mai/ago 2014.
- ALVES, J. E. D., VASCONCELOS, D. CARVALHO, A.A., Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. **Texto para Discussão**, 10, Cepal/IPEA, Brasília, pp. 1-38, 2010.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; BRUNO, Miguel AP. **População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v. 18, 2006.
- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARRUDA, M.R. *Prolongamento da Juventude: Opção ou falta de opção?* 108p. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro, 2004.
- AVEREY, R.; GOLDSCHIEDER, F.; SPEARE Jr., A. Feathered Nest/Gilded Cage: Parental Income and Leaving Home in the Transition to Adulthood. *Demography*, v.29, Issue 3, p.375-388, 1992
- BAJOIT, Guy; FRANSSSEN, Abraham. O trabalho, busca de sentido. In: FÁVERO, Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reys. **Juventude e contemporaneidade**. MEC/UNESCO, Brasília, 2007.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Infância e adolescência no Brasil: as conseqüências da pobreza diferenciada por gênero, faixa etária e região de residência. **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 355-376, 1991.
- BILLARI, F. The analysis of early life courses: complex descriptions of the transition to adulthood. *Journal of Population Research*, v.18, Issue 2, p. 119-42, 2001.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 479-487, 1995.
- BLOOM, D. E.; CANNING; SEVILLA, J. *The demographic dividend: a new perspective on the economic consequences of population change*. Santa Monica: Rand, 2003.
- BOTELHO, Rosana Ulhôa; ARAÚJO, Hertton Ellery; CODES, Ana Luiza Machado de. Sair ou não Sair da Casa dos Pais: explorando a questão à luz de bases informacionais censitárias

– Brasil 1991, 2000 e 2010. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da, BOTELHO, Rosana Ulhôa (orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Brasília: IPEA, 2016**

BOURDIEU, P. A. “Juventude” é apenas uma palavra. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 96, p. 105-115, 2013.

BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência: um balanço bibliográfico. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E.; BOZON, M.; KNAUTH, D. O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006

BRITO, Fausto et al. A reinvenção da transição demográfica: envelhecer antes de enriquecer?. **Texto para Discussão**, nº 401. CEDEPLAR/FACE, 2010.

BRITO, Fausto. A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, **Texto para Discussão**, n. 318, 2007.

BRITO, Fausto. **Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 25, n. 1, p. 5-26, São Paulo, jan./jun. 2008.

BUSSO, G. La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos. Santiago do Chile: CEPAL/CELADE, 2001.

BYNNER, John; PARSONS, Samantha. Social exclusion and the transition from school to work: The case of young people not in education, employment, or training (NEET). **Journal of Vocational Behavior**, v. 60, n. 2, p. 289-309, 2002.

CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?** Boletim Mercado de Trabalho, vol 53, 2012.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão. Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; KANSO, Solange. ANDRADE, Adriana. O processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; KANSO, Solange. ANDRADE, Adriana. Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não



procuram trabalho? In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; KANSO, Solange. Do nascimento à morte, principais transições. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, A. A. (org.) **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CAMARANO, A. A. **Como a história tratou a relação entre população e desenvolvimento econômico.** In: *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CAMARANO, A. A. et al. **Desigualdades na dinâmica demográfica e as suas implicações na distribuição de renda no Brasil.** In: *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CAMPOS, André Gambier; PHINTENER, Marcelo de Jesus. Tempos sociais de jovens no Brasil urbano. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da, BOTELHO, Rosana Ulhôa (orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2016

CARDOSO, A. C. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho:** disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009a.

\_\_\_\_\_. Os tempos de trabalho na sociedade contemporânea: tensos, urgentes, intensos, flexíveis e incertos. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 9., 2009, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: BS, 2009b.

\_\_\_\_\_. Os trabalhadores e suas vivências cotidianas: dos tempos de trabalho e de não trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, p. 101-117, 2010.

CARVALHO, Helena. **Análise Multivariada de Dados Qualitativos: Utilização da Análise de Correspondência Múltipla com o SPSS.** Edições Sílabo, Lisboa, 2008.

CARVALHO, José A. M.; WONG, L. R. Demographic and socioeconomic implications of rapid fertility decline in Brazil: a window of opportunity. In: MARTINE, G.; DAS GUPTA, M; CHEN, L. (Ed.). **Reproductive Change in India and Brazil.** [S.l.]: Oxford University Press, 1998. p. 208-240.

\_\_\_\_\_. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**. 24, 3: p. 597-605. 2008.

CASAL, Joaquim et al. Aportaciones teóricas y metodológicas a la sociología de la juventude desde la perspectiva de la transición. **Papers – Revista de Sociologia**, N. 79, 2006, 21- 48.

CASAL, J.; MASJOAN, J.; PLANAS, J. Elementos para un análisis sociológico de la transición a la vida adulta. **Política y Sociedad**, n 1, p 97-104, Barcelona, 1988.

CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda-uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 35, n. 4, p. 767-795, 2005.

CARMONA ZUÑIGA, L., GARCÍA HERNÁNDEZ, J. “La Generación “Nini” y el Proyecto de Vida.” **Revista 29nueve**, 2011.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam. **Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas**. Azevedo, FP Juventude, cultura e políticas públicas: intervenções apresentadas no seminário-político do Centro de Estudos e Memória da Juventude. São Paulo. Anita Garibaldi, 2005.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências**. Cadernos de pesquisa, n. 116, p. 143-176, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Por um novo paradigma do fazer políticas-políticas de/para/com juventudes**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 19, n. 2, p. 19-46, 2002b.

CEPAL y OIJ (2008). “**Violencia juvenil en el Brasil: exclusión social, marginalidad urbana y economía ilegal**.” ONU. Santiago de Chile.

COHN, Amélia. **O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude?** In: Novaes, Regina & Vannuchi, Paulo (orgs.). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

COMARI, Claudio. **Examen de validez teórica e empírica del concepto "jóvenes nini" o "generación nini" en la Argentina del Siglo XXI**. Tesis del doctorado. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2015.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Desigualdades no acesso dos jovens brasileiros à educação superior. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da, BOTELHO, Rosana Ulhôa (orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016

CORREA, H., MARCONDES, G. S. **Conjugalidade na adolescência: contextualizando as adolescentes unidas sem filhos**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gênero e preconceitos, 2006, Florianópolis.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. **Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina**. **Texto para Discussão**, n. 797, Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2001.

CORSEUIL, Carlos Henrique; FRANCA, Máira, POLOPONSKY, Katcha. Trabalho informal entre os jovens brasileiros: considerações sobre a evolução no período 2001-2013. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da, BOTELHO, Rosana Ulhôa (orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016

COSTA, Joana Simões de Melo; ULYSSEA, Gabriel. O Fenômeno dos Jovens Nem-Nem. *In: Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros* / Organizadores, Carlos Henrique Corseuil, Rosana Ulhôa Botelho. – Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CRUCES, G.; HAM, A.; VIOLAS, M. **Scarring effects of youth unemployment and informality**: evidence from Argentina and Brazil. Mimeografado. 2012.

CRUZ PIÑEIRO, R., VARGAS VALLE, E. “Tendencias recientes de los jóvenes ninis del norte de México”. *Coyuntura Demográfica* N° 2. Julio/2012.

CUARESMA, Jesús Crespo; LUTZ, Wolfgang; SANDERSON, Warren. Is the demographic dividend an education dividend?. **Demography**, v. 51, n. 1, p. 299, 2013.

D’ALESSANDRE, Vanesa. Adolescentes que no estudian ni trabajan en América Latina. **Sistema de Información sobre los Derechos del Niño en la Primera Infancia en los países de América Latina**, SITEAL. Cuaderno 04. UNESCO-OEI, 2010.

DA COSTA DOURADO, Simone Pereira; ALMEIDA, Carla. **A juventude pensada a partir do envelhecimento: demografia e comportamento político dos grupos geracionais**. *Sociedade e Cultura*, v. 17, n. 1, 2015.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.** Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *In: FÁVERO, Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reys. Juventude e contemporaneidade*. MEC/UNESCO, Brasília, 2007.

DIETRICH, Hans. Youth unemployment in the period 2001–2010 and the European crisis—looking at the empirical evidence. **Transfer: European Review of Labour and Research**, v. 19, n. 3, p. 305-324, 2013.

ECHEVARRIA, José Medina. **A Juventude latino-americana como campo de pesquisa social**. *In: BRITTO, S. de. Sociologia da Juventude I – da Europa de Marx à América de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FABIO, F. J., NEIMAN, M. “Precariedad en los mercados de trabajo rurales”. La corrosión del trabajo. **Estudios sobre la informalidad y precariedad laboral**. Pérez, P., Busso, M. (comps). Miño y Dávila. Buenos Aires, 2010.

FERREIRA, Helder; ARAÚJO, Herton Ellery. Transições negadas: homicídios entre os jovens brasileiros. *In: CAMARANO, A. A. (org.). Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

FERREIRA, Rosiane Araujo et al. Análise espacial da vulnerabilidade social da gravidez na adolescência. **Cad. saúde pública**, v. 28, n. 2, p. 313-323, 2012.

FINLAY, I., SHERIDAN, M., MCKAY, J. & NUDZOR, H. Young People on the Margins: In Need of More Choices and More Chances in Twenty-First Century Scotland. **British Educational Research Journal**, 36, 851-867, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FURLONG, A. Not a very NEET solution: representing problematic labour market transitions among early school leavers. **Work Employment and Society**, 20(3), 553–569, 2006.

GALLAND, O. Adolescence, post-adolescence, youth: revised interpretations. **Revue Française de Sociologie**, n. 44, 2003 (English Selection).

GAUTHIER, A. Becoming a young adult: an international perspective on the transition to adulthood. **European Journal of Population**, v.23, n.3-4, p.217-23, Oct./2007.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIORGULI, S., ANGOA, M.A. “El tránsito a la adultez en tiempos de incertidumbre”. **Coyuntura Demográfica**. N° 4. Julio de 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**, Rio de Janeiro, Editora LTC, 1988.

GOLDANI, Ana Maria. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil. In: **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**, p. 211-250, 2004.

GOLDSCHIEDER, F.; DA VANZO, J. Living Arrangements and the Transition to Adulthood. **Demography**, v.22, Issue 4, p. 545-63, 1985.

GOLDSCHIEDER, F.; GOLDSCHIEDER, C. **The Changing Transition to Adulthood: Leaving and Returning Home**. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publication, 1999.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. **Transições Incertas: os jovens perante o trabalho e a família**. 2. Ed. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 2007.

GUIMARÃES, N.A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. (org.). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, p.149-74, 2005.

\_\_\_\_\_. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

HARRIS, K.; FURSTENBERG, F.; MARMER, J. Paternal Involvement with Adolescents in Intact Families: The influence of fathers over life course. **Demography**, v.35, Issue 2, p.201-16, 1998.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro:

Topbooks, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza; CABRAL, Cristiane S.. Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOGAN, D. The Transition to Adulthood. *Annual Review of Sociology*, v.12, p.109-30, 1986.

HOPENHAYN, M. El encadenamiento educación y empleo: entre eslabón perdido y reproducción de las desigualdades. **Tendencias em foco**, nº 22, IPE-UNESCO - Sede Regional de Buenos Aires, 2012.

JONES, Garvin W. Population and development. In: **População e desenvolvimento em debate: contribuições da associação brasileira de estudos populacionais**. TURRA, CM., CUNHA, J.M.P. (orgs). Demografia em Debate, volume 4. Belo Horizonte: ABEP, 2012.

KAZTMAN, Rubén. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. **BID-Banco Mundial-CEPALIDEC**, v. 5, p. 275-301, 2000.

KAZTMAN, Rubén. Seducidos y abandonados. **Revista de la CEPAL**, v. 75, p. 171, 2001.

KEHL, Maria Rita. Juventude como sintoma da Cultura. In: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

KIELING, Rejane Inês; DATHEIN, Ricardo. A dinâmica populacional brasileira e o debate sobre as políticas públicas para o aproveitamento da janela de oportunidade demográfica. **Revista Economia Ensaios**, v. 24, n. 2, 2010.

LAM, David et al. **A dinâmica da escolaridade das crianças brasileiras durante a transição demográfica: aumento no tamanho da coorte versus diminuição no tamanho da família**. XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto, MG, p. 4-8, 2002.

LEE, R.; MANSON, A. Back to basics: what is the demographic dividend? **Finance and development**, v. 43, n. 3, 2006.

LEE, Ronald. The demographic transition: three centuries of fundamental change. **The journal of economic perspectives**, v. 17, n. 4, p. 167-190, 2003.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. **A alocação do tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 12. Caxambu, 2000.

LEYTON, D. “Jóvenes. Una aproximación para abordar los problemas de la inclusión y reproducción social juvenil”. **Intersticios**. Vol. 3 (1). p.p. 47, 2009.

MACDONALD, Robert. Youth transitions, unemployment and underemployment Plus ça change, plus c'est la même chose?. **Journal of Sociology**, v. 47, n. 4, p. 427-444, 2011.

MACMILLAN, R. (ed.). The structure of life course: Standardized? Individualized? Differentiated? **Advances in life course research**, vol. 9. Minneapolis: University of Minnesota, 2005.

MADEIRA, Felícia Reicher. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

MAGUIRE, S. 2008. Paying Young People to Learn--Does It Work? **Research in Post-Compulsory Education**, 13, 205-215.

MANHEIM, Karl. "O problema da juventude na sociedade moderna". In: BRITTO, S. de. **Sociologia da Juventude I – da Europa de Marx à América de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARANDOLA JR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 2, p. 161-191, 2009.

MARGULIS, Mario; ARIOVICH, Laura. La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud. **Editorial Biblos**, 1996.

MASON, Andrew. Demographic transition and demographic dividends in developed and developing countries. **United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implications of Changing Population Age Structures**, México, 31 de agosto a 2 de setembro de 2005.

MELLO, J.L. **Transição para a vida adulta: os jovens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 148p. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro, 2005.

MELO, Hildete Pereira; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. **Economia e sociedade**, v. 16, n. 3, p. 435-454, 2016.

MENEZES FILHO, N. A.; CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K. A condição "nem-nem" dos jovens é permanente? São Paulo, SP: Centro de Políticas Públicas/Insper, ago. **Insper Policy Paper**, n.7, 2013.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Os Jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: discussão, caracterização e evolução de 2001 a 2011**. Brasília, 2013.

MIRANDA-RIBEIRO, Paula. Todos os caminhos levam à vida adulta? Evidências qualitativas para jovens de camadas populares em seis municípios mineiros. In: **População e desenvolvimento em debate: contribuições da associação brasileira de estudos populacionais**. TURRA, CM., CUNHA, J.M.P. (orgs). Demografia em Debate, volume 4. Belo Horizonte: ABEP, 2012.

MONTEIRO, J. Quem são os jovens nem-nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. **Texto para Discussão**, n. 34, FGV/Ibre, 2013.

NAVARRETE, E. L. “Jóvenes que no estudian ni trabajan en la primera década del siglo XXI en México.” XI Reunión Nacional de Investigación Demográfica en México. Aguascalientes, 2012.

NERI, M. 2009. **O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escola**. Rio de Janeiro: FGV, Instituto Brasileiro de Economia. Centro de Políticas Sociais.

NOVAES, R.C.R.; et. al. (orgs.). **Política Nacional de Juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude/Fundação Friedrich Ebert, 2006.

OECD. How successful are students in moving from education to work?, OECD Publishing, 2012.

OIT. “Global Employment Trends for Youth 2012.” ILO. Geneve, 2012.

OIT. “*Global Employment Trends for Youth 2013. A generation at risk.*” ILO. Geneve, 2013.

PAIS, José Machado. **Ganchos, Tachos e Biscates: jovens, trabalho e futuro**. Porto: Ambar, 2005.

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida; WAJNMAN, Simone. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista brasileira de estudos populacionais**, v. 22, n. 2, p. 13-15, 2005.

PAPPÁMIKAIL, Lia. Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal. Sociologia, **Problemas e Práticas**, n. 46, 2004, p. 91-116.

PEDERNIZI VILLARREAL, C. “De NINI, quehaceres y búsquedas: jóvenes, educación y trabajo em el censo de 2010”. **Coyuntura Demográfica**. N° 1. Noviembre de 2011.

PEMBERTON, S. 2008. Tackling the NEET generation and the ability of policy to generate a 'NEET' solution - evidence from the UK. **Environment and Planning C: Government and Policy**, 26, 243-259.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. In: FÁVERO, Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reys. **Juventude e contemporaneidade**. MEC/UNESCO, Brasília, 2007.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, n. 6, p. 15-24, 1997.

POCHMAN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: Novaes, Regina & Vannuchi, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

REHER, David S. Economic and social implications of the demographic transition. **Population and development review**, v. 37, n. s1, p. 11-33, 2011.

REYES-TERRÓN, A. M., ELIZARRARÁS-HERNÁNDEZ, M. “*Los jóvenes y las jóvenes en el Estado de México: sociodemografía y empleo 2010.*” **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, 11 (1), pp. 287-304, 2013.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. A transição da escolaridade no Brasil e as desigualdades regionais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 18, n. 1/2, p. 59-73, 2001.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Transição demográfica. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, 2012.

RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2005.

SADLER, Katy; AKISTER, Jane; BURCH, Sarah. Who are the young people who are not in education, employment or training? An application of the risk factors to a rural area in the UK. **International Social Work**, v. 58, n. 4, p. 508-520, 2015.

SARAVI, Gonzalo. Entre la evasión y la exclusión social: jóvenes que no estudian ni trabajan. **Nueva Sociedad**, v. 190, p. 71-85, 2001.

SERRACANT, Pau. A brute indicator for a NEET case: Genesis and evolution of a problematic concept and results from an alternative indicator. **Social indicators research**, v. 117, n. 2, p. 401-419, 2014.

SILVA, N.; KASSOUF, A. L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 99-115, jul./dez. 2002.

SIMÕES, Armando. Os Jovens que não Estudam nem Trabalham no Brasil: Uma Análise do Perfil, Determinantes da Condição e Efeitos do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**. – N. 6. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2013.

SINGLY, François. Las formas de terminar y no terminar la juventud. **Revista de Estudios de Juventud**. N. 71, dez, 2005

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras. **Texto para Discussão** nº 769, Brasília-DF, IPEA, 2000.

SOUZA JÚNIOR, J. R. C., LEVY P. M. Impactos do declínio do bônus demográfico sobre a oferta de mão de obra e o crescimento econômico no período 2014-2030. Nota técnica 02. **Carta de Conjuntura, IPEA**, 2014.

SZÉKELY, Miguel. Jóvenes que ni estudian ni trabajan: un riesgo para la cohesión social en América Latina. **CIEPLAN, Santiago de Chile**, 2011.



TAMESBERGER, Dennis; LEITGÖB, Heinz; BACHER, Johann. How to combat NEET? Evidence from Austria. **Intereconomics**, v. 49, n. 4, p. 221-227, 2014.

THOMPSON, Ron. Individualisation and social exclusion: The case of young people not in education, employment or training. **Oxford Review of Education**, v. 37, n. 6, p. 785-802, 2011.

TRONTO, J. Mulheres e cuidado: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Org.). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, p. 186-203.

\_\_\_\_\_. The Value of Care – A Response to Can Working Families Ever Win? **Boston Review**, Feb./Mar. 2002. Disponível em: <<http://bostonreview.net/BR27.1/tronto.html>>.

TURRA, Cassio M.; QUEIROZ, Bernardo L. Before it's too late: demographic transition, labor supply, and social security problems in Brazil. In: **United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implications of Changing Population Age Structures**, 2005.

UNPFA; CEPAL (2012). Invertir en Juventud. **Informe Regional de América Latina y el Caribe**, p.p. 73-74, 2011.

VASCONCELOS, A. M. N., GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.21, n.4, pp. 539-548, 2012.

VIEIRA, J.M. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada ente 1970 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.25, n.1, p. 27-48, jan./jun. 2008.

VIEIRA, Joice Melo. **Transição para a vida adulta em São Paulo: cenários e tendências sóciodemográficas**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Demografia: Campinas - SP, 2009.

VILELA, E. M. ; COLLARES, Ana Cristina M. . De Origens a Destinos Sociais: pode a escola romper essa ligação?. **Teoria & Sociedade** (UFMG), v. 17.2, p. 62-93, 2011

WONG, L., CARVALHO, J. A. M. **Demographic bonuses and challenges of the age structural transition in Brazil**. Paper presented at the XXV IUSSP General Population Conference. Tours, France, 18-23 de julho de 2005.

YATES, Scott et al. Early occupational aspirations and fractured transitions: a study of entry into 'NEET' status in the UK. **Journal of Social Policy**, v. 40, n. 03, p. 513-534, 2011.

## APÊNDICE I

**Quadro 2 – Descrição das variáveis utilizadas nas análises de dados**

Informação	Código da variável	Descrição da Variável	Questões
Pessoa	V0302	Sexo	Masculino
			Feminino
	V8005	Idade do morador na data de referência	Idade em anos
	V0404	Cor ou raça	Branca
			Preta
			Amarela
Parda			
Indígena			
		Sem declaração	
Território	UF	Unidade da Federação	Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal
	V4728	Código de situação censitária	Urbana - Cidade ou vila, área urbanizada
			Urbana - Cidade ou vila, área não-urbanizada
			Urbana - Área urbana isolada
			Rural - Aglomerado rural de extensão urbana
			Rural - Aglomerado rural, isolado, povoado
			Rural - Aglomerado rural, isolado, núcleo
			Rural - Aglomerado rural, isolado, outros aglomerados
Rural - Zona rural exclusive aglomerado rural			
Domicílio e Família	V0401	Condição na unidade domiciliar	Pessoa de referência
			Cônjuge
			Filho
			Outro parente
			Agregado
			Pensionista
			Empregado doméstico
	Parente do empregado doméstico		
	V4111	Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)	Sim
			Não, já viveu antes
			Não, nunca viveu
			Não aplicável
	V0714	Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência	Sim
			Não
			Não aplicável
	V0715	Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos	Hora(s)
			Não aplicável
V1101	Teve algum filho nascido vivo até a data de referência	Sim	
		Não	
		Não aplicável	
		Casal sem filhos	
		Casal com todos os filhos menores de 14 anos	
		Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	
		Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos			
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais			
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais			
		Outros tipos de família	
V6502	Criança de 5 a 17 anos de idade	Não	
		Sim	

Educação	V0602	Frequenta escola ou creche	Sim
			Não
	V4745	Nível de instrução mais elevado alcançado (todas as pessoas)	Sem instrução
			Fundamental incompleto ou equivalente
			Fundamental completo ou equivalente
			Médio incompleto ou equivalente
			Médio completo ou equivalente
			Superior incompleto ou equivalente
			Superior completo
Não determinado			
Não aplicável			
Trabalho e renda	V4713	Condição de atividade no trabalho principal do período de referência de 365 dias para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Economicamente ativas
			Não economicamente ativas
			Não aplicável
	V9067	Teve algum trabalho no período de captação de 358 dias	Sim
			Não
			Não aplicável
	V4743	Faixa de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Sem rendimento
			Até ¼ salário mínimo
			Mais de ¼ até ½ salário mínimo
			Mais de ½ até 1 salário mínimo
			Mais de 1 até 2 salários mínimos
			Mais de 2 até 3 salários mínimos
			Mais de 3 até 5 salários mínimos
			Mais de 5 salários mínimos
	Sem declaração		
	Não aplicável		
	V9921	Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos	Hora(s)
			Não aplicável
	V9120	Era contribuinte de alguma entidade de previdência privada, no mês de referência	Sim
			Não
			Não aplicável
V9124	Recebia normalmente rendimento que não era proveniente de trabalho (pensão alimentícia ou de fundo de pensão, abono de permanência, aluguel, doação, juros de caderneta de poupança, dividendos ou outro qualquer) no mês de referência	Sim	
		Não	
		Não aplicável	
V9121	Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência	Sim	
		Não	
		Não aplicável	
V9106	Teve algum trabalho antes do período de referência de 365 dias	Sim	
		Não	
		Não aplicável	
V9862	Número de meses nesse trabalho anterior	Mês(es)	
		Não aplicável	

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2015 (Dicionário de variáveis).

## APÊNDICE II

**Quadro 3 - Histórico de iteração**

Número de iteração	Variância contabilizada		Perda
	Total	Aumentar	
42 <sup>a</sup>	2,504186	,000008	7,495814

Fonte: Dados da PNAD, 2014. Resultados do modelo de análise de correspondência múltipla.

**Quadro 4 – Resumo do modelo**

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância contabilizada		
		Total (autovalor)	Inércia	% de variância
1	,747	3,052	,305	30,518
2	,543	1,957	,196	19,566
Total		5,008	,501	
Média	,667 <sup>a</sup>	2,504	,250	25,042

Fonte: Dados da PNAD, 2014. Resultados do modelo de análise de correspondência múltipla.

**Quadro 5 – Correlações**

Dimensão:	Sexo	Teve algum filho nascido vivo	Faixa de rendimento mensal domiciliar per capita	Nível de instrução mais elevado alcançado	Cor da pele	Situação de Domicílio	Região de residência	Grupo de idade	Cuidava dos afazeres domésticos	Condição na família
Sexo	1,000	,933	,094	,123	,021	,071	,043	,155	,546	,502
Teve algum filho nascido vivo	,933	1,000	,169	,175	,039	,073	,055	,239	,560	,642
Faixa de rendimento mensal domiciliar per capita	,094	,169	1,000	,161	,242	,204	,231	-,002	,093	,159
Nível de instrução mais elevado alcançado	,123	,175	,161	1,000	,077	,031	,008	-,077	,221	,186
Cor da pele	,021	,039	,242	,077	1,000	,102	,261	-,022	,037	,045
Situação de Domicílio	,071	,073	,204	,031	,102	1,000	,185	,002	,061	,072
Região de residência	,043	,055	,231	,008	,261	,185	1,000	-,009	,059	,057
Grupo de idade	,155	,239	-,002	-,077	-,022	,002	-,009	1,000	,132	,305
Cuidava dos afazeres domésticos	,546	,560	,093	,221	,037	,061	,059	,132	1,000	,435
Condição na família	,502	,642	,159	,186	,045	,072	,057	,305	,435	1,000
Dimensão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Autovalor	3,052	1,587	1,091	,908	,867	,724	,708	,538	,479	,047

Fonte: Dados da PNAD, 2014. Resultados do modelo de análise de correspondência múltipla.